



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A PRODUÇÃO DOS LUGARES DISCURSIVOS E IDEOLÓGICOS EM
UMA OCUPAÇÃO URBANA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE
CLÍNICO-POLÍTICA

BRUNO RUDAR TEIXEIRA VASCONCELOS

MANAUS

2019

BRUNO RUDAR TEIXEIRA VASCONCELOS

A PRODUÇÃO DOS LUGARES DISCURSIVOS E IDEOLÓGICOS EM
UMA OCUPAÇÃO URBANA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE
CLÍNICO-POLÍTICA

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio

MANAUS

2019

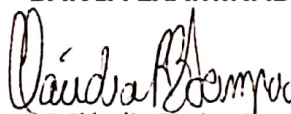
BRUNO RUDAR TEIXEIRA VASCONCELOS

**“A produção dos lugares discursivos e ideológicos em uma ocupação urbana:
contribuições da psicanálise clínico-política.”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na **Linha de Processos Psicossociais**.

Aprovado em 02 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Brandão Sampaio
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



Prof.^a Dr.^a Rosângela Dutra de Moraes
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



Prof.^a Dr.^a Érica Vidal Rotondano
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V331p Vasconcelos, Bruno Rudar Teixeira
A produção dos lugares discursivos e ideológicos em uma ocupação urbana: contribuições da psicanálise clínico-política / Bruno Rudar Teixeira Vasconcelos. 2019
128 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Cláudia Regina Brandão Sampaio
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. psicanálise clínico-política. 2. lugares discursivos. 3. ideologia. 4. ocupação urbana. 5. psicologia comunitária. I. Sampaio, Cláudia Regina Brandão II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMENTOS

Agradecimento é reconhecer e declarar gratidão por algo dado ou feito por Outros. *Comover* vem de “conjunto” mais “movimento”, ou seja, deslocar, mover ou mexer *com*-junto. Logo, é agradecido e comovido que declaro meu reconhecimento aos que contribuíram direta e indiretamente à produção deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), principalmente pelo provimento da bolsa, que mês-a-mês me ajudou a sustentar as atividades do mestrado.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM), com sua secretaria e corpo docente quase sempre disponível, atenta e simpática às minhas necessidades, especialmente por me permitir transitar e utilizar seus espaços com a liberdade e a responsabilidade que, no Brasil, e no universo do ensino superior, talvez só encontramos nas universidades públicas.

Aos meus pais, pelos seus sonhos projetados nos filhos e que não se tornaram pesadelos. Nem para eles e nem para mim.

À Cláudia Regina Brandão Sampaio, professora e minha orientadora. Por saber da minha relação com a Psicanálise, assumiu o compromisso e os riscos de trabalhar com aportes teóricos e metodológicos não tão familiares, ao mesmo tempo em que eu assumi também investigar realidades e processos psicossociais não tão estranhos a ela. Nesse sentido, pudemos estabelecer, felizmente, uma relação acadêmica pautada pela ética em seu sentido forte. Assim, cumprimento de prazos, horários, calendários, planejamentos e a necessidade de produzir não se perderam de vista, mas também não foram as tônicas de nosso trabalho. Caso um dia me torne professor ou orientador, certamente Cláudia será uma de minhas inspirações!

Às sessões de análise pessoal, onde pude me *ocupar* da minha vida.

À Ocupação Alcir Matos e seus moradores(as) e líderes. Lugar de *resistência* e resistentes!

Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto, desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.

In: LISPECTOR, C. Para não esquecer.
Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

A tradição dos oprimidos ensina-nos que o "estado de exceção" em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia (BENJAMIN, 2016, p. 13).

Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito

Título do filme Dandara (2013) e que virou *slogan* de muitos movimentos sociais por moradia

VASCONCELOS, B. R. T. A produção dos lugares discursivos e ideológicos em uma ocupação urbana: contribuições da psicanálise clínico-política. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, 2019.

RESUMO: Historicamente as Ocupações tem sido uma das formas de solucionar os impasses referentes ao direito à moradia em termos de demandas da população e às insuficientes respostas ou soluções apresentadas pelo Estado. O Amazonas ocupa o terceiro lugar dentre os estados brasileiros com maior déficit habitacional, sendo uma localidade onde o problema habitacional exige aprofundar estudos em diversas áreas do conhecimento. Na capital do estado, em 2015, moradores da comunidade Cidade das Luzes, definida como ocupação irregular, sofreram remoção violenta involuntária. Dentre os desdobramentos posteriores, um grupo de famílias que sofreram esta remoção, desassistidos pelo Estado, ocupou em 2016, liderados por um movimento social, um prédio ocioso pertencente à União no centro da cidade. Neste trabalho chamamos a condição em que se encontram os moradores da ocupação Alcir Matos, ainda desassistidos pelas autoridades, de desamparo sociopolítico e discursivo. Consideramos a dimensão do sofrimento vivenciada por estes moradores ao longo da luta pelo direito à moradia, tendo como problema gerador como os mesmos se inscrevem na cena social e política e em que lugares discursivos e ideológicos de reprodução ou produção dos lugares na relação do sujeito no laço social tem sido possível construir. Por meio da psicanálise implicada, ou psicanálise clínico-política, intentamos conhecer os lugares discursivos ideológicos em contexto de uma Ocupação Urbana, visando compreender como a incidência do discurso mobiliza, afeta e compõe o cotidiano da vida de seus moradores. O material de análise consistiu nas notas de um diário de experiência produzido a partir das diversas modalidades de participação do pesquisador no contato cotidiano com os moradores e de dados resultantes de uma pesquisa documental sobre a produção midiática em torno das Ocupações no Amazonas. Como resultados, apontamos um campo de tensões, impasses e conflitos que fazem parte do cotidiano da Ocupação, mas que também indicam relações entre trauma, experiência e a condição desejante e errante do sujeito que se constitui e se destitui no laço social contemporâneo. A resistência é percebida, de modo distinto ao sentido de evitação, enquanto recurso de luta e demarcador de existência no plano discursivo. Conclui-se que há ausência de dispositivos que permitam a escuta desses sujeitos, com vistas a possibilitar a transformação do acontecimento traumático em experiência compartilhada e que também fortaleçam as formas de vida comunitárias. Para isso, podem ser eficazes a criação de estratégias de intervenção junto a comunidades que vivem em ocupações urbanas ou em outras condições de exclusão ou marginalização, que visem à produção e a prática destas condições. Apostamos nessa via como possibilidade de resistir aos discursos hegemônicos que se mostram totalizantes, naturalizando a opressão e criminalizando a pobreza, transformando em ilusão o direito à moradia digna.

Palavras-chave: psicanálise clínico-política; lugares discursivos; ocupações urbanas; psicologia comunitária

VASCONCELOS, B. R. T. The production of discursive and ideological places in an urban occupation: contributions of clinical-political psychoanalysis. Masters Dissertation. Post-Graduate Program in Psychology, Federal University of Amazonas, 2019.

ABSTRACT: Historically occupation has been one of the ways to solve the impasses regarding the right to housing in terms of the demands of the population and the insufficient answers or solutions presented by the State. Amazonas is the Brazilian state with the third highest housing deficit, being a place where the housing problem requires profounder study in different areas of knowledge. In the state capital of Manaus, in 2015, residents of the Cidade das Luzes [City of Lights] a community defined as an irregular occupation, suffered involuntary violent removal. Among the subsequent developments in 2016, a group of families that had been evicted, and neglected by the State, were led by a social movement to occupy an unused building belonging owned by the State in the City centre. In this work we call the condition in which the inhabitants of the Alcir Matos occupation are still unassisted by the authorities sociopolitical and discursive helplessness. We consider the dimension of suffering experienced by these residents throughout their struggle for the right to housing, taking the problem of how they are inscribed in the social and political scene and in which discursive and ideological places of reproduction or production of places, in the subject's relation to the social ties they have been able to build. Through implied psychoanalysis, or clinical-political psychoanalysis, we attempt to understand the ideological discursive places in the context of an Urban Occupation, in order to comprehend how the incidence of discourse mobilises, affects and composes the everyday life of its inhabitants. The material analysed consisted of the notes of a research field journal produced from the diverse modalities of the researcher's participation in the daily contact with the residents, and of data resulting from documentary research on the media production around the Occupations. In the results, we highlight an area of tensions, impasses and conflicts that are part of the daily life of the Occupation, but which also indicate relations between trauma, experience and the subject's condition of wandering and desiring that is made and unmade in contemporary social bonds. Resistance is perceived, in a different way from the sense of avoidance, as a resource of struggle and a demarcator of existence in the discursive plane. It is concluded that there is a lack of means to listen to the subjects, in order to enable the transformation of the traumatic event into a shared experience and that also strengthens forms of community life. To this end, strategies for intervention with communities living in urban occupations, or in other conditions of exclusion or marginalisation, that are aimed at the production and practise of these conditions, may be effective. We see this way as a possibility to resist the hegemonic discourses that are totalising, naturalising oppression and criminalising poverty and transforming the right to decent housing into an illusion.

Keywords: clinical-political psychoanalysis; places of discourse; urban occupations, community psychology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recepção da Ocupação.....	86
Figura 2 – Fachada da Ocupação.....	87
Figura 3 – Foto tirada a partir da sala onde são realizadas as reuniões entre coordenação e moradores.....	87
Figura 4 – Sala e formato das assembleias com representantes de famílias.....	91
Figura 5 – Dispositivo de iluminação identificado como câmera pelos residentes.....	94
Figura 6 – Esquema da operação discursivo do lugar ideológico.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I - Migração, remoção involuntária e deslocamentos: do global ao local	21
Deslocamentos populacionais, território e exclusão social	28
Discurso, ideologia e inconsciente	33
CAPITULO II – Errância do pesquisador	62
O Método Clínico na pesquisa político-social	62
A relação transferencial	63
Instrumentos de pesquisa	65
O território da Pesquisa – lugares e sujeitos	66
Transformação dos dados em textos analíticos ou o Método de tratamento dos dados	67
Flanando ou o Serendipidade na pesquisa	69
Aspectos Éticos	70
CAPITULO III – Elaboração dos dados: juntando os fragmentos e os restos e instrumentalizando a transferência	71
A produção midiática: invasão, ocupação ou sem categoria?	71
A ação de ocupar: entre a criminalização e o exercício do direito	72
Invadir, Ocupar e termos afins	75
Transformando vivências em experiências – diário de experiência	83
<i>Diário de campo - dia 12 de outubro de 2017 – 2ª visita à Ocupação.</i>	85
<i>Diário do dia 16 de março de 2018 – ida emergencial à Ocupação</i>	92
<i>Diário do dia 12 de dezembro de 2018 – Assembleia com moradores e coordenação, noite</i>	95
<i>Excertos do Diário do dia 29 de janeiro, tarde – tensões no prédio</i>	97
<i>Excertos do Diário do dia 05 de fevereiro de 2019, manhã – sabotagem pelo cano</i>	98
Respostas de lugares discursivos e ideológicos e políticas de resistência	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS – juntando “cacos e restos”	103
REFERENCIAS	110
ANEXO	117

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos temos acompanhado, em escala global, fenômenos de migração em massa, de forma forçada e violenta, seja por motivação étnico-política, social, econômica ou ambiental. Apesar de sermos remetidos ao foco das migrações internacionais e aos refugiados quando abordamos o tema dos deslocamentos de grupos ou populações, temos também, em outras proporções os deslocamentos internos, locais, algumas vezes como consequência de catástrofes ambientais, a exemplo do que temos visto no Brasil no caso do rompimento de barragens no estado de Minas Gerais. Todavia, as migrações internas podem ser também resultado da negação ao direito à habitação, da segregação social e espacial as quais sofrem as populações de baixa renda. É neste último que nossa pesquisa está situada.

Partimos do pressuposto de que a remoção territorial involuntária e forçada de pessoas de seus territórios pode desencadear processos de sofrimento que nos remetem à cena social, política e cultural a partir da qual os sujeitos tanto se constituem como sofrem suas incidências. Queremos dizer, assim, que a produção do sofrimento é, também, advinda da posição sociopolítica dos sujeitos. Posição essa que tem como estrutura as relações entre linguagem, discurso e laço social. Entendemos que, nesse caso, teríamos como consequência, a criação de condições psíquicas e materiais que dificultam a elaboração de perdas e sofrimentos, que teriam como um efeito de sintoma a alienação desses sujeitos frente aos discursos e práticas hegemônicas que individualizam, patologizam e/ou criminalizam e excluem.

A presente dissertação resultou de uma prática de pesquisa e clínica interventiva orientada pela psicanálise implicada, em um contexto de exclusão social e violências, a partir de visitas, encontros e acompanhamentos junto de famílias, pessoas e lideranças de movimentos sociais que lutam por moradias populares, e que sofreram remoção involuntária e violenta de território. Nos referimos, aqui, a um grupo de famílias que viviam, até o final do ano de 2015 na localidade caracterizada como “invasão”, a Comunidade Cidade das Luzes. Estas famílias são as que hoje compõem, em sua maioria, a Ocupação Alcir Matos, localizada no centro da cidade de Manaus, Amazonas.

Chamamos de psicanálise implicada as formas de leituras e práticas que aproximam os campos da clínica aos da política, economia e sociedade, no diálogo da psicanálise com outros campos do saber, que nos convocam à discussão e criação de dispositivos clínicos que levem em conta a dimensão sociopolítica do sofrimento. Tal dimensão parte da constatação de que “a outra cena das questões clínicas que analisamos traduz-se na cena política que se insere na trajetória do sujeito, situada em sua história libidinal, familiar, social” (ROSA, 2016).

Ao discutir a implicação do pesquisador nas ciências sociais e humanas como acesso à análise, Barus-Michel (2005) refere que o mesmo está implicado em seu objeto pela diferença e pela semelhança que o ligam a este. Seria trabalhando nessa relação paradoxal (ou transferencial) que seria possível retirar o véu do que está de um lado e de outro. A elaboração do projeto que deu origem à esta pesquisa também envolve um processo de implicação clínico-política e transformações. O desejo de investigar esse contexto surgiu dos encontros e desencontros em percursos-percalços intelectuais e relacionais nos primeiros meses no Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inicialmente inserido em outra linha de pesquisa e vinculado a outro projeto com outro orientador, tinha como foco os processos psicológicos de saúde/adoecimento no contexto da atenção básica em saúde para pacientes com diabetes. Tal campo era totalmente estranho a mim. Todavia, lancei-me ao desafio de trabalhar nessa perspectiva. Contudo, com o transcorrer do tempo, sentia-me cada vez mais estrangeiro de mim, tal como percebia os venezuelanos que via todos os dias acampados em frente à rodoviária, ao retornar para casa depois das orientações. Meus impulsos, ao invés de abrirem caminhos para a criatividade e escrita, me empurraram para a estrada das “pedras” de Drummond¹: pedras de pouco engajamento com as atividades propostas.

¹ (...) Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Após certo tempo, passei a olhar as ditas “pedras” não como obstáculos. Percebi, ao contrário, que elas estavam se ‘assentando’ e formando o chão de um caminho que apontava para outro território (conceito polissêmico que nos importará nesta pesquisa). Foi então que eu e o então orientador nos demos conta de que nossas bússolas apontavam para territórios divergentes, ou que minha bússola estava quebrada. Na condição de “desbussolado” e migrando para outro orientador, vi surgir em mim o desejo de saber mais sobre aqueles outros estrangeiros, os quais notava todos dias e com quem me identificava. No momento de escolha entre novas possíveis orientações, olhei minha bússola e decidi pelo caminho percorrido na construção desta dissertação. Este também consistia em um outro território formado por pedras. Dentre os seus demarcadores estavam os descritores ‘território’, ‘lugar’ e ‘estrangeiro’. Na polissemia do termo território, observei que o caminho que se apresentou já não me era tão estranho assim. Mais ainda: reconheci nos sujeitos residentes da ocupação Alcir Matos, tal como nos venezuelanos e em mim mesmo, a condição de estrangeiros. Logo, adentrei em um campo, embora tenha se mostrado a mim como estranho, era, entretanto, um estranho (*unheimlich*) familiar.

Meu contato com a história da Ocupação Alcir Matos veio através do episódio na Cidade das Luzes, narrado nas fontes jornalísticas e nas atividades de estágio supervisionado realizado por integrantes do Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário (LABINS) da Faculdade de Psicologia, o qual passei a integrar. A Comunidade Cidade das Luzes surgiu entre o fim de 2014 e início de 2015 e ficava localizada no ramal Anaconda, bairro Tarumã, zona oeste de Manaus. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), a área ocupada é considerada Área de Proteção Ambiental (APA). Durante o ano de 2015, a permanência das famílias no território é atravessada por tensões e conflitos com o poder público.

Desde o início de sua criação, existem relatos da retirada forçada de famílias pela polícia; representantes da comunidade e moradores mobilizaram-se nas ruas solicitando aos agentes do Estado ações de urbanização no local. Além disso, uma operação policial foi realizada no local, sob a suspeita de tráfico de drogas e crimes ambientais estarem sendo praticados. O poder público, não acolhendo quaisquer demandas da comunidade e contrariando

a Defensoria Pública do Estado, em dezembro de 2015, convocou em torno de 700 policiais e, sem aviso prévio, ordenou a violenta remoção forçada das famílias do local. Após remoção e desamparadas pelos agentes públicos, mas acompanhadas por movimentos sociais de luta por moradia e terra, essas famílias ocuparam dois prédios no centro da cidade de Manaus: a antiga Casa do Estudante da Universidade Federal do Amazonas e um antigo prédio pertencente à Receita Federal e permanecem lá até o presente.

A história da Comunidade sintetiza um processo que tem no Estado um agente central, pois foi este quem promoveu a remoção forçada e deixou famílias e sujeitos em condição de exclusão e desamparo social e político, e que culminou na ocupação de um prédio pertencente à União, também na relação com o Estado. O pano de fundo onde a migração sob forma de remoção territorial involuntária acontece, é a sociedade capitalista. Este modelo de sociedade é alicerçado pela exploração e alienação de milhões de seres humanos (Viana, 2002).

Uma das características do modelo econômico neoliberal, na atual modernidade, além dos avanços tecnocientíficos, é a exclusão de muitos, no tocante ao acesso aos bens e às modalidades de gozo próprios a esse modelo e, em alguns casos, o *desamparo social*. Segundo Rosa (2002), desamparo social é visto como o impedimento ao “acesso efetivo dos recursos institucionais organizadores da vida social (saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, etc.)” (p.01). A autora também chama a atenção, ao evocar Bourdieu, para a *violência simbólica*, esta entendida como aquilo que perpetua e mantém os sujeitos submissos ao discurso dominante, legitimando lugares sociais marginais, o que provoca, muitas vezes, o conformismo ou respostas bruscas de violência.

Os fenômenos de exclusão social abrangem grande variedade de questões socioeconômicas e estão presentes em todos os países, independente de seus níveis de desenvolvimento. A exclusão também “(...) guarda dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas, envolvendo por inteiro o homem e suas relações com os outros e é parte constitutiva da inclusão” (ROSA, 2002, p. 3), podendo ser vista, nessa concepção, como produto do funcionamento do próprio sistema.

Dentre os fenômenos que se associam à exclusão social temos os “deslocamentos sociais e ecológicos, expulsões, brutalidade e a precariedade da vida humana” (FELDMAN-BIANCO, 2015, p. 20) característicos do mundo globalizado e capitalista no qual vivemos. Este quadro

reflete, segundo Feldman-Bianco (2015), a emersão de uma recente lógica de exclusão social que amplia as desigualdades e um contingente de “despossuídos” (p. 20). De forma paralela, segue a autora, predominam ideologias e retóricas baseadas num multiculturalismo ancorado em direitos humanos, produzindo “categorias sociais e políticas (...) criminalização e desumanização da pobreza” (p. 20). Dessa forma, é nessa predominância que estão refletidas as agendas e políticas locais sobre, por exemplo, a questão dos deslocamentos internos, sejam àqueles ligados à remoção de territórios, seja de pessoas consideradas à margem do Estado.

Podemos dizer que este tipo de mobilidade – desapropriação, ocupação – comporta uma dimensão de violência própria como definida por Chauí (1998): “(...) toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viola interna ou externamente o ser de alguém, que perpetua relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural” (*apud* DOMINGUES; ROSA, 2014, p. 117). As pessoas ou grupos que sofrem esse tipo de violência podem ser aquelas das *vidas secas* (Rosa, 2004), ou seja, “pessoas vivendo em situação de miserabilidade (...) pessoas que passam por experiências desenraizantes – imigrantes, migrantes não documentados, refugiados” (p. 2). Sob outra perspectiva, trata-se de pessoas que têm a condição de sujeito interrompida e que são assujeitados a discursos que os empurram ao silêncio e marginalidade.

Por mais de uma década, pesquisas no cenário científico e acadêmico vêm sendo produzidas, numa esteira que sustenta um campo teórico, epistemológico, metodológicos e de práticas de uma psicanálise clínico-política que leve em conta “as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de seus processos em contextos de exclusão e violência” (ROSA; BERTA; CARIGNATO; ALENCAR, 2009, online). Destacamos principalmente os trabalhos de Miriam Debieux Rosa, colaboradores e o Laboratório Psicanálise e Sociedade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Das pesquisas encontradas, ressaltamos as de Rosa; Carignato; Berta (2006), em que buscam “demonstrar como os discursos a que são expostos os sujeitos do capitalismo avançado indicam um modo de laço que empurra o sujeito violentamente ao gozo, seja sob a forma de consumo e lucro, seja sob a forma de sofrimento” (p. 35); Rosa; Poli (2009) apontam para “a fragilização do registro da experiência e sua incidência na lógica do poder/violência” (p. 5) sobre a figura do muçulmano; já em Rosa; Berta; Carignato; Alencar (2009) vemos a

formulação das bases de um trabalho “centrado na clínica do traumático mais do que na clínica do sintoma e focaliza as particularidades da escuta psicanalítica nesses contextos, assim como as intervenções coletivas” (online); Rosa; Domingues (2010) apresentam controvérsias que seguem a temática de uma clínica psicanalítica fora do contexto da clínica; Rosa (2011) mostra um campo “epistemológico teórico-clínico de articulação entre psicanálise, sociedade e política” (p. 29) de uma prática psicanalítica; Rosa; Tatit (2012) discutem isolamento e solidão a partir de atendimentos psicanalíticos de migrantes; Domingues; Rosa (2014) investigam “como os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vivenciam e enfrentam a violência em seu cotidiano” (p. 115); e Nogueira; Rosa (2017) que promovem uma reflexão sobre a clínica do traumático.

Ao longo de várias escutas das *vidas secas*, particularmente de jovens da periferia de São Paulo e migrantes, Rosa (2002) constata, como efeito da pobreza e da exclusão social nos sujeitos inseridos no modelo neoliberal,

(...) uma resistência à escuta desses sujeitos, indicando nesse ponto a apatia, a solidão e o emudecimento, assim como a reprodução, na subjetividade, da violência e da pobreza afetiva e intelectual, como encobridoras da possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar forma sintomática ao que é vivido como traumático (p. 1).

Em trabalho de intervenção clínica desenvolvido com uma comunidade de Porto Alegre que sofreu processo de reassentamento acerca de 20 anos, e que vive em condições de extrema precariedade e exclusão, Soares; Susin; Warpechowski (2012) relatam falas carregadas de angústia e com certo tom de exílio, “na medida em que faziam referência a uma distância, a um lugar muito longe” (p. 167).

Em pesquisa desenvolvida por Domingues; Rosa (2014), ao investigar como militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vivenciam e enfrentam a violência em seu cotidiano, destacam, dentre as dificuldades enfrentadas por eles, a humilhação social como a principal forma de violência sofrida.

Trazemos os vários exemplos acima para, além de expor a relevância e potencialidades da nossa pesquisa, poder situar a singularidade da Ocupação Alcir Matos, pois ela se aproxima

ao mesmo tempo que se distancia dos exemplos: trata-se de uma comunidade que foi removida à força de um território, mas a qual não recebeu nenhuma política pública de reassentamento; ao mesmo tempo, trata-se de um grupo que, mesmo desamparado pelo poder público, apresenta movimentos de força coletiva e política de resistência.

Como consequência de processos de violência e exclusão social, empurrando esses sujeitos para posições alienantes e de assujeitamento ao discurso hegemônico, Rosa (2002) destaca a emergência da dimensão *traumática*, entendida aqui como:

desorganização subjetiva decorrente da emergência daquilo que está fora do sentido e da significação. O traumático não designa a qualidade de um acontecimento, mas a desestruturante incidência subjetiva daquilo que irrompe por fora de uma trama de saber (p. 9).

A exposição ao trauma nesses casos é dupla, salienta a autora, pois sua ocorrência é facilitada (o sujeito está na condição de desamparo sociopolítico e discursivo), ao mesmo tempo em que os recursos à sua elaboração se mostram diminuídos. A dimensão traumática se constitui, portanto, “quando há a ruptura da continuidade do existir” (Cyrulnik, 2005 *apud* Cremasco, 2008, p. 228).

Assim, pensamos que, para qualquer abordagem com vistas a compreender ou intervir sobre o *mal-estar* nessas condições, a consideração da dimensão sociopolítica do sofrimento faz-se necessária. Uma das possibilidades de abordagem seria a *clínica do trauma*, tal como Nogueira; Rosa (2017) a definem. Para os autores, esta clínica consiste na prática que visa o tratamento de indivíduos marcados pelo silenciamento que vem da fixação no instante traumático promovido pelo trauma (p. 1, tradução nossa). Os mesmos assumem nesta clínica modelos de intervenção não convencionais, os quais seriam necessários para criar condições de mudanças no campo simbólico, social e político do sujeito afetado pelo trauma. Essa clínica lida com a produção sociopolítica da angústia frente ao impedimento dos processos de luto.

No momento inicial de formulação do projeto de pesquisa postulei como eixo condutor a produção sociopolítica do sofrimento e do trauma, com o objetivo de praticar intervenções clínicas, através de uma escuta psicanalítica, fosse individual ou em grupo, com vistas a possibilitar espaços de fala/escuta, o testemunho e o reconhecimento de sujeitos que passam

por diversas modalidades de violência. De modo mais específico, focalizava o despejo violento praticado por agentes do Estado e sem a oferta de qualquer suporte e alternativa habitacional ou indenização aos sujeitos, o que os colocaria (ou potencializaria) numa condição de desamparo sociopolítico e discursivo. Neste caso, as intervenções visariam a criação de condições de alteração do campo simbólico/imaginário – social, político e subjetivo, favorecendo formas de resistência e outros laços sociais, assim como a possibilidade da elaboração do luto pelas perdas.

Entretanto, a experiência com o campo investigativo foi transformando meu lugar enquanto pesquisador, que foi se alinhando ainda um eixo mais participativo, diversificado e, por que não, impreciso. Também, demandas de outras ordens (tanto minhas quanto do campo) foram surgindo e, como consequência, a própria pesquisa se ocupou de outros territórios, de outras ‘ocupações’.

Assim, ainda que continuemos no campo investigativo de uma clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento, questões como a proposta de criação de espaços de escuta com enquadre mais *strictu sensu*, marcação e número definido de encontros, entrevistas, delimitação de temas a serem abordados, encontraram seus limites na implicação do pesquisador e no contexto de uma ocupação urbana. Assim, o significante *ocupação*, nesta pesquisa, é polissêmico – a *ocupação* enquanto lugar, substantivado pela ação de *ocupar*, exercida pelos *ocupantes* sobre o lugar, mas, ao mesmo tempo, em torno de ‘como o pesquisador pode *ocupar*?’ – atravessando toda a pesquisa. Talvez por isso que essa mesma, ao longo de sua construção, foi se *ocupando* de outros objetivos e métodos.

Temporalmente, a *ocupação* do pesquisador consistiu em quase dois anos frequentando os espaços da Ocupação Alcir Matos, acompanhando o cotidiano dos residentes, vendo e testemunhando o processo de mobilização e luta política dos mesmos e a liderança de movimentos sociais em prol de moradia digna, participando de assembleias e da gestão de alguns conflitos da comunidade. Também fez parte da ocupação do pesquisador a escuta individual de algumas dessas pessoas que buscaram espontaneamente falar de seus sofrimentos, nos instigando a tentar compreender como se estabelecem os lugares discursivos e ideológicos ocupados pelos sujeitos nesse contexto e quais seus efeitos e incidências, nos modos de subjetivação, no laço social e na relação com o Outro da cena sociopolítica.

As coordenadas da clínica psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos apontam para formas interventivas que levem em conta as dimensões éticas e políticas e que vise a criação de estratégias com vistas a reestabelecer um campo mínimo de significantes, referidos ao Outro, para que estes circulem e possam permitir ao sujeito localizar-se e dar valor e sentido ao seu sofrimento podendo, assim, formular saídas singulares e coletivas das malhas da humilhação e exclusão social infligida pelos discursos dominantes (ROSA, 2012, p. 29).

A literatura produzida no campo da psicanálise clínico política em contextos de exclusão a exemplo do que vivenciam os moradores da Comunidade Alcir Matos sustenta a hipótese de que há uma carência discursiva, por conta do lugar discursivo e ideológico imposto ou limitado a estes sujeitos. No entanto, a resistência – aqui entendida enquanto luta pela existência –, constitui elemento presente e marcante em suas histórias. O cotidiano vivenciado é marcado pelo desamparo do poder público, dentre outras adversidades, resultando em uma malha onde produção e/ou reprodução de lugares discursivos e ideológicos se farão presentes, resultando em desdobramentos de ordem subjetiva e concreta.

Neste sentido, emergiu do contato com o campo, questões que tomaram o cenário e passaram a nortear a pesquisa, partindo do referencial psicanalítico que toma o discurso enquanto linguagem, e que os lugares discursivos são formas através das quais os discursos incidem e se inscrevem no sujeito e, ao mesmo tempo, como esse sujeito se constitui como sujeito social e político: *considerando os diversos enfrentamentos, atravessamentos e embates discursivos na produção cotidiana marcada pela luta por moradia dos residentes da Comunidade Alcir Matos, quais são e como se articulam os lugares discursivos destes sujeitos? Dada a importância de os acontecimentos vivenciados encontrarem uma forma narrativa que possibilite a transformação dos mesmos em experiência significada, quais os dispositivos destes sujeitos na produção de um lugar discursivo que escape às formas criminalizantes e de assujeitamento que atravessam suas histórias? Face a força dos discursos que naturalizam, totalizam e hegemonomizam os sujeitos nas condições de luta pela moradia, há possibilidade de reconhecimento dos mesmos via emergência de discursos plurais?*

Considerando as questões levantadas, traçamos, ao longo do contato com o campo, o seguinte objetivo central do estudo: **conhecer, a partir da psicanálise clínico-política, os lugares discursivos ideológicos em contexto de uma Ocupação Urbana, visando**

compreender como a incidência do discurso mobiliza, afeta e compõe o cotidiano da vida de seus moradores. Como objetivos complementares, buscou-se: **delinear os sentidos discursivos sobre ocupações a partir da produção midiática; compreender o funcionamento da incidência do discurso via sujeito, no jogo transferencial e no laço social.**

A presente pesquisa é parte de um projeto maior intitulado *Processos de Criatividade, Superação e Inovação dos Residentes de uma Ocupação Urbana*, desenvolvido pelo LABINS/UFAM (SAMPAIO; VASCONCELOS; NASCIMENTO, 2018). Tem como propósito “conhecer e compreender os processos de organização comunitária, superação e modos de subjetivação frente aos processos de exclusão e violência vivenciados por residentes – adultos e crianças - de uma ocupação urbana na cidade de Manaus”. Como um recorte deste projeto, justifica-se por buscar as contribuições que a psicanálise pode trazer ao estudo do reconhecimento do sujeito via discurso, nas suas diversas articulações e configurações.

Apostamos na escuta enquanto favorecendo a emergência de narrativas transformando os acontecimentos em experiências. Esta escuta, como prática psicanalítica clínico-política (Rosa, 2012), potencializa a criação de um espaço no qual as experiências de sofrimento e seus efeitos subjetivos podem encontrar reconhecimento e testemunho em uma dimensão sociopolítica e, conseqüente modificação no campo relacional e dos significados.

Esta dissertação está organizada partes, sendo a primeira a Introdução que ora se encerra, contendo a apresentação do tema, implicação do pesquisador, problema, objetivos e justificativa. A seguir, apresentamos três capítulos. No primeiro, fazemos um trajeto teórico que vai desde um breve panorama sobre migração, remoção involuntária e descolamentos, até chegar no contexto específico de nosso campo de pesquisa, a Ocupação e relacionando-os a formas de exclusão, passando por uma articulação teórica entre discurso, ideologia e inconsciente, entre outras questões pertinentes. No segundo capítulo, enunciamos e articulamos as bases epistemológicas, teóricas, assim como o percurso metodológico em que dialogam psicanálise, política, linguagem, ideologia e discurso. Já no terceiro, nos detemos sobre as análises de dados e resultados produzidos. Posteriormente, temos as considerações finais, seguido das referências e um anexo.

CAPITULO I - Migração, remoção involuntária e deslocamentos: do global ao local

No final do século XIX e início do XX, o tema da migração não era importante para a sociologia. Nesse tempo, era vista como consequência dos avanços do capitalismo, principalmente através da industrialização e urbanização (SASAKI; ASSIS, 2000). É ao longo do século XX, a partir dos crescentes deslocamentos populacionais da Europa para os Estados Unidos, que a migração passa a ser um problema, principalmente devido à preocupação da constituição da sociedade com a presença de imigrantes. Destaca-se, nesse momento, a Escola de Chicago, com foco na compreensão dos processos de aculturação e assimilação, mas não reconhecia os processos de colonialismo e imperialismo em jogo (SASAKI; ASSIS, 2000).

Posteriormente, abordagens econômicas sobre as migrações foram produzidas. Essas teorias buscavam as causas dos movimentos migratórios a partir de condicionantes econômicos (como o custo/benefício para o migrante). Os autores dessa abordagem, no entanto, “não consideravam a ação econômica socialmente orientada” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 6). Sobre a incidência da ação econômica, o cenário mundial depois da II Guerra mostrou a organização do capitalismo através da dispersão, do deslocamento espacial e flexibilização no mercado de trabalho e consumo. É diante desse quadro que os estudos sobre migração se complexificam e a ideia das redes sociais passa a fazer parte das pesquisas. Grosso modo, a partir da compreensão das redes, aspectos relacionais e vínculos do sujeito passam a ser considerados.

Para Cunha (2005), a questão migratória no Brasil não se resume mais aos conhecidos e bastante estudados deslocamentos rural-urbano. Cada vez mais comuns e reconhecidas, as migrações inter-regional, intra-regional, internacional, assim como as mobilidades pendular e sazonal vêm sendo configuradas como processos distintos e atravessados por dimensões econômicas, sociais e políticas, a nível local e global (p. 3).

Baeninger (2012), ao analisar os movimentos migratórios no Brasil, verifica que

(...) os movimentos migratórios internos no Brasil, dos últimos 60 anos, estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional, e inseridos nas distintas

etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país ao longo desse período (p. 77, 78).

Como vimos, migração pode se referir aos variados tipos de deslocamento de pessoas ou grupos. Porém, Hazeu (2015) chama a atenção para os questionamentos acerca da utilização do termo migração (CYNTHIA MARTINS, 2012; ROGÉRIO ALMEIDA, 1977; CUNHA, 2011 apud HAZEU, 2015). Esses autores optam pela utilização dos termos deslocamento ou mobilidade, os quais apresentariam terminologia mais abrangente e uma visão mais complexa acerca das movimentações da população no espaço, permitindo melhor compreensão das características, condicionantes e consequências que afetam a sua dinâmica nos vários níveis socioespaciais (p. 34) (talvez seja por essa razão que, durante nossas pesquisas, não encontramos trabalhos que relacionassem o termo migração à desocupação de terras). Nesse contexto, questões como relações de poder e os modos de produção capitalista podem ser relacionados aos movimentos de deslocamento.

Para Feldman-Bianco (2015) são inseparáveis as discussões sobre deslocamentos, racialização, colonialismo, capitalismo e suas estruturas de promoção e manutenção da desigualdade (p. 20). A autora também refere a lógica de exclusão social promovida por políticas que priorizam a securitização e criminalização que, ancorada em uma racionalidade tecnocrata e na produção de categorias sociais cria, assim, “contingentes de despossuídos” (p. 21).

A medida que projetos de urbanização e modernização foram sendo inseridos nos planejamentos das cidades, foi aumentando a necessidade da redistribuição espacial de contingentes populacionais. Para a consecução desses, o poder público realiza os reassentamentos involuntários (RI) e que “alteraram grandes parcelas das comunidades” (CASTRO, 2016, p. 426). Esse autor também refere que são poucos os estudos que avaliam os mecanismos e a repercussão dos RI nas populações envolvidas.

Historicamente, o crescimento das cidades brasileiras se deu em custo da negação do direito à habitação, segregação social e espacial. Podemos apontar como sintoma disso as favelas e loteamentos irregulares, normalmente situados na periferia urbana ou em áreas de risco (GONDIM, 2012). Essa autora aponta, ainda, que a questão da moradia nos grandes

centros urbanos é expressiva a partir da década de 60 e 70, com a criação dos conjuntos habitacionais, o que não assegurou aos pobres moradias dignas. Assim, com a abertura política, uma das pautas dos movimentos sociais era a reivindicação da posse da terra e melhoria das condições habitacionais das favelas e periferias (ibidem).

Para Gondim (2012) “a questão fundiária está por trás da insustentabilidade ambiental e da falta de equidade que caracterizam o uso e a ocupação do solo nas cidades brasileiras” (p. 117). Particularmente no Brasil e em outros países da América Latina, a dificuldade de acesso à terra pode ser considerada um dos grandes problemas da habitação da população de baixa renda. Essa dificuldade, segundo a autora, levaria à ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis. Mesmo com a implementação de diversas políticas habitacionais, estas “(...) têm sido incapazes de deter o crescimento de assentamentos informais com precárias condições de habitabilidade” (p. 118).

A origem desse insucesso, para o autor acima, estaria relacionada a tendência de valorização do solo, tornando os preços proibitivos para famílias de baixa renda. A tendência de alta do mercado imobiliário decorre de dois fatores: a primeira relacionada ao solo enquanto bem econômico, o que o torna cada vez mais escasso à medida que as cidades crescem; o segundo fator, que seria específico a países com industrialização tardia, “trata-se da concepção de propriedade imobiliária como principal forma de ‘poupança’ ou ‘investimento’” (p. 119). A garantia à propriedade privada inviolável seria “(...) garantia contra a instabilidade econômica e a precariedade dos programas de seguridade social” (FURTADO; JORGENSEN, 2006 *apud* ibidem, p. 119).

Como resultado desse insucesso, em cidades latino-americanas, a infraestrutura, os serviços e equipamentos urbanos concentram-se nos centros e bairros adjacentes, e de forma precária nas periferias. Essa proporção não é aleatória, conforme aponta Gondim (2012) referindo que, desde os anos 80, estudos mostram que as áreas que recebem os maiores benefícios são as que concentram o poder econômico e político e que satisfazem as premissas do mercado financeiro; já as outras, localizadas nas periferias, concentram os loteamentos irregulares, assentamentos, população de baixa renda, etc. Dessa forma, “a valorização da terra nas cidades (...) tem estreita relação com a renda dos compradores e a relativa escassez das localizações preferidas” (ibidem, p. 120).

Dados do Censo de 2010 mostram que a quantidade de brasileiros vivendo em aglomerados subnormais² “passou de 6,5 milhões no ano 2000 para 11,4 milhões em 2010” (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2016, p. 77). São moradias marcadas por falta de infraestrutura, construções fora dos padrões de salubridade e, muitas vezes, sujeitas a riscos ambientais. Isso mostra o quanto “o processo de urbanização de diversas capitais brasileiras ocorreu sem que regras rígidas de planejamento fossem aplicadas” (CASTRO, 2016, p. 426).

A partir do trabalho de Gondim (2012), vemos que antes da entrada em cena das questões ambientais determinando projetos de urbanização e habitação, a partir dos anos 70, o problema habitacional Brasil era “marcado pela dicotomia urbanização *versus* remoção de favelas” (p. 121). Como alternativa, defendia-se a urbanização das favelas. Nos anos 80, com o fracasso das políticas de remoção e o pouco implemento de políticas habitacionais nas favelas (impulsionando a favelização) fizeram com que, acompanhado da abertura política e maior participação política dos movimentos sociais, fosse dada “(...) ênfase nos direitos de cidadania e na função social da propriedade urbana, consagrados na Constituição Federal de 1988” (p. 121). Mesmo com os avanços, nas últimas décadas, nas políticas de redistribuição e justiça social, estas têm se mostrado insuficientes, restando aos pobres as “(...) periferias ou as áreas impróprias para a ocupação, inclusive aquelas declaradas como de proteção ambiental” (GONDIM, 2012, p. 121). Sendo assim, os processos de urbanização e redistribuição espacial da população são atravessados pela forte mobilidade populacional e situados nos diferentes momentos econômicos, sociais e políticos experimentados pelo país (Baeninger, 2012).

Acompanhando o resto do país, a cidade de Manaus também passou por diversas transformações advindas do processo de urbanização. O primeiro grande fluxo migratório pode ser situado no período da borracha e que começou por tornar Manaus uma cidade geradora de renda e um lugar atrativo para populações de outras localidades.

Posteriormente, em meados do século XX, a criação da Zona Franca de Manaus provocou um salto na economia e desenvolvimento do Estado, o que teve como consequência outro fluxo migratório, fazendo com que a população de Manaus crescesse mais de 500%, pulando de 300 mil habitantes, em meados da década de 70, para acima de 1 milhão e 500 mil

² aglomerado subnormal abarca favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros.

habitantes da viragem do século XXI. A partir desse crescimento populacional vertiginoso e sem planejamento urbano, a urbanização da cidade se deu marcada pelas ocupações irregulares, as ditas “invasões”.

Fazendo uma análise da problemática urbana da cidade de Manaus, Lima; Júnior; Campos, *et al.* (2011) apontam que a transformação de seu espaço urbano tem uma dimensão ideologicamente concebida para a reprodução da lógica capitalista, o que a tornaria uma cidade geograficamente desigual e uma paisagem espacialmente segregada. Complementarmente, esses mesmos autores referem que as populações de baixa renda são obrigadas a procurar os locais mais distantes da cidade.

Já que nosso trabalho também toca nas questões sobre as migrações e deslocamentos populacionais, podemos mencionar também o quanto as migrações ocupam um lugar fundamental quando pensamos na estrutura demográfica de Manaus. Ao traçar um paralelo entre grau de instrução e naturalidade, Araújo (2009) mostra que em 1970 aproximadamente um terço da população era formada por não-naturais; ao passo que na década de 80 estes passam a constituir 34%, chegando a 35% da população no ano 2000.

A partir disso, podemos perceber que Manaus apresenta os mesmos problemas que citamos anteriormente no que diz respeito ao processo de urbanização no Brasil. Uma informação que aponta para isso é que os últimos dados levantados pela Fundação João Pinheiro, instituto contratado pelo governo federal para apresentar dados demográficos sobre habitação, constata que, no ano de 2015, o estado do Amazonas possuía o terceiro maior déficit habitacional relativo do País (FJP, 2018).

Como já dissemos, como um dos sintomas do descaso do poder público, da falta de compromisso com projetos de urbanização e habitação, temos o problema crônico das ocupações irregulares. Sobre essas, um levantamento³ feito pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAS) constatou que, no período de 2013 a 2015, 139 ocupações irregulares foram localizadas na capital manauara, sendo a Cidade das Luzes uma delas.

³ Informações obtidas em <http://g1.globo.com/am/amazonas/manaus-de-todas-as-cores/2015/noticia/2015/10/secretaria-identifica-quase-140-invasoes-de-terra-em-manauara.html>

A Cidade das Luzes fica localizada no ramal Anaconda, bairro Tarumã, zona oeste de Manaus. A história do surgimento da Ocupação não consta no material encontrado nas pesquisas na internet. Uma breve e, ainda assim incompleta exceção, é o site wikimania.org, o qual mostra as coordenadas geográficas da Comunidade Cidade das Luzes e refere que a mesma surgiu entre o final do ano de 2014 e início de 2015, originalmente conhecida como Comunidade Anaconda. Segundo a SEMMAS, trata-se de uma Área de Proteção Ambiental (APA), consistindo este fato, uma das razões que consubstanciam os conflitos vivenciados.

No mês de outubro de 2015, manifestantes representando ocupantes da Cidade das Luzes e de outras comunidades, interditaram uma avenida na cidade. No caso da Cidade das Luzes, os manifestantes protestavam por ação do poder público para realização de obras de infraestrutura no local. A resposta da Casa Civil do Estado, segundo site de notícias⁴ foi, no caso da primeira, a de que havia solicitação da Polícia Federal de que o Estado se abstinhasse de realizar qualquer investimento em infraestrutura a fim de evitar maiores danos ao meio ambiente da região do Tarumã. Nesta mesma matéria, manifestantes foram ouvidos e disseram que a Polícia Militar iria constantemente ao local para retirar famílias.

Ainda no mesmo ano, foi deflagrada uma operação policial que constatou crimes ambientais, além de extorsão e tráfico de drogas ao longo dos 61.000 hectares da Cidade das Luzes. Segundo a polícia, havia vendas ilegais de terrenos, cobrança de taxas para acesso a serviços básicos. Além disso, relatou-se também que, quando lideranças eram presas, era feita cota de RS 30,00 por morador para o pagamento de advogados. A operação apontou a suposta existência de organização criminosa comandando o local, sendo as duas, respectivamente, a “invasão” e a outra, o tráfico.

Em novembro, uma operação de reintegração (que contava com cerca de 700 policiais) foi suspensa pela justiça; segundo a Defensoria Pública do Estado (DPE-AM), o município não havia apresentado plano de desocupação para as famílias. Nessa ocasião, a Defensoria também suspeitava de interesses particulares na ação ajuizada. Do lado do município, além da

⁴ <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/10/governo-do-am-descarta-apoiar-grupo-de-invasores-de-terras-apos-protesto>

degradação ambiental, alegava-se que o crime organizado estaria atuando no local. Na ação sustada pela justiça, houve, segundo as notícias, o confronto entre PM's e moradores do local.

No dia 11 de dezembro de 2015 a polícia realizou, a partir de Ação Civil – sob alegação de degradação ambiental – promovida pela prefeitura de Manaus, a remoção das famílias da Cidade das Luzes. No entanto, de acordo com notícia⁵, juntamente à suspeita da Defensoria Pública, a área também é reivindicada por um empresário a fim de realizar investimentos no local.

Ainda de acordo com notícias veiculadas nos principais jornais da capital, houve confronto no local entre ocupantes e policiais; há relatos e registros de confronto entre policiais e ocupantes; um morador chegou a atear fogo no próprio corpo e morreu no mesmo dia, no hospital, devido as queimaduras; outros relataram ação truculenta da polícia e impedimento de acesso para retirada de pertences. Dias antes, a DPE-AM informou a existência de falhas na tramitação da Ação Civil, como ignorar o posicionamento do DPE, além não preservar direitos legais dos ocupantes. Um defensor público chegou a afirmar existir irresponsabilidade e discriminação por parte do Estado, que estaria tratando os ocupantes como “criminosos”.

Semanas antes, um levantamento parcial realizado pela Cáritas Arquidiocesana de Manaus apontou que 1.900 famílias (cerca de 8 mil pessoas) viviam na área antes da reintegração de posse. Nossa busca por informações não encontrou qualquer levantamento sociodemográfico feito pela prefeitura ou governo do Estado sobre as famílias que ocupavam a área (procedimento essencial para o planejamento de políticas públicas), o que confirma a opinião do defensor público mencionada antes.

Em abril de 2016, a DPE-AM denunciou o descaso do poder público com as famílias, considerando que o processo que ocasionou a retirada foi sumário e violou processos legais e, ainda, que a situação na qual vivem as famílias, dentre as quais uma parte ocupa o antigo prédio da Receita Federal, no centro de Manaus, pode ser considerada grave violação dos direitos humanos. Nessa época, a Defensoria destacou a necessidade em se denunciar tal situação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que poderia gerar punições ao Estado pelas

⁵ <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/12/defensoria-relata-falha-em-acao-para-remocao-de-familias-de-invasao-no-am.html>

infrações. Não encontramos informações na internet sobre a repercussão dessa denúncia, ou mesmo se ela foi efetivada. Também não vimos mais nenhuma manifestação pública do DPE-AM sobre os ocupantes até o ano o presente trabalho. Já na Ocupação Alcir Matos, no entanto, verificamos a ativa atuação da Defensoria Pública da União (DPU) em prol das famílias que residem no prédio.

As notícias achadas a respeito do que aconteceu com a área desocupada citavam novas ocupações, principalmente por índios, vendas ilegais de lotes de terras. Ainda em 2015, logo após a ação de remoção, a prefeitura havia firmado o compromisso de recuperar a área e transformá-la em um parque ecológico. De lá até o ano de 2019, nada mudou, além do fluxo de entradas e saídas de outras famílias da Cidade das Luzes.

Sobre as famílias retiradas da Cidade das Luzes, as notícias que informam a ocupação do antigo prédio do Ministério da Fazenda, no centro da cidade, datam de janeiro de 2016, não completados um mês da desocupação. Pessoas e ambulantes que circulam e atuam nas imediações da nova ocupação foram entrevistadas e informaram medo e insegurança, criticando até o estado de organização e mobilização política dos ocupantes, confundindo isso com “tirar vantagem”. Além do antigo prédio do Ministério, o local onde ficava a antiga Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Amazonas, também foi ocupado e permanece assim até a realização desta pesquisa.

No segundo caso, notícias relatam maior queixa da vizinhança: reclamam da falta de higiene e que os ocupantes são mau caráter e ameaçam a quem, sendo de fora, prestar reclamação.

Deslocamentos populacionais, território e exclusão social

No item anterior, ao relacionar os deslocamentos populacionais ao planejamento e desenvolvimento urbano, vimos que essas têm impacto direto sobre as camadas menos favorecidas da sociedade, o que torna “(...) difícil falar de pobreza sem atentar para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-

los à exclusão social” (GONÇALVES, 2001, p. 173). Uma das questões que merece compreensão dentro desse escopo, é a relação entre essas populações e o território.

Enquanto organização geográfica, o território

responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo (ALMEIDA, 2012, p. 147).

Nessa acepção, nos importa principalmente a segunda, ou o que podemos chamar de território simbólico: aquele “(...) onde se produzem significados, trocas afetivas, formas de viver, enfim um lugar de pertencimento” (SOARES; WARPECHOWSKI, 2012, p. 167).

A partir dessa concepção de território, Dunker (2015) se vale da proliferação expressiva dos condomínios no Brasil para falar de uma forma de vida brasileira que segue lógica análoga a do condomínio, alimentada pela hiperindividualização e a desvalorização e encolhimento dos espaços públicos. O Brasil, para ele, não conseguiu criar uma cultura que transformasse a diferença num valor, sendo esta percebida como uma ameaça, um risco.

Este autor localiza as raízes dessa lógica do condomínio durante a ditadura militar, quando teve início o florescimento de um ideal de vida protegida, segura e fortificada por muros, ambientes controlados e repletos de regras.

Ao refletir sobre pessoas que passam por deslocamentos migratórios forçados, Rosa; Berta; Carignato *et al* (2009) referem que esses processos ganham contornos próprios nos diferentes tipos de deslocamento. Estes autores também afirmam que

A migração territorial é processo que mobiliza e enlaça motivações sociais, políticas, econômicas e subjetivas – a relação com a nova terra e os novos laços terão as marcas desses processos. Essa condição tem a potência de relativizar toda relação fixa do sujeito com o poder de modo que o olhar do exilado, migrante ou refugiado pode, por sua exterioridade, ser perturbador para a cidade, gerando hostilidades e violências.

Também pode assim abalar a identidade do sujeito, tomada aqui como a ficção de si mesmo (online).

Em nossa pesquisa não trabalhamos com migrantes ou refugiados. Ainda assim, enquanto processo, podemos aproximá-la com o que aconteceu com as famílias que hoje compõem a ocupação Alcir Matos: a forma violenta com que se deu a remoção do território, o descaso dos agentes do Estado, a estigmatização promovida pela opinião pública, assim como a mobilização social e política que culminou com a ocupação, tiveram força de relativizar as relações de poder e de abalar as identidades dos sujeitos.

Na perspectiva de compreender os processos de territorialização/desterritorialização também em suas dimensões simbólicas, Haesbaert (2007) propõe como alternativa o termo *multiterritorialidade* para se referir à dialética nesse processo: “o que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade (...)” (p. 20). E segue o autor dizendo “(...) por outro lado, é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização (...) que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o ‘controle’ e/ou a ‘segurança’ sobre/em seus territórios são os mais destituídos (...)” (p. 20). Dessa forma, Haesbaert irá aproximar a complexidade desse processo às relações de poder, incorporando as dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Ao articular psicanálise e política, Goldenberg (2006) lembra que Freud nunca tomou a política como objeto de seus estudos. Ao resgatar o famoso dito freudiano das três atividades impossíveis “educar, curar e governar” esse autor refere que Freud se importava muito mais com a dimensão do “fazer” da política, e que o “impossível” desse ofício (assim como dos outros dois citados) indicaria, aos invés da impotência, sua condição de possibilidade no campo das escolhas e das liberdades humanas. O “impossível” teria o sentido de marcar uma diferença entre o campo de ideias e práticas que visariam o alcance de um ponto definitivo e preciso daquelas nas quais, paradoxalmente, os objetivos não são alcançados e ao mesmo tempo não são perdidos de vista. Para esse autor, o primeiro “pode ser a causa da vertigem que nos leva a procurar a mão do Salvador da Pátria, ou à aspiração positivista de uma previsão exata do nosso destino” (p. 8).

Apesar de manter reserva acerca da política propriamente dita, ao longo de vários textos importantes de Freud, é possível verificar sua preocupação com as questões políticas de sua época. Textos como *O mal-estar na cultura*, *Totem e tabu*, *Moisés e a religião monoteísta* e *Psicologia das massas e análise do eu*, atestam o quanto Freud preocupou-se com as questões de seu tempo para pensar a relação complexa entre individual e coletivo, relação esta que constitui o problema central da ação política. Pode-se dizer que uma das constatações que podemos fazer a partir de Freud, é de que o que nos constitui como seres humanos, a saber, a relação com outros homens (o que implica a política) é também causa de sofrimento. Assim, pensamos que é na cena política que o inconsciente *encena*, ou, como Rosa (2016) constata: “(...) a outra cena das questões clínicas (...) traduz-se na cena política que se insere na trajetória do sujeito, situada em sua história libidinal, familiar, social” (p. 22).

Aqui, não trabalharemos com uma definição específica da palavra política. Preferimos, ao contrário, priorizar os sentidos desta que implicam a ação num espaço de relações com a finalidade de produzir um mundo comum. A ação, atividade política por excelência, é “a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria” (ARENDDT *apud* CORREIA, 2010, p. XXX). E o espaço em que essa ação ganha sentido e realidade é no domínio público, que sempre demanda a presença de outros.

Ao tratarem dos impasses clínicos e políticos em face dos dilemas da contemporaneidade, Rosa; Ferreira; Alencar (2018) referem que nosso cotidiano tem sido afetado por acontecimentos sociais e políticos, ao passo que conquistas sociais, que iam em direção à democracia, vem sendo cada vez mais trocadas por discursos e práticas regulados sob a lógica da guerra. O cerne desta lógica localiza sempre no Outro o perigo, o risco e a culpa pelos males: um país, uma política; ou mesmo grupos ou populações – o “terrorista”, o “imigrante”, o “favelado”, o “drogado”, o “invasor de terra”, o “vizinho”, etc. Aqui, esse Outro engendrado seria a encarnação do mal, fazendo circular uma dicotomia na qual “eu sou bom” e o “outro é mal”, o que evitaria “(...) a necessária divisão processada em cada um, em que o bom e o mau habitam” (p. 84).

No Brasil, seguindo a linha desses autores, os acontecimentos no país também indicam a incidência dessa lógica, o que formaria o debate político baseado em discursos de ódio, fomentando tensões sociais e incertezas nos planos econômicos, sociais e políticos,

principalmente no que diz respeito às populações e grupos marginalizados, apontando para “(...) uma retomada ordenadora e progressista que retira direitos e mantém privilégios” (p. 83). Trata-se de uma política derivada de um novo capitalismo marcado pelo signo da “indiferença”, com suas diversas formas de exclusão, discriminação e dominação. (Sennett, 2006 *apud* Oliveira, 2017).

Em *Arquivos do mal-estar e da resistência*, Birman (2017) percorre diversas problemáticas que seriam constituintes do *mal-estar* na atualidade. Ao situar este nas formações sociais e nas tradições que constituem o Brasil, e fazendo uma interpretação transdisciplinar do conceito de *mal-estar*, afirma que “a ostensiva desigualdade na distribuição do gozo e a ausência correlata de um Estado que pudesse regular minimamente a repartição justa daquela estão certamente na base do mal-estar presente na tradição brasileira” (p. 73).

Para esse autor, tal desigualdade, marca que sempre caracterizou a sociedade brasileira, foi ainda mais intensificada quando o País foi inserido no neoliberalismo. Isso porque o Estado de bem-estar social, que triunfou por algum período no continente europeu em razão da instituição efetiva das democracias liberais no séc. XX, no Brasil sempre se mostrou precário, foi ainda mais esfacelado, atingindo de maneira catastrófica principalmente as classes populares. Assim, o Estado brasileiro, cada vez mais minimizado e ausente de formulações políticas efetivas, vai protagonizando um genocídio no qual a criminalidade, a violência e a delinquência são seus os signos mais patentes (Birman, 2017).

Ainda seguindo as linhas desenhadas pelo autor acima, os efeitos da distribuição desigual do gozo espalharam-se em todos os seguimentos e classes sociais de nosso país. As elites, perversamente incapazes de repartir o gozo acumulado, e ainda ficando quase sempre impunes, impeliriam as camadas médias populares da sociedade a repetirem o mesmo padrão ético, pois “(...) se a distribuição do gozo é impossível, é preciso arrancá-lo custe o que custar, com as mesmas armas usadas pelos acumuladores do gozo coletivo (...)” (BIRMAN, 2017).

A partir do que apresentamos, compreendemos que mesmo sendo constituídos em campos diferentes, clínica psicanalítica e política podem ser articulados. Dialogando com outros domínios do saber, a psicanálise nos permite retomar e inventar novos dispositivos e formas de compreender o político. Acreditamos que, a partir dessa articulação, podemos criar

e fazer resistência aos modos hegemônicos de fazer política, dando maior importância ao lugar fundante da experiência compartilhada.

A seguir, intentamos trazer mais articulações possíveis entre psicanálise aplicada e política que nos possibilitarão compreender a realidade investigada em nosso trabalho.

Discurso, ideologia e inconsciente

Para Althusser (1970), a partir de Marx, passou-se a reconhecer que “não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção” (p. 13).

Durante séculos, o modo de produção capitalista vem se reproduzindo mundialmente. Apoiado em seus discursos, o capitalismo “coloca, muitas vezes, os sujeitos em lugares que fundamentalmente são de opressão, porque tolhem as margens de liberdade possíveis ao sujeito, bem como limitam sua possibilidade de se indispor ao sistema (...)” (JUNIOR; JARDIM, 2014.). Vários são os condicionantes que permitem a reprodução do capitalismo. No nosso caso, tentaremos destacar sua dimensão enquanto *discurso*, suas tramas ideológicas e suas relações com o inconsciente.

O enfoque assumido pelas tendências nos estudos da linguagem a partir do século XX passaram a se voltar para os sentidos e as funções desta. A partir disso, “a linguagem se torna um instrumento de representação da realidade, que estrutura determinada cultura e constitui a vida humana” (JUNIOR; JARDIM, 2014, p. 37). Enquanto discurso, a linguagem deixa de ser “neutra” ou simples instrumento de interação e laço social, e passa a ser analisada também como algo que se vincula à vida social e seus modos de produção/reprodução, portando, assim, dimensões ideológicas.

Ao buscar referências no marxismo e na psicanálise, Althusser (1970) expande as análises da ideologia, principalmente a partir da ideia de Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE, o qual designa “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato

sob a forma de instituições distintas e especializadas” (p. 43). Ao retomar o conceito de ideologia, este autor propõe uma teoria das ideologias *em geral* (e não uma teoria das ideologias particulares). Isso implicaria uma dupla condição da ideologia: imaginária e material. A grosso modo, essa condição permite pensar que só existe prática por meio e sob uma ideologia; e que só existe ideologia através do sujeito e para os sujeitos (ibidem).

Uma das fórmulas desse autor para explicar as relações entre sujeito e ideologia é a de que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos” (ALTHUSSER, 1970, p. 99). Não iremos, aqui, expor os argumentos desse autor para se chegar a essa tese. Para nós, resta compreender que, nessa perspectiva,

a interpelação produz assujeitamento e isso ocorre em qualquer época histórica, em quaisquer que sejam as condições de produção, pois resulta da inscrição do sujeito no simbólico e, ao mesmo tempo, produz como resultado que esse sujeito, afetado pelo simbólico, expresse a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer. (MAGALHAES; MARIANI, 2010, p. 392).

Pêcheux (1996) ressalta um traço comum entre ideologia e inconsciente: “é o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades ‘subjetivas’ evidentes, com o ‘subjetivas’ significando, aqui, não ‘que afetam o sujeito’, mas ‘em que o sujeito se constitui’” (p. 148). Assim, a ideologia estabeleceria inconscientemente formas de o sujeito viver em sociedade (imaginário) e posições as quais este deve assumir no laço social (simbólico).

A hegemonia do discurso capitalista “empurra” cada vez mais os sujeitos às suas lógicas de produção/consumo, formulando a crença imaginária de que a única realidade possível é a determinada pelas relações capitalistas, ou como diz Zizek (1996) “ninguém mais considera seriamente as possíveis alternativas ao capitalismo (...) parece mais fácil imaginar o ‘fim do mundo’ que uma mudança muito mais modesta no modo de produção (...)” (p. 7).

Ao tentar delimitar a experiência dos regimes totalitários do séc. XX e trazendo a insistência do *real* na ideologia, Zizek (1991) faz referência ao *Seminário 11* de Lacan em que este se remonta ao paradoxo de Chuang-Tsé, no qual esse último, após ter sonhado que era uma

borboleta, acorda se perguntando se ele mesmo não era a borboleta que havia sonhado ser Chuang-Tsé.

Para Lacan, a interrogação de Chuang-Tsé a si mesmo é fundamental por duas razões: primeiro porque “é isso o que prova que ele não é louco, ele não se torna por absolutamente idêntico a Chuang-Tsé” (LACAN, 1973, p. 72 *apud* ZIZEK, 1991, p. 149). E segundo porque “foi quando era borboleta que ele captou em alguma raiz de sua identidade – que ele foi, e que é em sua essência, essa borboleta que se pinta com suas próprias cores – e é por isso, em última raiz, que ele é Chuang-Tsé” (Ibidem)

A explicação para a primeira razão é a de que seria a rede simbólica que determina a identidade de qualquer sujeito a partir da rede intersubjetiva da qual é integrante. No entanto, essa identidade não se constitui somente a partir do que ele é para os outros, ou seja, o sujeito não é redutível às determinações simbólicas que lhe são conferidas. O sujeito também disporia da *fantasia*, ou melhor, do objeto da fantasia: “a ‘borboleta’ é o objeto que constitui o quadro, o esqueleto de sua identidade fantasística” (ZIZEK, 1991, p. 150). Dessa forma,

Essa identidade de Chuang-Tsé é para o outro, como ele comparece na rede simbólica. Mas ele é também borboleta no seu desejo, ou seja: o que lhe confere singularidade é ser borboleta. No sonho, ele desperta para o desejo. Ao acordar, dorme, aliena-se em Chuang-Tsé (ROSA; FERREIRA; ALENCAR, 2018, p. 88).

O paradoxo do sonho que põe em xeque o primado da razão, ou da realidade, em detrimento à condição desejante do sujeito, e que também marca a divisão subjetiva enunciada pela psicanálise, possibilita uma outra definição do conceito de ideologia diferente daquela do marxismo, que definiria essa como “consciência falsa” e que por detrás dela encontraríamos a essência das relações sociais. Na perspectiva psicanalítica, a ideologia seria uma espécie de mundo simbólico que mascararia, não a essência das relações sociais, mas que encobre, vela, a marca do impossível, o *real*, que estrutura o campo social. Uma crítica da ideologia, nessa ótica, seria o trabalho de desmascarar qualquer discurso ideológico que objetiva sustentar a fantasia de que existiria uma realidade acabada, definitiva, como o faz o capitalismo com suas retóricas.

Essa lógica de se pensar a ideologia em que a psicanálise aposta nos permite também pensar a política da forma que já apontamos anteriormente, ou seja, a produção de um mundo comum (ação política) em que se é possível sustentar o lugar vazio, o impossível de uma determinação, como espaço que torne possível a criação. É em torno da constatação desse vazio que podemos inventar políticas e formas de comunidade que sustentem a diferença e a pluralidade (Rosa, 2016).

O inconsciente estruturado como linguagem. A conhecida fórmula lacaniana aponta justamente para a ideia de que o inconsciente se ordena através da linguagem e que o sujeito, por ser sujeito do inconsciente, nasce a partir de seu reconhecimento pelo Outro e pelos outros. O sujeito subjetiva-se e singulariza-se, ao longo de sua história, nos movimentos, capturando e sendo capturado, interpelado pelo discurso e seus efeitos. É a linguagem a marca fundamental da contradição entre o individual e o universal – “essa vida é a vida puramente linguística. Somente a vida na palavra é inqualificável e inesquecível” (AGAMBEM, 2017, p. 18).

Ainda tomando a concepção lacaniana do inconsciente como linguagem, trazemos também outra de suas produções teóricas que servirão como balizadores teóricos em nossa tentativa de compreender os efeitos dos discursos no sujeito, assim como as relações com o inconsciente e suas incidências no laço social e nas formas do político. Estamos nos referindo à teoria dos discursos lacanianos: o discurso do mestre, do universitário, da histórica, do analista e do capitalista. Porém, antes de passar aos discursos propriamente, apresentamos alguns pressupostos que servirão como ponto de partida para a compreensão dos mesmos. Para tal, tomaremos de empréstimo a revisão teoria em Couto; Casséte; Hartmann; Souza (2018), nos servindo também de alguns pontos tratados em Rosa (2016) e Junior; Jardim (2014), dentre outros.

É no *Seminário XVII* que Lacan traz suas teorizações acerca dos discursos. Para ele, o discurso seria uma estrutura que está fundada no próprio funcionamento da linguagem e os efeitos desta na realidade, além das próprias modalidades de laço social se constituírem a partir das incidências do discurso. O *discurso é sem palavras*, irá dizer Lacan (1992). Quer dizer, com isso, que o discurso ultrapassa as palavras e os sentidos; ao mesmo tempo, ele é condição para que as palavras e os sentidos circulem e se articulem como linguagem.

Logo acima, falamos do discurso enquanto estrutura. Para Lacan, tal estrutura não é pensada segundo a teoria estruturalista. Isso se deve porque, segundo Sadala; Martinho (2011) haveria duas divergências marcantes: a concepção de sujeito e o lugar dado ao registro do *real*.

Sobre a primeira diferença, não entraremos nas minúcias teóricas que a sustenta. Nos resta saber que, para os estruturalistas, a estrutura não é compatível com o sujeito; já na psicanálise lacaniana, sujeito e estrutura são coexistentes.

A segunda divergência relaciona-se à premissa de que, para a psicanálise, nem tudo pode ser explicável, traduzível ou dizível. Para sustentar essa ideia, Lacan (1985) chamará de *real*, ou seja, aquilo que “não cessa de não se escrever” (p. 127). O estatuto desse conceito subverte a concepção de estrutura ligada à totalidade, que é própria dos estruturalistas. Sendo assim, “o real tem como estatuto o impossível e se inscreve na estrutura sob a forma de furo do imaginário e falta no simbólico” (SADALA; MARTINHO, 2011, p. 253). Podemos conceber o imaginário como as maneiras com as quais vivemos em sociedade; e o simbólico àquilo que marcaria as posições que devemos assumir nas relações sociais (Junior; Jardim, 2014).

Para a psicanálise lacaniana, o sujeito, que é sujeito do inconsciente, seria um efeito da cadeia significante, não tendo este, assim, qualquer relação com a consciência. Esse sujeito, marcado pelo inconsciente e não tendo substância, dependeria de um Outro (lugar dos significantes da língua) para se constituir, para ser significado. Entretanto, devido à impossibilidade de uma significação última por conta da insistência do *real*, o sujeito *deseja*.

À condição desejante do sujeito, que implica sempre um resto não representável e que escapa às tentativas de significado, Lacan lança mão do conceito de *objeto a*, como representando esse resto que fica perpetuamente sem ser simbolizado. Seria esse objeto que se torna o fundamento de toda ação desejante do sujeito.

A partir de agora, temos alguns elementos que nos possibilitam compreender (ainda que de forma resumida) melhor a teoria dos discursos lacanianos.

Existe uma matriz fundamental de onde os discursos são produzidos. Nosso trabalho não dará conta de descrever a sua elaboração. Nos cabe entender que essa forma (matema) básica é composta por quatro elementos que se organizam assim:

$$\begin{array}{ccc} \textit{agente} & & \textit{Outro} \\ \hline S_1 & \rightarrow & S_2 \\ \hline \$ & & a \\ \textit{verdade} & & \textit{produção} \end{array}$$

A legenda para cada elemento é a seguinte: S1 (agente); S2 (Outro); \$ (verdade) e *a* (produção). Essa formação não pode ser remexida. A produção de cada um dos discursos é operada por rotações sucessivas de um quarto de giro (Couto; Casséte; Hartmann; Souza, 2018).

Resumidamente, podemos definir os elementos assim: o S1 representa o significante-mestre. Possui o poder de comandar a repetição, pois nunca consegue representar o gozo de forma completa; o S2 diz respeito a cadeia significante que tenta completar o sentido de S1, mas sempre resultando no seu fracasso. Ele também represente o saber que estrutura o inconsciente (Couto; Casséte; Hartmann; Souza, 2018). Antes de passarmos aos outros elementos, e por mais que estejamos correndo riscos de simplificação ao resumir os discursos, é preciso adicionar que o saber e o gozo se articulam, nessa formulação lacaniana, por conta de que o trabalho do inconsciente é engendrado pela combinatória entre os significantes, os quais tentam dar sentido ao *real*, dimensão do impossível.

Ademais, temos \$: é o sujeito marcado pela divisão que a linguagem incide. Ele é suporte da experiência de desejar (Couto; Casséte; Hartmann; Souza, 2018). Finalmente, há o *objeto a*, que pode ser concebido como causa do desejo, mas também como objeto mais-de-gozar. No primeiro caso, é a mola propulsora do movimento incessante de desejar. No segundo, está situado na “experiência de um gozo perdido que o sujeito trata de tentar recuperar, por isso sua vinculação à repetição, ao caráter parcial da satisfação pulsional e à dimensão entrópica da pulsão de morte” (Ibidem, p. 98). Trocando em miúdos, o *objeto a* mostra que, a partir do momento em que o sujeito entra na linguagem, algo se perde (e o institui). Ao mesmo tempo, tal objeto é o que impulsiona o sujeito a tentar recuperar esse algo perdido que, vale lembrar, nunca é reencontrado.

Sobre os lugares que cada elemento ocupa no matema, tem-se o *agente* (a esquerda e acima da barra): é quem, de forma aparente, domina o discurso, o nomeia e dá intencionalidade a ele. Já a barra abaixo dele indica o que estaria recalcado no discurso (e que fica embaixo da barra). Depois, localizado acima da barra e a direita, está localizado o *Outro*. Este seria quem o discurso (S1) quer dominar (por isso a seta em sua direção). Nesse movimento, porém, existe a impossibilidade de domínio por parte do discurso, o que faz com que esse Outro produza sempre um resto não dominado. E é este último que se refere ao que está abaixo dele, a saber, a *produção*, sendo esta, o produto de cada um dos discursos (Couto; Casséte; Hartmann; Souza, 2018).

Após essa apresentação sumária e, reconhecemos, cheia de lacunas, passemos a produção dos discursos e como cada um funciona, iniciando pelo Discurso do Mestre.

Para entender o que está em jogo no discurso do mestre, é preciso levar em consideração a dialética do senhor e do escravo, contida na *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, pois é a partir de sua crítica que Lacan desenvolverá o discurso em questão.

Claro, seremos superficiais na exposição dessa crítica, nos interessando entender que Hegel lança mão da dialética do senhor e do escravo como uma tentativa de tornar inteligível processos de socialização vistos em formações elementares de interação social (família, instituições, Estado, etc.). Na dialética hegeliana, podemos dizer que, seguindo as linhas de Couto; Casséte; Hartmann; Souza (2018) que a formação da consciência-de-si é fundamentalmente conflituosa, na medida em que toda ela é impulsionada pela falta que opera “no nível de um desejo de reconhecimento dirigido a outra consciência que, especularmente, deseja a mesma coisa” (p. 100). Assim, o reconhecimento do ser da consciência só é legitimado através do reconhecimento de uma outra consciência de fora. Ou seja, ser-para-si é também ser-para-o-Outro. O saldo dessa batalha seria o recuo de uma dessas consciências, no qual uma seria o senhor (S1) e outra, o escravo (S2).

Dessa maneira, ambos passam a se relacionar através da intermediação das coisas que o escravo produz (*a*). Porém, a relação que o senhor estabelece com a produção do escravo não deve ser definida somente pela posse, gozo ou consumo pois, se assim o fosse, haveria a destruição do objeto. Para que isso não aconteça, é necessário que o senhor efetive a realização de seu desejo de reconhecimento. E isso ocorre quando o objeto de consumo possuído pelo

senhor seja aquele mesmo produzido e também desejado pelo escravo. Portanto, a dialética funciona conforme o escravo - quem produz e fornece os objetos que o senhor possui - sonha em poder gozar da posse de alguns desses objetos.

Nesse ponto, conforme os autores que acompanhamos, Hegel é utópico: para este, o final da relação dialética se daria quando o escravo reconhecesse que é ele quem detém o saber da produção, descobrindo sua própria potência e colocando o senhor no lugar subalterno. E é essa utopia que é criticada por Lacan. Para ele, o fato de todo discurso ser marcado por uma dimensão de impossível, não devemos compreender essa dialética na tentativa de sua superação, mas sim onde ela fracassa, “onde ele não funciona, onde ele se repete, que devemos buscar sua razão” (COUTO; CASSÉTE; HARTMANN; SOUZA, 2018, p. 100). Assim, Lacan dirá que é o escravo (S2) que possui o saber da produção mas, ao trabalhar para o senhor (S1), goza (*a*) desse lugar: “– é ele quem tem os meios” (LACAN, 1992, p. 117).

A atualidade parece evidenciar a prevalência do discurso do mestre, por exemplo, nos registros de muitas experiências religiosas e políticas: religiões que difundem credos cada vez mais rígidos e passionais ganhando cada vez mais adeptos; na política, o ressurgimento e a adesão à extrema direita, com seus líderes que se mostram salvadores.

Agora, vamos fazer um quarto de giro e passar ao próximo discurso.

$$\frac{S_2}{S_1} \longrightarrow \frac{a}{\mathcal{S}}$$

O Discurso Universitário é agenciado pelo saber. É o mesmo saber validado e ornado por títulos e currículos. Para Lacan (1992), esse discurso é o que representa a burocratização da vida. A partir dele, são baseados os parâmetros de toda racionalidade capaz de ordenar, avaliar e fazer funcionar sistemas e instituições. Fazer funcionar, nesse caso seria maximizar a produção e a utilidade, mais e melhor, para o maior número possível.

Lembramos que esse discurso, apesar de seu nome, não circunscreve somente o saber acadêmico, mas sintetiza o “(...) modo como o saber circula no laço social contemporâneo (COUTO; CASSÉTE; HARTMANN; SOUZA, 2018, p. 101). Para esses autores, ao citarem

Zizek, o discurso universitário pode se apresentar de várias formas disfarçadas, como objetivo da tecnologia ou como biopolítica, operando através da vigilância e da regulação de sistemas e processos.

Na leitura do discurso universitário, temos o saber (S2) agenciando o discurso que se dirige ao objeto a (Outro). Tal saber, diante do impossível de dominar e se apropriar inteiramente do objeto. O resultado disso é a produção de um sujeito dividido (\$).

Fazendo outro quarto de giro, temos o Discurso do Analista.

$$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$$

Aqui, no lugar do agente, temos o analista (*a*). Ele, nesse caso, se faz semblante do objeto causa do desejo. Dentre os quatro discursos, conforme apontam Couto; Casséte; Hartmann; Souza (2018), esse é o que faz um enlaçamento do sujeito (\$), colocado no lugar do Outro, nos mostrando a impossibilidade de dominá-lo, de apreendê-lo em sua totalidade (o sujeito).

Já o saber (S2), ocupando o lugar da verdade, nesse discurso representaria a interpretação em uma psicanálise. Porém, ao contrário de visar a totalização do sentido, ou de uma ampliação da consciência, ele “tende a revelar a impotência do significante diante do real, ou seja, tende a tocar naquilo que há de impossível no domínio da relação entre os sexos” (COUTO; CASSÉTE; HARTMANN; SOUZA, 2018, p. 102).

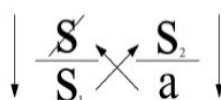
Por fim, como produção do discurso do analista, temos o significante mestre (S1) que faz vínculo com o sujeito no lugar do Outro. Isso implica a não fixação ao gozo, abrindo o sujeito para a indeterminação: o Outro, no final das contas, não existe, portanto. Ou seja, não há lugar ou alguém que pode preencher plenamente a falta.

Mais um quarto de giro e temos o Discurso da Histórica.

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$$

Nesse discurso, a histórica ocupa o lugar do sujeito (\$) a qual, alienada sobre a verdade do seu gozo (*a*), se volta para o mestre (S1) para que este produza um saber acerca de sua condição. Entretanto, o mestre, por conseguir suprir somente parcialmente essa demanda de saber, é pressionado a produzir novos saberes e assim sucessivamente, deixando, assim, sempre um enigma sobre o qual qualquer saber se mostra impotente.

O último quarto de giro nos leva ao Discurso do Capitalista.



Como podemos perceber, o discurso do capitalista é uma inversão do discurso do mestre – ou sua versão degradada (Rosa, 2016). Aqui, o S1, que ocupa o lugar de agente no discurso do mestre, desce para o lugar de verdade, o que coloca o sujeito barrado no lugar de agente, que passa a ser sustentado pelo saber (S1). Esse discurso significa, então, que o sujeito “pode ser tido como verdade absolutizada, em que não há espaço para laços e se constitui apenas em sua alienação como significante-mestre, sem espaço, como dito, para dialetização” (ROSA; PENHA; FERREIRA, 2018, p. 108).

Para Bueno (2015) Lacan não deixou muita clareza sobre a escrita desse discurso, o que permitiu diversas leituras acerca deste. Esse autor refere, por exemplo, que em Quinet (2009) o significante-mestre (S1) ocupando o lugar da verdade representaria o capital, enquanto que o sujeito no lugar de agente, seria reduzido ao consumidor de objetos produzidos pelos meios tecnocientíficos (S2). Além disso, por não haver dialetização entre o agente e o Outro, o discurso do capitalista faria com que o laço social passasse a ser regulado pela “(...) relação com os objetos produzidos pela ciência e elevados à categoria ilusória de objeto de ‘desejo’, ‘sonho de consumo’ e não pelo (des)encontro entre as pessoas” (BUENO, 2015).

Souza (2008) *apud* Bueno (2015) chama a atenção para o lugar da produção no discurso do capitalista. Enquanto que nos outros quatro discursos o objeto a se desloca, tornado impossível sua apreensão ou significação, no discurso do capitalista ele torna-se acessível. O efeito disso, para o autor, é uma modificação na maneira do Outro trabalhar, o que traria modificações importantes no lado do sujeito:

Ao tornar-se objeto com valor de mercado, um bem de consumo, o saber subverte o desejo e sua relação com o sujeito, uma vez que é oferecido como “promessa” de satisfação possível. Nessa transformação, o sujeito tenta driblar imaginariamente a condição de impossibilidade estrutural de ter acesso à verdade e ao objeto que causa seu desejo (BUENO, 2015).

Dessa maneira, quando o sujeito ocupa o lugar de agente, ele adquire a posição de semblante do mestre, tendo a ilusão de acreditar ser capaz de comandar, via o saber, o próprio objeto de mais-de-gozar, consumindo-o e ignorando o próprio efeito desse último. Isso faz sugerir que o sujeito, no discurso do capitalista, recusaria a castração marcada pela inscrição do real pela via do objeto a. Como uma das consequências dessa recusa, o sujeito “(...) lança-se numa busca desenfreada de objetos cada vez mais sedutores e passa a ser comandado por eles e pelas regras e leis do mercado que o produzem” (BUENO, 2015, n.p.). Já os objetos, estes não cessam de serem produzidos, devido a impossibilidade real de satisfação, engendrando-se, assim, um círculo vicioso de produção-consumo desses objetos.

Como vimos, na perspectiva lacaniana, “os sujeitos ocupam determinadas posições que definem qual lógica de relação que será estabelecida numa relação entre o sujeito, o Outro e os outros” (JUNIOR; JARDIM, 2014, p. 45). Nesse processo de socialização, são distribuídos os lugares discursivos, donde os sujeitos aprendem a se posicionar, respondendo e orientando-se a partir de parâmetros engendrados pelos discursos de poder, logo ideológicos.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o lugar discursivo tenha a função de designar e atribuir sentido ao lugar ocupado pelo sujeito na sua relação com o Outro, esse mesmo lugar é interpelado, segundo Junior; Jardim (2014) por ideologias que tentam se sobrepor como discurso hegemônico, impondo quais lugares devem ser ocupados em sociedade para que lógicas de dominação/opressão possam continuar operando com sucesso. A esses lugares impostos, que minam as possibilidades de liberdade, criatividade e singularidade para o sujeito, esses autores os definem como lugares ideológicos.

Destarte, os lugares ideológicos incidem sobre o sujeito mantendo-o submisso aos discursos hegemônicos. Estes, por sua vez, “(...) regulam e determinam quais lugares e posições

esses devem ocupar na sociedade” (ibidem, p. 51). Como exemplo dessa incidência, podemos referir as minorias sociais, de classe e de raça.

A imposição do lugar ideológico pode ter efeitos diversos sobre os sujeitos. A resposta do sujeito pode ser acomodar-se às interpelações dos discursos hegemônicos. Outra forma de responder pode ser através da luta política a fim de ter os direitos preservados, optando por se posicionar contra a lógica do capital e do lucro que se apresenta como única possível, tal como faz o discurso do capitalista. É nesse segundo tipo de resposta do sujeito que se “(...) favorece a constituição de identidades coletivas que auxiliam os sujeitos a criarem projetos políticos de resistência para o enfrentamento de discursos hegemônicos (JUNIOR; JARDIM, 2014, p. 52).

Ao pensarmos os processos de territorialização em sua complexidade, incluindo as dimensões apresentadas anteriormente, somos remetidos aos modos de subjetivação próprios do neoliberalismo que, ao desterritorializar/desenraizar sujeitos, pode colocá-los em condição de *desamparo social* (impedimento do acesso efetivo aos dispositivos que organizam a vida social) e vulneráveis a diversas formas de violência, incluindo a *violência simbólica* (que perpetua e submete ao discurso social dominante) (Rosa, 2002). Assim, os deslocamentos forçados/involuntários “(...) atende ao jogo do mercado, no qual os direitos dos cidadãos, por muitas vezes, encontram-se suprimidos” (SOARES; WARPECHOWSKI, 2012, p. 167).

É o que mostra o trabalho de Domingues e Rosa (2014) ao investigar como os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST vivenciam e enfrentam a violência no cotidiano:

Entre estas dificuldades enfrentadas, destaca-se (...) a violência física (as prisões, as torturas e o risco de morte), a violência psicológica (as ameaças, a criminalização dos que lutam pela terra, associando-os a vagabundos e bandidos), bem como a violência “naturalizada” (do acesso negado aos direitos básicos de saúde, educação e moradia) (p. 115).

A exposição às diversas modalidades de violência, a exclusão social e seu conseqüente desamparo geram também, conforme Rosa (2002), a sensação de desproteção aliada a um *desamparo discursivo*, “caracterizado pela fragilização das estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação dos valores, ideais, tradições de uma cultura e

resguardam o sujeito do real” p. 2). Dessa forma, segundo a autora, o sujeito é exposto ao risco de se confrontar com o traumático, ou aquilo que se situa fora do sentido. E segue a autora: “a exposição traumática é dupla: por um lado, sua ocorrência é facilitada; por outro lado, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de dessubjetivação” (p. 2).

Pensar a respeito dessas pessoas que sofrem pelo desamparo social e discursivo, nos ajuda a compreender e elucidar processos de exclusão e violência, e permite “refletir sobre alguns dos efeitos subjetivos e intersubjetivos da pobreza extrema e da exclusão social, situação em que se encontra expressiva parcela da população brasileira” (Rosa, 2002, p. 3). Para tanto, escolhemos e apostamos na escuta desses sujeitos; uma escuta com vistas a romper as malhas do assujeitamento aos discursos dominantes.

É no campo político, social e cultural que os sujeitos se constituem e, ao mesmo tempo, sofrem a incidência desses campos; a relação do sujeito com as leis, a existência de pactos sociais, os meandros do poder – objetos de estudo da política – também constituem o objeto da psicanálise: o inconsciente traduz-se e situa-se na história libidinal, familiar e social do sujeito, ou seja, “(...) a outra cena das questões clínicas traduz-se na cena política presente na história do sujeito (...)” (ROSA, 2017, p. 22). Tomando o campo social como cena, a mesma autora o entende como constituído por discursos que intentam mascarar as inconsistências, contradições e antagonismos da sociedade na tentativa de impor uma ideia de sociedade a ser reproduzida. Aquilo que é estranho a esse modelo deve ser cooptado, excluído ou marginalizado.

Ao fazer referência ao discurso como materialidade do laço social, pensamos este ter seu fundamento na linguagem – campo do simbólico – e que tomam forma em um dado tempo e lugar. Na perspectiva da psicanálise, para Rosa (2017), “os laços sociais remetem à condição constitutiva do homem na linguagem e na cultura. A inserção processa-se simultaneamente no jogo relacional, afetivo, libidinal e também no jogo político” (p. 23). Dessa forma, será o discurso que dará as coordenadas possíveis para cada sujeito se subjetivar.

Esses discursos, ao buscarem naturalizar e igualarem-se ao campo simbólico da cultura e da linguagem, e tornando invisíveis os conflitos e contradições gerados (e que constituem as bases do laço social) serão direcionados para o sujeito, através da individualização, marginalização ou patologização. É nessa medida que o desamparo e exclusão social procuram

ser naturalizados, lançando o sujeito, como vimos anteriormente, também ao desamparo discursivo, que se traduz no silenciamento ou em reações que justificam ainda mais os discursos do poder. Neste sentido, Rosa (2017) coloca como necessário à psicanálise a abordagem dos fenômenos sociais, culturais e políticos e suas incidências no sujeito, especificamente aqueles que são dão na cena do capitalismo e da globalização.

Será apoiada na filosofia e nas ciências sociais que a psicanálise se apropriará do campo político e social:

A clínica psicanalítica e a teoria social podem encontrar afinidades pelas quais ambas sejam beneficiadas. Sem uma perspectiva clara das coordenadas da época, a psicanálise poderia descuidar-se das profundas transformações sociais que tocam os fundamentos da civilização, gerando novos sintomas para os quais a clínica deve dar uma resposta que se distinga dos pressupostos policiais da biopolítica. E sem os conceitos psicanalíticos de inconsciente, pulsão, da lógica do significante e da teoria do gozo, a sociologia corre o risco de extraviar-se nos atoleiros da metafísica (DESSAL, 2017, p. 12).

Neste sentido, caberia à psicanálise desvelar a dimensão inconsciente nas práticas sociais, dando “visibilidade aos métodos de controle social, centrados em escamotear tanto os conflitos econômicos e políticos assim como o mal-estar social” (ROSA, 2017, p.23). É nessas bases que se constitui a escuta da dimensão sociopolítica do sofrimento, detectando, intervindo e reconhecendo sua face a fim criar condições de re-situar o sujeito que se encontra nas margens sociais em relação ao seu discurso, assim como “(...) dissolver identidades, desarticular gozo, recuperar memória, repensar o pacto social vigente (...)” (ROSA, 2017, p. 24).

O enredamento nos processos de constituição e destituição do sujeito social pode ser esclarecido tanto na clínica clássica, como pela intervenção no campo dos discursos e historicização dos laços sociais em determinados grupos (Rosa, 2012). É esse segundo caso que nos importa. E isso implica questões metodológicas, armadilhas e impasses (idem).

Junior; Jardim (2014) propõem uma ferramenta metodológica para a compreensão dos lugares discursivos e ideológicos no laço social.

Entende-se que o lugar discursivo é uma construção imaginária sobre a qual a ação ideológica opera resultando na constituição de sujeitos a partir de critérios de classe, gênero, raça, etc. que demarcarão posições na sociedade. Como referente estrutural para sujeito e laço social há o discurso (meio pelo qual uma sociedade se constitui imaginária e simbolicamente). O indivíduo, ao ser interpelado pelo discurso, passa a ser sujeito, se “assujeitando” a um conjunto de normas e leis que regem uma cultura. O processo de interpelação é marcado pela ideologia, que funcionaria como uma espécie de coordenada imaginária que situa o sujeito, resultando na construção do lugar discursivo.

Mas é preciso compreender o processo de constituição do lugar discursivo em sua positividade e negatividade. No espectro positivo, essa construção é fundamental para a constituição do sujeito e do laço social. Todos estão, portanto, submetidos a essa lógica. Em sua negatividade, tem-se a transformação do lugar discursivo em lugar ideológico. Neste caso, as possibilidades, para o sujeito, de transitar por outros lugares discursivos são minadas, pois no lugar ideológico “(...) se estabelece uma relação de opressão em que os sujeitos oprimidos não conseguem visualizar em quais tramas ideológicas eles estão atrelados e passam, muitas vezes, a naturalizar a desigualdade como algo relacionado à sua existência” (JUNIOR; JARDIM, 2014, p. 55). É no lugar ideológico que são endereçadas as minorias sociais. Nesse lugar, pode-se responder de duas maneiras diferentes: acomodando-se, ou resistindo.

A operação discursiva para a constituição do lugar ideológico obedece à mesma estrutura do lugar discursivo. Porém, a ideologia, além de servir como mapa imaginário, ela naturaliza os discursos hegemônicos, que são aqueles produzidos pelo capitalismo neoliberal, que operam a partir dos discursos do mestre, do universitário e do capitalista.

Para Rosa (2016) o discurso capitalista faz valer uma forma de ordenamento social na qual o indivíduo se adapta a uma realidade. Ao privilegiar esse indivíduo (e não o sujeito) consumido e consumidor, não há lugar para o sofrimento, para a formulação de demandas, posto que há uma colagem entre objeto de demanda e objeto de consumo. Formas alternativas de laço social ou estratégias societárias, que não as instituídas, são ridicularizadas ou criminalizadas (como são os movimentos sociais de luta por moradia popular). Ainda segundo essa autora, o efeito colateral do sistema capitalista, ao excluir da economia libidinal o *pathos* e ao dispor

como únicas formas de gozo o consumo e o lucro sobre o outro, é também “(...) a destituição do outro, germe das violências” (p. 114).

Como dissemos anteriormente, os sujeitos podem responder fundamentalmente de duas formas aos lugares ideológicos: acomodando-se ou resistindo. Mas quais as possibilidades de resistência? Como resistir nesses tempos? Como formas de resistência, escolhemos falar dos movimentos sociais por moradia popular e as ações de ocupação. Diante de um modelo de cidade marcado pela mercantilização e privatização dos espaços, como os condomínios, as ocupações urbanas aparecem como instrumentos que operam em prol do acesso à moradia digna e justiça social e urbana.

Como já dito acerca do caráter endêmico e problemático da luta por moradia no Brasil, observamos que esta denuncia a relação perversa entre o número de pessoas sem residência e o número de imóveis e terrenos ociosos. Por exemplo, na cidade de São Paulo, de forma paradoxal, existem em torno de 600 mil prédios abandonados e sem qualquer função social e aproximadamente o mesmo número de pessoas sem teto⁶.

O quadro de São Paulo é o mesmo de outras capitais brasileiras. No caso de Manaus, já mencionamos sua posição de destaque entre as cidades com o maior déficit habitacional do País. Sobre seus imóveis ociosos, até o ano de 2014, eram cerca de 50 mil⁷.

Sobre os movimentos sociais de luta por moradia em Manaus, Cavalcante; Assis (2013) apontam que estes surgem nos anos 70 (coincidentemente na mesma década dos primeiros condomínios tipo Alphaville) e liderados por mulheres. Podemos dizer que os movimentos de luta por moradia atuam principalmente por meio da ocupação do espaço urbano. Calixto; Assad; Carvalho *et al* (2015) definem ocupação urbana como

(...) identidades territorializadas que exercem posse planejada, pacífica e informal em espaços urbanos não utilizados, subutilizados ou não edificadas, e se mantêm em

⁶ Informações obtidas de <https://artebrasileiros.com.br/brasil/uma-cidade-no-vazio-da-cidade-que-ja-existe/> em 15 de março de 2019.

⁷ Retirado de <https://d24am.com/amazonia/imoveis-ociosos-abrigariam-ate-200-mil-pessoas-no-centro-afirma-conselho/> em 20 de março de 2019.

mobilização continuada pelo acesso à terra urbana e pelo exercício dos direitos à moradia e à cidade (p. 206).

As ocupações urbanas normalmente são organizadas e lideradas por movimentos sociais de luta por moradia. Não encontramos dados consistentes ou oficiais que nos forneçam um panorama preciso sobre o número de movimentos sociais por moradia e a forma como estes atuam na capital amazonense. Todavia, lendo o trabalho de Tatagiba; Paterniani; Trindade (2012) e associando-o a nossa experiência de campo, verificamos que existem semelhanças sobre seus repertórios de ação. Temos também, no cenário das pesquisas, o trabalho de Sales & e Torres (2015) e de Sales (2015), que abordam a participação das mulheres em dois movimentos sociais atuantes em Manaus. Estes trabalhos e nossa participação no campo nos permitem descrever brevemente como os movimentos operam.

Em Tatagiba; Parteniani; Trindade (2012) vemos uma discussão sobre o repertório de movimento de moradia na cidade de São Paulo. Para eles, o movimento social erige-se como um ator coletivo sob o signo da moradia digna num contexto urbano marcado por um campo de conflitos que envolvem o direito à moradia na capital paulista. De um lado, a prefeitura e setores da sociedade e do mercado com propostas que convergem para a gentrificação do centro urbano, reintegrações de posse em ocupações de imóveis ociosos e expulsão de moradores do centro. Do outro, propostas de ocupação dos imóveis vazios, além da luta pela maior participação de setores populares nas decisões e discussões a respeito da política habitacional. O cenário paulistano não é diferente do contexto manauara. Durante a elaboração de nossa pesquisa, verificamos várias notícias jornalísticas⁸ que indicam as semelhanças. Também é possível verificar a mesma coisa ao se ler a história da Ocupação Alcir Matos já feita por nós.

Mostrando-se como um ator central na disputa política por moradia, a força deste tipo de movimento social encontra-se, principalmente, em sua capacidade de aprender com as experiências constantemente conflitivas com o Estado, o que o faz diversificar suas estratégias

⁸ Aqui, colocamos apenas alguns delas. Mas numa simples busca na internet é possível verificar a problemática da moradia em Manaus:

<http://amazonasatual.com.br/dpe-vai-denunciar-descaso-com-familias-retiradas-da-cidade-das-luzes/>

<http://www.portaldomarcossantos.com.br/2015/11/24/trapalhada-na-cidade-das-luzes-contribuiu-mais-para-as-invasoes-de-terras-em-manaus-que-irma-helena-e-raimundo-socorro-juntos/>

de ação (Tatagiba; Parteniani; Trindade, 2012). Ao longo dessa experiência marcada por tensões, o movimento desenvolveu um repertório de ação no qual se evidencia como principais estratégias: “1) a ocupação de prédios e terrenos públicos; 2) a participação em espaços institucionais; 3) a luta por moradia no centro e 4) a construção por mutirão autogestionário” (Ibidem, p. 401).

O mesmo trabalho citado acima mostra também a forte participação de mulheres em ações coletivas principalmente sobre as demandas por políticas sociais. Um interessante dado apontado, e que nos parece se tratar de algo semelhante no contexto amazonense, é que as mulheres, além de serem maioria integrando esses movimentos, também parecem ocupar posições de liderança na composição de várias dessas organizações. Esse fenômeno também pode ser deduzido a partir de Sales; Torres (2015), que verificam a organização das mulheres na luta por moradia em Manaus, destacando o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea, movimento que junta à pauta da luta pela moradia, o maior protagonismo das mulheres nas questões sociais, “propondo e gerindo políticas públicas no âmbito da habitação” (Ibidem, n.p.).

Ao falarmos sobre o repertório de práticas dos movimentos sociais por moradia, podemos perceber o quanto que a experiência, que valoriza a memória e o saber das ações coletivas, é fundamental para a criação, transformação e manutenção das práticas e discursos que envolvem a luta política. Faz sentido. Discutiremos como a dimensão da experiência é importante quando nos referimos a formas de resistir ao desamparo discursivo do sujeito excluído do modelo neoliberal.

Em *Experiência e Pobreza*, Benjamin (1987), já na década de 1930, ao falar da diminuição das formas tradicionais de narrativa em detrimento aos meios de comunicação de massa, nos fala do surgimento de um novo tipo de miséria sobre a humanidade a partir do vertiginoso desenvolvimento da técnica: a pobreza da experiência. Refere o autor que a experiência deu lugar à vivência, “o que implica um esvaziamento do compartilhar, da transmissão como constituinte do que foi vivido” (ROSA; POLI, 2009, p. 6).

Ao discutir experiência e linguagem como estratégias de resistência, Rosa; Poli (2009) referem que Agambem (2005), quando problematiza que, na contemporaneidade, houve uma substituição da experiência pelo conhecimento, aponta que o tornar-se falante, para o homem,

não é natural, o que mostra que a linguagem não pode se apresentar como totalidade e verdade exclusiva do sujeito. É o que a infância parece mostrar: temos uma in-fância (sem fala).

A noção de infância como terreno da experiência, em que experienciar “significa, portanto, (...) voltar a acionar o infantil (...) esse *locus* atemporal que institui o ponto de abertura para o singular da enunciação” (ROSA; POLI, 2009, p. 6) nos permite conceber infância e experiência como

(...) pressupostos éticos que transcendem o campo ideológico, dizendo respeito antes ao domínio da política (o laço com os outros) e da cultura (a relação ao Outro). É também nesse âmbito que se instituem modos de exercício do poder que abalam a potência da experiência compartilhada (Ibidem, p. 6).

Anteriormente, apresentamos as relações entre linguagem, discurso e ideologia e suas lógicas de incidência sobre o sujeito enredado no laço social. Como consequência da hegemonia do modelo econômico neoliberal, sob a lógica do discurso capitalista, temos o domínio de uma política que naturaliza a pobreza, a violência e a exclusão; uma modalidade de laço social regida pela certeza do “eu” e que torna o sujeito “mudo” diante dos impasses de seu desejo e dos dilemas éticos que implicam a vida em sociedade. As consequências subjetivas sobre aqueles que são colocados em lugares marginais podem ser

a apatia, a solidão e o emudecimento, assim como a reprodução, na subjetividade, da violência e da pobreza afetiva e intelectual, como encobridoras da possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar forma sintomática ao que é vivido como traumático (ROSA, 2016, p. 43).

A fim de refletir sobre o estado-limite a que chegam algumas pessoas em condição de exclusão social, Rosa; Poli (2009) escolhem a figura do mulçumano como emblemática dessa condição. Nos campos de concentração, eles eram vistos como aqueles que haviam perdido a esperança e viviam entre a vida e a morte. Excluídos pelos outros prisioneiros, não eram

considerados semelhantes. Diante dessa condição de existência, no entanto, as autoras se perguntam sobre a possibilidade de podermos identificar no caso do mulçumano uma forma de resistência à violência insidiosa do discurso social.

“O mulçumano é evitado no campo porque todos se reconhecem em seu rosto abolido” (AGAMBEM, 2004 *apud* ROSA; POLI, 2009, p. 8). Essa observação evocada por Agambem pode ser uma alegoria da condição de exclusão a que muitos sujeitos e grupos sociais se encontram - é impossível de olhar, mas não se consegue deixar de ver – traduz o sentimento daqueles que retiram-se da identificação com o semelhante (o pobre, o delinquente, o sem-teto, entre outros) transformado em objeto-resto.

Apesar da aparente mortificação do sujeito muçulmano, Agambem indica nele uma forma de resistência, uma maneira de se subjetivar diante da dessubjetivação, pois a identificação com o lugar de resto é também estratégica para o sujeito, uma forma de resistir ao que lhe é imposto como vida ou morte.

Outra estratégia de resistência seria aquela que possibilita “o deslocamento do *pathos* do drama para o registro do trágico que convida para a experiência” (ROSA; POLI, 2009, p. 9). Ou seja, a criação de instrumentos que possibilitem ao sujeito lidar com a condição inerentemente trágica ao ser humano.

A experiência compartilhada e coletiva, como podemos localizar nos movimentos de luta pela moradia, pode ser uma dessas vias, na medida em que esta mostra-se como impostura diante do neoliberalismo, ao mesmo tempo que tem o poder de denunciar e contornar as contradições do próprio sistema hegemônico, resgatar a potência e o desejo de transgredir dos sujeitos, abrindo possibilidades para a afirmação de desejos e restauração de direitos (Rosa; Poli, 2009). O resgate da experiência coletiva que permite a circulação da palavra, que possibilitam a experiência compartilhada e em comunidade nos remete, ainda, à função da fraternidade, em um esforço para ainda sermos irmãos (fraternidade).

Para Birman (2017) a ênfase colocada na experiência da fraternidade seria um tipo de antídoto diante dos imperativos do neoliberalismo. Ao enunciar a alteridade como valor fundamental, os laços fraternos (simbólicos, e não sanguíneos) nos mostram que estamos todos no mesmo barco.

Ao considerarmos a dimensão da fraternidade como estratégica de resistência, e ao lembrarmos a constatação de que a maioria dos movimentos de luta por moradia são compostos e liderados por mulheres, faz sentido a aproximação que Birman (2017) faz desta dimensão com o feminino, na medida em que a feminilidade aponta para o cuidado com o outro. Para este autor, o traço fundamental da fraternidade é o reconhecimento da alteridade, “já que para existir cuidado com o outro é necessário reconhecer o que lhe falta” (p. 116). Esse reconhecimento é fundamentalmente feminino, visto que a masculinidade, pretensiosamente forte e insensível, estaria impossibilitada de olhar para o outro e reconhece-lo em sua semelhança e diferença. Ou, de fazer a “partilha do sensível” de um comum partilhado e partes exclusivas (Rancière, 2015).

Se acreditamos nas formas de resistência discutidas aqui, podemos apostar na possibilidade e potencialidade da psicanálise de mostrar o imbricado enlaçamento entre desejo, resistência e política contra a instrumentalização social do gozo (Rosa; Ferreira & Alencar, 2016). *Desejo e resistência*. Birman (2017) relaciona esses dois conceitos para dar ressonância no que hoje comparece ao cenário social onde, para ele, se percebe de forma disseminada um efetivo desejo de resistência, o qual se inscreve na diversidade dos lugares sociais, em diferentes localidades do planeta, a partir de inúmeras vozes, onde se afirma a liberdade de resistir. São novas relações que vão tecendo o tecido social: comunidades LGBT's, novas configurações de conjugalidade, ou mesmo a rejeição de condições de existência consequentes do neoliberalismo global, como fazem diversos movimentos sociais. Desejo e resistência, apesar de enunciados em diversos campos, são dois conceitos importantes para a psicanálise. Por isso, vale a pena trazermos algumas pontuações contidas no ensaio *Desejo de resistência*, em que Birman (2017) evoca os dois conceitos, levanta sua problemática no campo teórico psicanalítico, e depois traça uma genealogia da resistência mais abrangente, que toca nos registros do social e do político.

Em algumas leituras do discurso analítico, haveria sempre a oposição entre desejo e resistência, na medida em que a primeira estaria nos registros do inconsciente, enquanto que a segunda ficaria restrita aos campos do eu e da consciência. Porém, Birman (2017) argumenta que tal oposição estaria presente na primeira tópica e na primeira teoria das pulsões de Freud. Na segunda tópica e em uma segunda teoria das pulsões, a resistência não se limitaria mais ao campo do *eu* havendo, também, resistências no registro do *isso* (compulsão à repetição) e do *supereu* (culpa e masoquismo).

Ao situar a emergência e a constituição do conceito de resistência numa perspectiva genealógica, vemos que este é estritamente moderno, sendo também uma marca de constituição do sujeito na modernidade. Assim, numa acepção genérica, resistência e resistir implicaria em uma força que faz oposição a outra que ataca, de fora, um território, espaço.

Para Birman (2017) a palavra resistência foi inserida na psicanálise em ressonância a uma extensa genealogia da mesma. Essa palavra tem seus primeiros registros na Alta Idade Média. O surgimento dela marcaria, para este autor, uma profunda transformação da ordem do pensamento, pois antes de Newton e sua terceira lei da gravitação – “a toda ação corresponde uma reação com mesma intensidade e em sentido oposto” – não existia oposição entre ação e reação. Com efeito, no pensamento da Antiguidade e boa parte da Idade Média, o oposto da ação era a *paixão*, ou seja, “o padecer de um corpo pela ação de um outro corpo inscrito que estaria numa instância superior, e incorporá-la então passivamente” (p. 325). Com o surgimento da palavra reação, como dissemos antes, desaparece essa antiga oposição entre ação e paixão. Essa transformação no registro semântico impulsionado pelas transformações científicas dos séculos XVII e XVIII provocaram também profunda mudança nas formas do político.

Na modernidade, a questão da governabilidade passa ser vista noutra perspectiva, pois agora passou-se a considerar a possível reação sobre a ação dos governantes. É nesse contexto que, por exemplo, que a leitura de Maquiavel é concebida. Birman (2017) lembra também que a violência e a crueldade passam então a ser positivadas a partir de todo o desenvolvimento do pensamento político e filosófico inaugurado. Assim, é a partir dessa concepção de resistência que referido autor problematiza o seu registro no campo da psicanálise.

Freud, em sua primeira tópica, chamou de resistência o fenômeno que acontecia na relação terapêutica quando o paciente resistia ao reconhecimento das representações dolorosas. É nesse momento também que a transferência entre analista e paciente era tida como uma forma resistência. Na segunda tópica, ao se deparar com a pulsão de morte e a natureza do recalco, Freud passou a conceber também a resistência que o núcleo do recalco exerce sobre a ação do trabalho analítico. A resistência inerente ao recalco, associada ao *isso*, passa a ser da ordem da *compulsão à repetição*.

Como forma de confrontar os impasses colocados pela compulsão à repetição durante a análise, houve uma renovação do modelo interpretativo que transformou a relação

analista/analisante numa relação de poder. Com a formulação da *reação terapêutica negativa*, vista como uma forma de imobilização da experiência analítica, refere Birman que o analista “passou a enunciar a existência de fantasmas precoces daquele para superar a resistência e a transferência negativa, sem que se considerasse devidamente que a ausência de rememoração se inscrevia justamente no registro da compulsão à repetição” (p. 334). Como consequência nefasta dessa relação de poder, tem-se o analista invasor que, com seu suposto saber sobre o psiquismo do analisante, faz com que o *não* deste perca qualquer pertinência ou legitimidade.

Birman (2017), portanto, vê na relação terapêutica negativa “uma maneira de o analisante dizer decididamente *não* ao analista e impor sua resistência legítima em face da intrusão violenta e cruel do analista” (p. 334). Dessa forma, legitimado e valorizado o *não*, a resistência “se transformaria assim em desejo, enunciando-se de forma eloquente como desejo de resistência” (p. 335).

É possível, portanto, abordar a resistência numa interface entre política e subjetividade, na medida em que o que estaria em jogo é marcar a dissimetria e a oposição em face do Outro que se mostra consistente e totalitário (Rosa, 2016).

Como dissemos anteriormente, resistindo aos discursos mortificadores da experiência e a instrumentalização das formas de gozo, o direito ao *não* e o desejo de resistência se enunciam, na contemporaneidade, a partir de várias vozes que criam novos tecidos sociais, grupos e comunidades, os quais incidem nos registros social e político.

Ao esboçar algumas contribuições psicanalíticas na discussão do estatuto dos vínculos intersubjetivos e do laço social contemporâneo a partir das categorias de diferença, emancipação e liberdade, Rocha (2018) mostra a profusão de formas de particularismos heterogêneos quanto a sua constituição, mas movidos pela luta por reconhecimento. Retomando as teses de Laclau (2011) em *Da emancipação à liberdade* este autor (2018) aponta que essa disseminação parecia se formar em oposição ao que o primeiro define como “ideologias totalizantes”, em que se localizariam às instâncias simbólicas normativas aparentemente estáveis e explícitas. Isso porque o fator imaginário ao redor do qual se formam os laços de determinado grupo não encontraria representações “(...) cuja universalidade possa fornecer o lastro simbólico de sua identidade” (ROCHA, 2018, p. 116). A partir disso, pareceria que a constituição desses grupos e suas demandas seria proporcional aos particularismos de sua

identidade. É esse tipo de processo coletivo que parecemos ver na lógica neoliberal, na medida em que o indivíduo não seria mais pensado como parte de um conjunto, mas como “não-divisível”, autônomo, que se volta para o Outro social “no intuito de reiterar sua justificativa ou, em direção diametralmente oposta (...) em que esse Outro seja identificado a um aliado ou a um obstáculo na conquista de realizações (...)” (ibidem, p. 116). Diante dessa contraposição haveriam, logo, dificuldades e dúvidas decorrentes da impossibilidade objetiva de respostas relativas aos destinos emancipatórios desses grupos.

Outro aspecto que merece destaque nessa problemática diz respeito à natureza dos elementos de identificação que baseiam os arranjos coletivos para os quais não se exigem provas e evidências identitárias prévias, assim como a separação entre o particular e um programa estético-moral que tenha a marca de universal. Lembra Laclau (2011) *apud* Rocha (2018) que este aspecto tem o efeito de interrogar os projetos emancipatórios oriundos de referenciais claramente definidos. Dito de outro modo, vivemos num momento histórico no qual as noções de *emancipação*, na dinâmica civilizatória, não estariam mais firmemente relacionadas a identidades a serem emancipadas, ou que o Outro não seria mais redutível a uma “objetividade positiva” (ibidem, 2018) ou ainda, de que não haveria mais um princípio ontológico ou razão objetiva do qual partiriam os discursos que estabeleceriam as formas de vida social e política.

Aproximando a problemática da emancipação evocada acima com a questão das formas de fazer e pensar a política, percebemos que essa se encontra, de um lado, em dificuldade para incluir em suas pautas a dimensão das demandas locais e sua articulação com outras demandas mais amplas; por outro, precisa “(...) enfrentar a complexa configuração das instâncias de dominação, cambiantes e inconsistentes em seus semblantes, mas contundentes e marcadamente sedutoras em seus imperativos” (Rocha, p. 117).

Para Rocha (2018) e para os outros autores que apresentamos até aqui, uma teoria do sujeito atravessada pelo discurso psicanalítico pode nos ajudar a articular as contradições e os paradoxos da cena política e social contemporânea e ao mesmo tempo pensar em *práxis* políticas que levem em conta direitos humanos e ações de liberdade e igualdade social sem deixar de lado o trabalho do negativo que as implicam. Por exemplo, como pensar os fundamentos de uma política justa? Ao invés de se pensar no que é inequivocamente injusto –

fome, violência, opressão – se levaria em conta, primeiro, de que a justiça se apresenta como “resultante de um acontecimento, de uma contingência que provém do real e que dificilmente pode assumir validade normativa e/ou universal” (p. 119). É nesse sentido que a justiça é o que “nada anuncia”, sendo somente “a verdade possível de uma política” (BADIOU, 1999, p. 89 *apud* *ibidem*). É não confundir, por exemplo, igualdade com equidade.

A noção de igualdade nos importa aqui, pois esta perpassa pelo reconhecimento da dimensão heterogênea das subjetividades. Para Badiou, citado por Rocha (2018), a igualdade não deveria ser objeto de um programa ou agenda social, mas sim uma prescrição sem conteúdo determinado. Para isso, precisamos notar, haveríamos de considerar que o Outro social a ser exigido apresente sua inconsistência, o que representa que “ele deve conjugar o caráter universal da máxima com os conteúdos sempre contingentes e distintos que advêm na esteira dos acontecimentos sócio-históricos” (p. 119). Mas a questão de se pensar numa partilha do sensível no âmbito da política implica considerações.

É difícil pensar num horizonte comum de cidadania e democracia sem algo que figure como universalidade. Tal ausência também não pode ser pretexto para a entrada de uma “ditadura” dos particularismos. Pelo contrário. Para Laclau, a fragilização, no contemporâneo, das figuras de universalidade aponta caminhos para pensemos nela pela sua negativa,

como aquilo que resulta de um resíduo comum do caráter positivo e determinado das diferentes demandas, reivindicações, e mesmo das políticas particulares e atribuíveis a diferentes atores sociais. Um universal “sem nenhum conteúdo próprio”, um significante de uma plenitude ausente. Essa operação funda o laço social numa espécie de (...) significante do vazio (ROCHA, 2018, p. 119).

Assim, toda política e todas as reivindicações particulares de grupos e movimentos teriam sua forma fundamentalmente inacabada, atravessada que é pela dimensão da falta constitutiva e inalienável.

Diante das dificuldades em se traçar direções para o futuro diante da queda dos ideais e das ilusões que marcam acontecimentos sociais e políticos que têm feito estremecer o nosso cotidiano, Rosa; Ferreira; Alencar (2018) mostram as relações entre ética, desejo, política e

resistência contra a instrumentalização social do gozo. Esses autores analisam especificamente as estratégias políticas que funcionam sob a lógica da guerra, como já mencionamos anteriormente. Essas, apoiadas principalmente nos afetos do medo e da insegurança, sustentam um discurso “realista”, mascarado de discurso do Outro, que constitui e destitui subjetividades. Além disso,

(...) visa confundir o impossível (relação com a morte e com o desejo como falta) com o proibido (relação com as leis sociais), para governar o sujeito e sua trajetória na cena familiar, social e política e para incidir sobre sua constituição seu enlace em novos grupos, sua reorganização subjetiva, seu embate com as leis (ROSA, 2016 *apud* ROSA; FERREIRA; ALENCAR, 2018, p. 86).

Tal embate, para esses autores, produz um tipo de deslocamento dos ideais civilizatórios aos ideais do eu, que se centra no narcisismo de determinado grupo que naturaliza as formas de segregação.

Para Rosa; Penha; Ferreira (2018) estamos vivendo numa época em que o mal-estar se mostra em manifestações de intolerância. Na intolerância, a posição do sujeito é de ignorância das complexidades sociais, históricas, políticas, etc. que estão em cena. Revisionismos históricos, ascensão da extrema direita e uma nova onda conservadora no mundo são acontecimentos que temos acompanhado nos últimos anos. As fronteiras materiais e simbólicas, além de estabelecerem limites e separações, que levam em conta as dimensões históricas e culturais, passa também a produzir territórios em que se produzem respostas identitárias massificantes e intolerantes. A predominância de manifestações de intolerância na constituição e manutenção de territórios e fronteiras nos aponta para a reflexão, a partir da psicanálise, sobre a lógica identitária e a lógica desejanste. A primeira coloca fronteiras que incitam ao radicalismo e a intolerância; a segunda põe em cena a responsabilidade e assentimento subjetivo que articula desejo e política.

O argumento é de que o sistema capitalista, sob a lógica liberal, manipula o desamparo constitutivo do sujeito de tal forma a favorecer uma posição subjetiva que tem o medo como afeto político central, transformando a alteridade em inimigo. Sendo assim, o trabalho de

constituição do sujeito se daria ao redor da paranoia, que “(...) passa a figurar como precondição para o conhecimento e para designar a estrutura do eu (...)” (ROSA; PENHA; FERREIRA, 2018, p. 107).

Acompanhando adolescentes em medida socioeducativa e imigrantes, Rosa (2016) verificou que momentos de deslocamento promovem, em alguns sujeitos, a suspensão imaginária e simbólica das certezas do Eu; em outros, provocam a interrupção da função de apoio identitário do Eu, que apazigua e estabiliza diante da angústia. A resposta do sujeito mediante tal desestabilização pode ser um reposicionamento frente a leis e valores, positivando a dimensão desejante. Ao mesmo tempo, pode tornar difícil para que este marque lugares que possibilitem o estabelecimento de laço com o outro. Neste último caso, tal abalo pode ser desorientador, se manifestando através do conformismo e submissão. É o caso, por exemplo, da formação de grupos que tentam legitimar e tomar como moralmente aceito atos de rejeição ao outro diferente (o fraco, o pobre, o marginal, o terrorista, etc.).

A questão do desamparo, do desenraizamento subjetivo, articula-se com a cena política que favorece a intolerância. O ódio e o medo do outro passam a operar como dispositivos que sinalizam e ameaçam o laço social. E isso é potencializado na medida em que o Estado oferece soluções ilusórias e impossíveis. Assim, alguns sujeitos ou grupos transformam-se em objetos, alvos do medo social advindo da frustração da oferta de segurança.

Em grupos constituídos a partir da negação da exceção e da diferença em que o sentimento de pertença no qual todos são tidos como iguais (confundindo igualdade com equidade, como vimos antes) vemos a ideologia fazer a manutenção da ilusão de igualdade. No entanto, lembremos as considerações que já fizemos sobre a fraternidade. Rosa; Penha; Ferreira (2018) se remontam a *Totem e Tabu*, no qual Freud aponta que a fraternidade

(...) brota da expulsão da horda do pai. O efeito desse laço é o parricídio, a proibição (o tabu) e a culpa (totem), que compartilham um mesmo horizonte: o apagamento da segregação, da desterritorialização (p. 109).

A intolerância obtura o desejo e o faz ser confundido com o gozo, tornando impossível a distinção entre mal-estar e ressentimento. Não é possível distinguir o desamparo constitutivo que enlaça o sujeito ao outro ao desamparo provocado pelas condições materiais, e muito menos detectar as malhas e armadilhas ideológicas que enredam a política e as formas de sociabilidade. Os impasses clínicos e políticos em face dos dilemas de nosso tempo apontam, para a psicanálise, em considerações sobre as ilusões e os ideais, a crença e a descrença, que se enredam.

No ensaio *O Futuro de uma ilusão*, Freud toma a religião como parâmetro para criticar as ilusões, pois estas seriam determinadas por desejos infantis e como forma de não se confrontar com o desamparo diante da morte e da fragilidade humana. Logo, estariam no campo das ilusões a superestimação do objeto, a crença numa imortalidade, em uma vida após a morte ou, transpondo para a cena social e política, a crença no capitalismo neoliberal, que promete o amparo àqueles que se submetem à sua lógica tal como escravos.

Mas, como já vimos, é impossível ao sistema cumprir aquilo que promete. O resultado, logo, é a aflição psíquica da desilusão. Esta, para Rosa; Ferreira; Alencar (2018) “pode se estender tanto aos ideais culturais (no plano do ideal-do-Eu) como à mortalidade do Eu (plano do Eu-ideal)” (p. 87). E é aqui que verificamos uma das artimanhas do neoliberalismo. Este, baseado na ilusão de que é possível não depender simbolicamente do Outro (cultura do narcisismo) veste a ilusão de frustração e ressentimento, o que faz com que o desiludido queira se iludir novamente. E ao que não se ilude, ou àquele não tem, sequer, condições de se iludir, resta-lhe o lugar de inimigo, de responsável pela frustração e ressentimento. É a desilusão no plano do Eu-ideal.

A desilusão remetida ao ideal-do-Eu, no entanto, pode indicar outros caminhos. O ideal do Eu, mesmo que fundado na relação narcísica com o Outro, indica os limites simbólicos que possibilitam laços sociais baseados no desejo e nas identificações. Aqui, o ideal é passível de transformação.

Em tempos de segregação e precariedade social, a aposta da psicanálise é ética e coletiva, tal como referem Rosa; Ferreira; Alencar (2018):

Nesta nossa época, marcada por embates, lutas e diferenças (...) registramos que o movimento de intensificarmos e mobilizarmos nossas redes de relações é o que possibilitará qualquer tentativa de reinventar o sexual, o social, o político. É o enlace com o outro que pode combater o desenlace administrado pelo Outro (...) com esses elementos podemos retomar a perspectiva de relançar a palavra diante dos discursos radicais atuais, tomando o cuidado de não nos posicionarmos em dicotomias e, assim, convocando a polissemia da palavra (p. 91).

Neste capítulo, intentamos discutir e aproximar a psicanálise implicada ao campo das tensões, impasses e conflitos no laço social contemporâneo regulados pelo discurso neoliberal. Em seguida, mostramos como, a partir da psicanálise, se dá a constituição/destituição do sujeito e a produção de discursos que produzem lugares discursivos e ideológicos. Depois, escolhemos, dentre os vários movimentos sociais, coletivos, os que lutam pela moradia apostando nestes, como modalidades de laço que, historicamente, fazem resistência à instrumentalização social e do gozo, ao mesmo tempo que mostram as inconsistências e as contradições do sistema e são potencialmente instrumentos de transformação social. No próximo capítulo, apresentaremos o percurso metodológico que deu sequência à produção dos dados.

CAPITULO II – Errância do pesquisador

O Método Clínico na pesquisa político-social

Tendo como norte os pressupostos teóricos e metodológicos de uma pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos, este estudo seguiu orientação qualitativa pela forma de compreender, investigar o fenômeno/objeto. Todavia, é necessário descrever o percurso, aqui chamado de ‘errância do pesquisador’ e também as dificuldades de assumir a opção por um método clínico em uma pesquisa que deve cumprir requisitos acadêmicos, contexto em que ainda predominam paradigmas que sustentam um ideal de cientificidade pautado na objetividade, neutralidade e controle de variáveis. A clínica psicanalítica, bem com outras propostas investigativas, escapa a este formato.

Rosa; Domingues (2010) pontuam algumas recomendações para a produção de pesquisas psicanalíticas que se dedicam à investigação de fenômenos sociais e políticos. A primeira é a referência às demais ciências humanas e sociais, pois esses fenômenos são mutideterminados. Além disso, munir-se do conhecimento dessas disciplinas permite o compartilhamento necessário para a produção do conhecimento. A segunda recomendação diz respeito a necessidade de delimitação do campo investigativo que cabe à psicanálise. Embora a psicanálise possa constituir-se como dispositivo elucidativo dos fenômenos, esta não deve pretender-se totalitária, cabendo a ela o esclarecimento de uma parcela dos mesmos. Uma terceira sugestão remete-se ao cuidado no emprego dos conceitos psicanalíticos e sua mera aplicação ilustrativa, o que inviabilizaria quaisquer possibilidades de a pesquisa contribuir com algo genuinamente novo e relevante para as questões sociais.

O inconsciente, instância privilegiada da escuta psicanalítica, mostra-se através das manifestações humanas, culturais e sociais. Assim sendo, a escuta psicanalítica também é possível em contextos fora aos da clínica *strictu senso*. E, na condição de manter os requisitos essenciais da psicanálise, esta é possível também na pesquisa científica. O método psicanalítico no âmbito da pesquisa possui particularidades que o diferem dos métodos qualitativos e quantitativos habituais. São eles: a impossibilidade de se fazer inferências generalizadores e a

ideia de que a análise de seus dados recai sobre os significantes e não sobre os signos (Oliveira; Tafuri, 2012).

A estratégia metodológica em psicanálise marca sua diferença por portar uma dimensão singular de sujeito e objeto em que, segundo Rosa; Domingues (2010) “(...) o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto da pesquisa não é um dado *a priori*, mas produzido na e pela investigação” (p.182). Ou seja, é na medida em que o pesquisador está implicado subjetivamente ao seu objeto de estudo, e avança em suas interpretações e descobertas, que a pesquisa é desenvolvida. A observação dos fenômenos, em interação com a teoria, é produzida na e pela transferência, que será o instrumento utilizado na pesquisa psicanalítica.

A relação transferencial

A observação de um fenômeno orienta-se e interage com a teoria psicanalítica que a precede, além de se dirigir à dinâmica psíquica subjacente a esse fenômeno. Essa dinâmica é, logo, inacessível à observação, sendo somente as manifestações dessa dinâmica que podem ser observadas. Dessa forma, as respostas do sujeito não são passíveis de verificação como em um experimento devido ao fato de estarem subordinadas por seu universo fantasmático (ROSA; DOMINGUES, 2010).

O dado em uma pesquisa psicanalítica, portanto, “é uma relação interpessoal em que o psicanalista se vê incluído e que por sua vez configura em certa proporção o caráter dos dados” (BLEGER, 1971 *apud* ROSA; DOMINGUES, 2010, p. 185). Logo, não existe um dado a ser revelado, buscado ou observado: ele será construído na relação transferencial em que o pesquisador se vê incluído na pesquisa; relação que não deixará sujeito e objeto tal como eram antes da pesquisa ser iniciada (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006).

Na pesquisa psicanalítica, o campo observacional engendra-se na relação pesquisador-pesquisado, ou seja, na transferência. Aqui,

está em jogo a posição em relação ao interlocutor, os laços discursivos que se estabelecem de modo que as dimensões diante dos ideais e a imagem de si compareçam ao lado da implicação nas ações, nos excessos não reconhecidos (DOMINGUES; ROSA, 2010, p. 185).

Ao discutir a *aplicação* da psicanálise na abordagem de fenômenos sociais e políticos em situação de pesquisa, especificamente nas situações de entrevista e observação, Domingues; Rosa (2010) falam da necessidade da *instrumentalização* da transferência.

Em uma entrevista de pesquisa psicanalítica, a relação entre o pesquisador e o pesquisado pressupõe processos transferenciais que serão manejados pelo pesquisador de forma diversa de uma situação de análise.

A transferência, em uma situação de pesquisa, difere do seu manejo em uma análise, pois ao invés de ser diluída na relação analítica, ela será instrumentalizada para a produção de um texto, o texto metapsicológico (Rosa; Domingues, 2010). Tal instrumentalização, segundo Iribarry (2003)

É o processo por meio do qual o pesquisador se dirige ao dado de pesquisa situado pelo texto dos colaboradores e relaciona seus achados com a literatura trabalhada e procura, além disso, elaborar impressões que reúnem as suas expectativas diante do problema de pesquisa e as impressões dos participantes que forneceram suas contribuições na forma de dados coletados. Esta técnica de análise dos dados se baseia em uma leitura dos textos, de onde o pesquisador retira subsídios para a composição do ensaio metapsicológico. (p. 129).

A transformação em texto, segundo o autor, orienta-se por uma leitura dirigida (o que na clínica seria a própria escuta) em que o pesquisador identifica, no texto transcrito das entrevistas dos sujeitos participantes de pesquisa, “contribuições singulares e diferenciadas daquelas que a literatura fornece, procurando identificar significantes cujo sentido assume o caráter de uma contribuição para o problema de pesquisa norteador da investigação” (p. 129).

Instrumentos de pesquisa

Ciente dessas recomendações e no que versa sobre os aspectos metodológicos, podemos considerar que nossa pesquisa abordou o fenômeno de múltiplas formas. Utilizamos, principalmente o diário de campo, a etnografia, a observação participante e uma modalidade de escuta que escolhemos chamar de escuta-flaneur (Gurski; Rosa, 2018). Passemos a breves considerações sobre cada um e com eles se materializaram em nosso trabalho.

O diário de campo, conforme Weber (2009) conforma um conjunto complexo de práticas de escrita e podendo ter destinos diversos. Se constitui enquanto uma ferramenta que tem como fundamento o registro fruto da observação direta de comportamentos culturais de um grupo. Usualmente, pode se distinguir em três tipos: o específico da etnografia; o diário de pesquisa; e o diário íntimo, em que o autor registra também seus humores e emoções.

Nosso diário consistiu em um único caderno. Em mais ou menos cinquenta e cinco páginas foram transcritas observações, falas endereçadas a mim, conversas que começaram de forma espontânea e desinteressada, participações em algumas e/ou assembleias que ocorrem nas dependências da Ocupação e fora dela, junto a moradores e lideranças de movimentos sociais, registro de eventos que surgiam no momento em que eu estava presente no prédio, notas de atendimentos clínico pontuais que me foram demandados, assim como desenhos que me vinham a mente, antes e depois de qualquer experiência vinculada ao campo de estudo. Misturado a isso, estão também as minhas percepções e implicações que atravessaram a minha participação como pesquisador-sujeito social. Todo o material do diário foi datado cronologicamente, assim como a identificação de lugares e pessoas com quem tive contato.

A observação participante “consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação” (QUEIROZ; VALL; SOUZA; VIEIRA, 2007, p. 278).

O território da Pesquisa – lugares e sujeitos

A Ocupação Alcir Matos fica situada no prédio que serviu como sede do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Receita Federal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no centro comercial e histórico de Manaus. A edificação tem quinze andares, dos quais sete estão ocupados por 52 famílias. Não tive acesso ao número exato de pessoas porque a contagem é feita a partir do número de famílias, mas estima-se em torno de trezentos moradores. A estrutura original é para fins comerciais, como salas e departamentos. Cada andar possui de seis a oito unidades (apartamentos improvisados), divididos por paredes de compensado instaladas pelos próprios moradores. Considerando se tratar de um prédio de arquitetura comercial, há apenas uma copa e um banheiro em cada andar e estes são compartilhados.

Quanto ao número de sujeitos, por conta da forma como se configurou a presença do pesquisador no campo, este é impreciso. As dinâmicas de contato eram imprevistas. Foram conversas com vários atores: moradores, lideranças de movimentos sociais, membros de organizações sem fins lucrativos, agentes do Estado, comerciantes, etc. No entanto, podemos dizer que contatos e diálogos mais frequentes e regulares se deram com duas pessoas: duas coordenadoras do prédio, sendo uma delas, também liderança de um movimento social de luta por moradia na cidade de Manaus.

O tempo de permanência em campo foi de aproximadamente dois anos, com idas semanais e com duração e turno variáveis. Ao longo tempo, houveram também alguns períodos em que essas idas foram suspensas por razões pessoais, imprevistos, resistências do pesquisador, mas nenhuma delas por impedimento da própria Ocupação. O contato e a entrada em campo foram facilitados por conta de, na época, estar sendo realizada uma atividade curricular da qual a minha orientadora estava coordenando. Tal atividade foi minha “porta de entrada”.

Os espaços compartilhados com os sujeitos durante minhas permanências foram vários, indo de apartamentos de algumas famílias, recepção do prédio, corredores e calçadas. Porém, é seguro dizer que muitos encontros contatos e conversas aconteceram em uma grande sala, localizada no segundo andar, destinada formalmente às assembleias com as famílias, reuniões com coordenadores, assim como cultos religiosos e celebrações de datas comemorativas.

Outros contatos aconteceram em espaços outros, como na Defensoria Pública da União, na Superintendência de Patrimônio da União, Sindicato dos Metalúrgicos, órgãos da prefeitura, entre outros.

Transformação dos dados em textos analíticos ou o Método de tratamento dos dados

Nesta proposta de investigação, que tenta ampliar o sentido da clínica, a primeira etapa consistiu na observação. Observar e participar, privilegiando a escuta de um grupo social consistiu em um trabalho longo e difícil. Escutar e compreender as expectativas do grupo implica também ao pesquisador lidar com bloqueios, desconfianças e/ou reticência do grupo. Nesta fase, é importante que o pesquisador seja aceito em seu papel, ou seja, como alguém de fora, interessado em construir, junto com a população, um estudo.

Posto isso, é possível dizer que a inserção implica uma tensão constante do pesquisador em vista do risco de se fazer a identificação total com a problemática e o conflito de garantir objetividade na coleta de dados. A inserção é a maneira pela qual o pesquisador tenta reduzir a distância este e o grupo social com quem quer trabalhar. Tal *approach*, que necessita de paciência e honestidade, é condição inicial e fundamental para que o trajeto da pesquisa possa ser realizado de dentro do grupo, com a participação de seus membros como protagonistas, e não simples objetos.

Na segunda etapa, existe o empenho do pesquisador em ter uma visão de conjunto da comunidade-objeto de investigação. Esse momento pode ser operacionalizado com a ajuda de alguns elementos, tais como a verificação e levantamento de documentos oficiais, reconstituição da história do grupo e do local, observações do cotidiano, identificação de instituições e modos de atividades, levantamento de pessoas-chave do grupo e de entrevistas não diretas com os sujeitos que possam contribuir para a compreensão de uma realidade.

É importante que os dados sejam anotados de forma imediata no diário de campo, para evitar perder informações de relevância e detalhamento acerca dos dados observados. No caso de não ser possível registrar logo em seguida, a sugestão é fazer uso de filmagens, imagens ou entrevistas.

Posterior a coleta dos dados, vem a terceira fase, momento de sistematizar e organizar os dados, correspondendo a uma fase laboriosa e delicada. A análise dos dados precisa informar para o investigador a situação real do grupo em contato e sobre a percepção que este possui de seu estado. Seguidas essas etapas adequadamente, o trabalho poderá favorecer para o conhecimento de uma realidade social, bem como fomentar o crescimento do grupo-objeto através da auto-organização e subsequente criação e/ou aperfeiçoamento de ações conscientes e criativas para provocar mudança social. Não existe limite de tempo e espacial na observação participante, na medida que as pesquisas de natureza qualitativas comumente se utilizam de variadas formas de coleta de dados. O decorrer do tempo, todavia, só aparenta excessivo quando comparado aquele dedicado em pesquisas que tem por base aplicação de questionários e testes. Assim, o consumo de tempo é constitutivo ante a necessidade de apreender os significados de fatos e comportamentos. Os autores Ross; Kyle *apud* Queiroz; Vall; Souza; Vieira (2007) recomendam, no entanto, que o período de permanência do observador em campo de estudos antropológicos e sociológicos precisa ser de, no mínimo, seis meses, ao passo que, nos estudos na área de educação e saúde, o tempo pode variar de seis semanas a três anos. Já quanto ao tempo para a saída do investigador do campo deve ser condicionado pelo próprio grupo do estudo, bem como pela saturação dos dados obtidos.

A experiência com os dados transformada em texto, de acordo com Rosa; Domingues (2010) ultrapassa a apreensão momentânea do fenômeno observado, pois envolve uma construção que transforma os registros em um relato, uma narrativa que “revela não só o pesquisado, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo que transita” (p. 186). Desta forma, conforme Figueiredo; Minerbo (2006) “nem o material analisado fundamenta e justifica cabalmente as interpretações, nem estas explicam de forma indiscutível o depoimento: trata-se de um trabalho de descoberta/invenção que se alimenta do depoimento e, em contrapartida, o enriquece e abre para dimensões psíquicas, individuais e sociais, inesperadas” (p. 262). Pode-se trabalhar, assim, “a partir da escuta psicanalítica de depoimentos e entrevistas, colhidos em função do tema do pesquisador que, por sua vez, reconstrói sua questão nessa relação” (ROSA, 2004, p. 342).

Mesmo que a pesquisa trate de observar e analisar uma entrevista em sua singularidade e particularidade, nada impede o desenvolvimento de constantes gerais, ou seja, que o

individual não possa ser transposto para o geral, pois “o modo singular de enredamento no laço social é elucidativo das estratégias de controle do campo social e fornece elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado” (ROSA; DOMINGUES, 2010, p. 187). Mas para isso, o pesquisador deve também fazer a psicanálise dialogar com outras áreas do saber, o que, no caso da pesquisa de fenômenos sociais e políticos, podem ser a história, a antropologia, a sociologia e a psicologia. Desta forma, uma pesquisa psicanalítica contribui com aquilo que escapa às demais ciências humanas, a saber, a dimensão inconsciente dos fenômenos estudados, sem a pretensão, é claro, de substituir as demais abordagens.

Flanando ou a Serendipidade na pesquisa

Ao aproximarmos a psicanálise e sua dimensão de escuta com a produção acadêmica e prática de pesquisa que investiga questões sociais, encontramos em Pires (2018); Gursky; Strzykalski (2018) a possibilidade metodológica de uma pesquisa-intervenção que inclui a escuta psicanalítica em conjugação com a posição do *flâneur*, em que se torna possível escutar e, ao mesmo tempo, estar presente no campo investigativo.

É preciso dizer que foi somente *a posteriori* que conseguimos dar nome e uma dimensão acadêmico-metodológica ao aspecto da escuta e da presença e atuação do pesquisador. Isso porque a disposição de escutar, irremediável para mim enquanto pesquisador, não conseguiu se configurar formalmente, aos modos de entrevistas, de encontros marcados. A imprevisibilidade parecia sempre marcar minhas idas e permanências na Ocupação. A própria ida implicava longas caminhadas de ida e volta pelo centro da cidade. Imprevisíveis, portanto. Assim, *flanar* acabou se constituindo numa posição possível. Tudo no seu tempo. Impressionante que os trabalhos acadêmicos que encontramos para fundamentar nossa pesquisa-intervenção foram publicados e se tornaram acessíveis no ano de 2018, justamente no mesmo tempo em que eu estava indo a campo!

Caon (1997) ao distinguir e confrontar a escuta clínica e a escuta cotidiana social fala que a observação clínica do pesquisador se faz em todos os sentidos e direções e *après-coup*

ou, “só depois”. De acordo com tal escuta, este autor propõe a serendipidade, definida como o “resultado de uma experiência ou fenômeno que pressupõe que o pesquisador se lançou e se entregou a um tipo de espera passiva, aparentemente inintencional” (n. p.) como fundamental na situação analítica de pesquisa – com frequência, acabamos por encontrar mais do que esperávamos ou, invertendo o ditado, “é não procurando, que se acha”.

Aspectos Éticos

Uma vez que o presente estudo envolveu pesquisa com pessoas em seus contextos de moradia, atendemos aos cuidados sobre os aspectos éticos em pesquisa com seres humanos, conforme estabelece o Conselho Nacional de Saúde, nas resoluções 466/2012 e 510/2016. Como dito, esta consiste em um recorte de uma pesquisa maior intitulada “Processos de Criatividade, Superação e Inovação dos Residentes de Uma Ocupação Urbana”. A mesma encontra-se em andamento, conduzida por pesquisadoras e pesquisadores do LABINS/UFAM.

O projeto maior, o qual contém as pesquisas de menor porte, tal como esta, foi registrado, submetido e apreciado pelo registrado sobre o C.A.A.E. 08022819.5.0000.5020 e recebeu aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas, conforme parecer 3.169.605 (ANEXO).

A entrada do pesquisador em campo só iniciou após a autorização da liderança da comunidade, que favoreceu o diálogo com os moradores, os quais concordaram com a realização da pesquisa após a apresentação dos objetivos da mesma. Somente participaram da pesquisa moradores maiores de idade, responsáveis, portanto, por sua decisão em integrarem a mesma, A confidencialidade e a privacidade da informação obtida foi assegurada em todas as etapas do trabalho, visando à proteção da imagem e a não-estigmatização, a não utilização das informações em prejuízo dos participantes e o livre arbítrio no tocante a desistirem de participar sem nenhum prejuízo aos mesmos.

CAPITULO III – Elaboração dos dados: juntando os fragmentos e os restos e instrumentalizando a transferência

Nesta parte da dissertação, organizamos, filtramos e analisamos todo o material falado, escrito e ouvido e fruto da experiência do pesquisador durante o trabalho de campo. Fizemos a organização em dois momentos: na primeira parte, resgatamos um apanhado de matérias jornalísticas, impressas e digitais, com notícias sobre a Ocupação, pelo fato de abordarmos os lugares discursos e ideológicos e seus efeitos sobre os sujeitos. Procuramos demonstrar como o material midiático acerca das ocupações, sejam as que se dão em perímetro urbano ou rural, indicam um modo de laço social que coloca em suspenso vários dilemas ético-políticos e que geram a reprodução de lugares sociais e ideológicos marcados pelo silenciamento, marginalidade e violências. Na segunda parte, resgatamos o material do diário de campo para levantar questões pertinentes, analisa-las e lançar luz às problemáticas que foram sendo escolhidas como relevantes para nosso tema.

A produção midiática: invasão, ocupação ou sem categoria?

Todas as informações apresentadas neste tópico foram extraídas de jornais e mídias eletrônicas em sites de notícias. Especificamente em relação à Comunidade Cidade das Luzes, a total ausência de dados oficiais de domínio público e a inexistência até o momento de produções científicas locais a respeito, já traz em si um dado significativo: os residentes da Cidade das Luzes e, posteriormente, os que ocuparam e constituíram a Comunidade Alcir Matos, estão ausentes enquanto sujeitos nas cenas onde o Estado apresenta os agentes na articulação com os discursos nesta esfera e, em relação aos lugares discursivos atribuídos aos moradores na mídia jornalística, estes certamente seguem as propostas de veiculação das notícias, onde identidades, características, sentidos das ações, dentre outras dimensões significativas, são apresentadas a partir da lógica do discurso midiático.

A ação de ocupar: entre a criminalização e o exercício do direito

Como dito, a comunidade constituiu-se a partir da remoção violenta e involuntária dos moradores da Cidade das Luzes, em um ramal do Tarumã, na zona oeste de Manaus. Um dos poucos registros disponíveis nas bases digitais trata-se do breve e incompleto material localizado no site wikimania.org, o qual mostra as coordenadas geográficas da Comunidade Cidade das Luzes, situando seu surgimento entre o final do ano de 2014 e início de 2015, então chamada ‘Comunidade Anaconda’. As informações remetem a dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), e, a partir de então, tratam a questão enquanto problemática ambiental, por consistir em área protegida pelo órgão. Esta figura enquanto razão principal que consubstancia os conflitos vivenciados.

Os fatos são narrados datando o mês de outubro de 2015 como momento em que manifestantes representando ocupantes da Cidade das Luzes e de outras comunidades, interditaram uma avenida na cidade de Manaus. Aos moradores Cidade das Luzes, foi atribuído manifestação solicitando ação do poder público para realização de obras de infraestrutura no local. Segundo site de notícias⁹, a resposta da Casa Civil do Estado foi de que havia solicitação da Polícia Federal de que o Estado se abstinhasse de realizar qualquer investimento em infraestrutura a fim de evitar maiores danos ao meio ambiente da região do Tarumã. Na mesma matéria, manifestantes foram ouvidos e disseram que desde o início da Ocupação, a Polícia Militar ia ao local para retirar famílias de forma involuntária.

Ainda no mesmo ano, foi deflagrada uma operação policial, donde se noticiou a ocorrência de crimes ambientais, extorsão e tráfico de drogas ao longo dos 61.000 hectares da Cidade das Luzes. Segundo a polícia, havia vendas ilegais de terrenos, cobrança de taxas para acesso a serviços básicos. Além disso, relatou-se também que, quando lideranças eram presas, era feita cota de R\$ 30,00 por morador para o pagamento de advogados. A operação apontou para a existência de organizações criminosas comandando o local, respectivamente uma para a “invasão” e outra para o tráfico.

9 <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/10/governo-do-am-descarta-apoiar-grupo-de-invasores-de-terras-apos-protesto>

Em novembro, uma operação de reintegração que contava com cerca de 700 policiais, foi suspensa pela justiça. Informações referindo-se à Defensoria Pública do Estado (DPE-AM), diziam que o município não havia apresentado plano de desocupação para as famílias, e que também havia suspeita da DPE-AM de que haveria interesses particulares na ação ajuizada. Por parte dos argumentos atribuídos ao poder municipal, além da degradação ambiental, fortalecia-se o discurso de o crime organizado estaria atuando no local. Na ação sustada pela justiça, houve, segundo as notícias, o confronto entre PM's e moradores do local.

No dia 11 de dezembro de 2015 a polícia realizou, a partir de Ação Civil – sob alegação de degradação ambiental – promovida pela prefeitura de Manaus, a remoção das famílias da Cidade das Luzes. No entanto, de acordo com jornais, corroborando com a suspeita da Defensoria Pública, a área também é reivindicada por um empresário a fim de realizar investimentos no local.

Registro de novo confronto no local entre ocupantes e policiais; há relatos e registros de confronto entre policiais e ocupantes foi veiculado nos jornais locais; um morador chegou a atear fogo no próprio corpo e morreu no mesmo dia, no hospital, devido a queimaduras; há relatos de ação truculenta da polícia e impedimento de acesso para retirada de pertences. As notícias registram que dias antes, a DPE-AM informou a existência de falhas na tramitação da Ação Civil, a exemplo de ter ignorado o posicionamento do DPE, além não preservar direitos legais dos ocupantes. Um defensor público chegou a afirmar existir irresponsabilidade e discriminação por parte do Estado, que estaria tratando os ocupantes como “criminosos”.

Semanas antes, um levantamento parcial realizado pela Cáritas Arquidiocesana de Manaus havia apontado que 1.900 famílias (cerca de 8 mil pessoas) viviam na área. Contudo, nossa busca por informações não encontrou qualquer levantamento sociodemográfico feito pela prefeitura ou governo do Estado sobre as famílias que ocupavam a área (procedimento essencial para o planejamento de políticas públicas), o que corrobora os dados que se remetem à opinião do defensor público.

Em abril de 2016, a DPE-AM denunciou o descaso do poder público com as famílias, considerando que o processo que ocasionou a retirada foi sumário e violou processos legais e, ainda, que a situação na qual vivem as famílias, dentre as quais uma parte ocupa o antigo prédio da Receita Federal, no centro de Manaus, pode ser considerada grave violação dos direitos

humanos. Nessa época, a Defensoria destacou a necessidade em se denunciar tal situação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que poderia gerar punições ao Estado pelas infrações. Não encontramos informações na internet sobre a repercussão dessa denúncia, ou mesmo se ela foi efetivada. Também não vimos mais nenhuma manifestação pública do DPE-AM sobre os ocupantes até o ano o presente trabalho.

As notícias achadas a respeito do que aconteceu com a área desocupada citavam novas ocupações, principalmente por índios, vendas ilegais de lotes de terras; notícia veiculada em fevereiro de 2017 informava a transformação da área em um parque municipal.

Sobre as famílias retiradas da Cidade das Luzes, as notícias que informam que, não completados um mês da desocupação da Cidade das Luzes, estas ocuparam dois prédios desabitados no centro da cidade de Manaus, ambos pertencentes ao Poder Público Federal: um deles funcionou anteriormente como Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Amazonas. Outro, prédio onde funcionou o Ministério da Fazenda e o INSS no centro da cidade, foi ocupado em janeiro de 2016, o qual passou a ser chamado por seus moradores a partir da relação com o movimento social que apoiou a entrada e permanência das famílias no local, de Ocupação Alcir Matos. Ambas ocupações provocaram reações negativas na população, segundo os veículos de comunicação. Em relação ao primeiro caso, notícias relatam maior queixa da vizinhança: reclamam da falta de higiene e que os ocupantes são mau caráter e ameaçando a quem fosse prestar reclamação acerca deles. Quanto à Ocupação Alcir Matos, pessoas e ambulantes que circulam e atuam em suas imediações foram entrevistadas à época e informaram medo e insegurança, criticando até o estado de organização e mobilização política dos ocupantes, confundindo isso com “tirar vantagem”. O lugar discursivo apresentado pelas notícias que construíram as únicas versões existentes publicizadas acerca dos eventos relativos a estes moradores – diante da ausência dos dados oficiais e dos registros produzidos pelos próprios membros da comunidade, oscila entre o desamparo e a não garantia de direitos e a criminalização e aspectos negativos, sendo estes últimos os que prevalecem.

Invadir, Ocupar e termos afins

Em um site de notícias de grande circulação no Estado do Amazonas, buscamos por notícias que continham a palavra “invasão” em seu conteúdo. Em outra pesquisa no mesmo site, buscamos pelas matérias jornalísticas que continham a palavra “ocupação” no seu corpo. Na primeira busca, até o dia 9 de abril de 2019, encontramos 944 notícias em que aparece a palavra “invasão”. Pesquisamos as notícias que datavam até o dia 26 de fevereiro de 2013, pois era a primeira notícia em que constava a palavra “invasão”. Destas, aproximadamente 506 matérias não tratavam de questões referentes a moradia (ou citavam muito *en passant*). Cerca de 420 matérias abordavam problemas sociais referentes à moradia no estado do Amazonas. Sobre essas últimas, aproximadamente 190 noticiaram eventos que envolviam denúncias de novas invasões ou invasões já existentes (quase todas na capital) ou reintegrações de posse efetivada por agentes do Estado. Já o restante das notícias, noticiam casos de crimes, em sua maioria envolvendo tráfico de drogas, roubos e latrocínios, em que ora os crimes aconteceram em área de “invasão”, ora os envolvidos são encontrados nessas, ora são identificados como moradores das mesmas. Algumas outras notícias mencionam alguma invasão para situar o local do crime, como por exemplo “o crime ocorreu na rua X, próximo à invasão Y”.

Na busca por notícias com a palavra “ocupação”, no mesmo dia, encontramos 860 resultados. Destes, aproximadamente 675 matérias não tratavam de temas ligados à moradia e algo em torno de 175 noticiaram eventos relacionados à problemas habitacionais. Em alguns casos, encontramos as mesmas matérias referentes à busca por “invasão”. Das 175 matérias, aproximadamente 88 (incluindo as que trazem as duas palavras) tematizam tensões acerca da habitação no Estado.

Fizemos a busca por notícias que abordem o campo de tensões sobre a temática da moradia a partir dessas duas palavras porque elas são emblemáticas como exemplo de discursos políticos e servem como recorte do cotidiano de sujeitos que sofrem com a impossibilidade de acesso à moradia digna. Para nós, a utilização dessas palavras no cotidiano também nos habilita a empreender análises das modalidades de laço social em que estão enredados esses sujeitos e da dimensão política do gozo (Rosa; Carignato; Berta, 2006).

Devido à grande quantidade de matérias e tempo exíguo para analisá-las pormenorizadamente, escolhemos trazer para o espaço da análise, algumas que acreditamos serem exemplares e que, mais ou menos, se assemelham em conteúdo ao montante das notícias pesquisadas. Optamos por focar naquelas que tratam as palavras, ao que parece, como sinônimos, e em alguns artigos jornalísticos ou matérias que discutem o problema da moradia.

A matéria do dia 19 de março de 2019¹⁰ noticia a manifestação de populares contra uma reintegração de posse de uma área situada na Zona Leste de Manaus. Apesar de ser uma notícia curta, muitos de seus trechos apresentam conteúdos que se repetem nas demais fontes consultadas por nós. Por ser curta e emblemática, reproduziremos a matéria para depois extrair alguns trechos para análise.

Manaus - Moradores de uma área de invasão denominada comunidade "Nasal 2", localizada no km 16 da estrada do Aleixo, no bairro Colônia Antônio Aleixo, Zona Leste de Manaus, realizaram na noite desta segunda-feira (11), manifestação contra uma decisão da Justiça de reintegração de posse da terra invadida.

A decisão foi tomada pelo juiz de direito Rosselberto Himenes, da 7ª Vara Civil de Manaus, e a reintegração deve ocorrer a partir das 5h da manhã desta terça-feira (12). A ação é movida pela empresa Itautinga Agro Industrial S.A. Conforme a empresa, o local pertence a eles há cerca de 32 anos.

Um dos moradores da comunidade que se identificou como Marcelo Batista disse que espera uma posição do Governador Wilson Lima, que o que eles querem é apenas uma moradia digna.

"Nós só queremos um pedaço de terra para levantar nosso barraco, fazer nossa casa e morar dignamente como qualquer

¹⁰ <https://d.emtempo.com.br/amazonas/140178/moradores-fazem-manifestacao-contrareintegracao-de-posse-em-manaus>

outra pessoa. Pedimos ajuda ao governador Wilson Lima, para que ele olhe pela gente e interceda por nós", disse o morador.

A dona de casa Raquel Silva disse que mora há alguns meses no local e foi o único lugar onde conseguiu para morar com os três filhos e o marido, que atualmente está desempregado.

"Não temos para onde ir, meu marido está desempregado, eu lavo roupa para as pessoas as vezes para comprar alguma coisa para os nossos filhos comerem. Imagina se destruírem tudo que eu tenho na terça, o que vai ser de mim, não tenho para onde ir", falou Raquel.

Denúncia

*Uma denúncia feita ao Em Tempo em julho de 2018 relatou que a **invasão** servia de covil para traficantes. Os bandidos estariam cobrando cerca de R\$ 150 reais de cada morador para pagar advogados para defender a terra.*

*Traficantes estariam aproveitando da ausência de segurança no local para dominar a **invasão** e obter lucros para o tráfico de drogas, além de vender as terras para pessoas que tem o sonho de comprar a casa própria.*

Questionados sobre esta situação, um morador que se identificou como Roberto Teixeira disse que os moradores não compactuam com traficantes.

"Isso aqui era uma área de abatedouro, de desova de corpos. Depois que passamos a construir nossas casas aqui, a história mudou. Nunca paguei dinheiro algum para bandido, e nem pagarei", explicou o morador da comunidade.

Destacamos o início da matéria “moradores de uma invasão”. Como já falamos, o significante “invasão” é o que circula na grande maioria das notícias sobre a temática referida. Não só na mídia, mas também no cotidiano, na fala das pessoas quando se discute situações dessa monta. Mas seria “invasão” o nome mais apropriado para definir o estatuto da comunidade referida nesta e nas várias outras reportagens? E mais: caso não se trate de uma dita invasão, quais seriam as implicações de seu emprego indiscriminado como parecem fazer as reportagens.

Buscando no dicionário disponível nos buscadores nas redes digitais¹¹ a definição de invasão. Encontramos sete definições, dentre elas “ato de penetrar (em local, espaço etc.), ocupando-o pela força”; “terreno, área ilegalmente ocupada por moradias populares” (brasileirismo – Brasil); direito internacional público – “entrada, sem prévia autorização, de forças armadas estrangeiras em território de um Estado; direito penal – “crime que consiste na entrada, sem autorização, em estabelecimento de trabalho com o objetivo de prejudicar as atividades normais ou danificar o próprio estabelecimento”. Já em consulta ao Dicionário Michaelis, disponível *online*¹², achamos oito definições, das quais destacamos “ato de tomar posse de terra ou edificação alheia com o objetivo de obter um proveito ilícito para si mesmo ou para outrem”.

Nos mesmos dicionários, procuramos as definições da palavra ocupação e encontramos seis definições, dentre elas: “ato de apoderar-se de algo ou de invadir uma propriedade; posse”; “ato de trabalhar em algo; o próprio trabalho a ser executado ou que se executou; serviço”; jurídico, termo - “modo de aquisição da propriedade de coisa móvel sem dono ou abandonada; apropriação”. Já no Dicionário Michaelis, temos sete e destacamos: “Ato ou efeito de ocupar ou de se apoderar de qualquer coisa”; jurídico – “ato de apropriar-se de um bem móvel, sem dono ou que foi abandonado”; “ação de invadir um lugar ou espaço e lá permanecer, geralmente de modo arbitrário”.

11

Disponível

em:

https://www.google.com/search?ei=czS2XKvyG9C75OUPnIq3iAI&q=dicion%C3%A1rio+da+1%C3%ADngua+portuguesa&oq=dicionario+da+1&gs_l=psy-ab.1.0.0i10.983710.986907..988461...0.0..4.814.5756.0j5j1j1j2j3j2.....0....1..gws-wiz.....0..0i71j0i131j0i67.yVLsFOtOYqk#dobs=invas%C3%A3o

¹²Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=invas%C3%A3o>

Analisando as definições trazidas acima, acreditamos que tanto “invasão” como “ocupação” não dão conta de definir com precisão a situação das famílias que fizeram moradias no referido espaço geográfico. Entretanto, levando em conta as mesmas definições e também os sentidos que as duas palavras conotam, verificamos que qualificar como invasão esse e inúmeros casos semelhantes colocam em suspensão, ou mascaram, as tensões e os conflitos e problemas sociopolíticos da cena do direito à moradia, como veremos adiante.

Continuando a matéria, temos (...) *A ação é movida pela empresa Itautinga Agro Industrial S.A. Conforme a empresa, o local pertence a eles há cerca de 32 anos.* A despeito de não podermos constatar de fato, é importante considerar que, segundo a fala de um morador que aparece na sequência da reportagem, havia indicação que o dito local parecia estar abandonado há vários anos. O déficit habitacional brasileiro encontra a encruzilhada da distribuição desigual de recursos, terras, etc. Se o caso do terreno em questão se assemelhar aos terrenos e imóveis no Brasil que possuem donos, mas que estão abandonados por estes e pelo poder público, que apresenta falha na fiscalização de propriedades por várias razões, a percepção de que este seria o caso de um terreno ocioso entra em conflito com demandas legítimas da população. E neste caso, seria papel do Estado, através de seus vários dispositivos, fiscalizar e fazer com que todo e qualquer imóvel exerça *função social*. Logo, se o terreno se encontrava ocioso, vazio, abandonado, o preenchimento desse espaço através de famílias que não tem condições de sustentar formalmente uma moradia deveria ser definido sempre como uma ocupação, apesar das irregularidades e ilegalidades que eventualmente podem ou não estar subscritas nessa.

Dando continuidade à matéria, temos os relatos de dois moradores que seriam despejados no dia seguinte ao protesto: *“nós só queremos um pedaço de terra para levantar nosso barraco, fazer nossa casa e morar dignamente como qualquer outra pessoa. Pedimos ajuda ao governador Wilson Lima, para que ele olhe pela gente e interceda por nós”*. A fala deste morador é exemplar, pois mostra a incapacidade do poder público de *interceder* na luta pelo direito básico e fundamental de moradia, contido no artigo Art. 6º da Constituição Federal¹³.

¹³ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta

A parte da reportagem que trata da denúncia de que (...) *a invasão servia de covil para traficantes* (...) também mostra o que verificamos nas outras reportagens, a saber, a associação constante das ocupações ao tráfico de drogas. Mesmo que no caso dessa matéria, um outro morador negue a presença de traficantes na área, sabemos que existe sim, no caso de outras ocupações pela cidade, uma forte presença de facções criminosas funcionando como uma espécie de “segundo Estado” nesses lugares, semelhante ao que acontece no caso das milícias no Rio de Janeiro.

A presença do poder do tráfico de drogas parece contribuir para a criminalização indiscriminada da mídia e de parte da opinião popular acerca das ocupações urbanas. Em muitos casos, no entanto, a presença do poder do tráfico nesses contextos precisa ser contextualizada e relativizada, na medida em que este, muitas vezes, é quem parece exercer a função do Estado. Encontramos matérias que relatavam a suposta atuação de facções criminosas que pagavam advogados para impedir reintegrações de posse de terrenos em que elas atuavam, o que prolongaria a permanência das famílias.

No final da reportagem, temos outro recorte da fala de um morador, e que endossa nossa suposição de que a área em questão estava abandonada: *isso aqui era uma área de abatedouro, de desova de corpos. Depois que passamos a construir nossas casas aqui, a história mudou.* É esse o caso de muitos terrenos abandonados na capital amazonense. Qualquer pesquisa de reportagem acerca de crimes que envolvem assassinados e execuções, é comum descobrirmos que corpos de vítimas são encontrados em terrenos baldios. É como se, para o bem ou para o mal, para se aproveitar ou não, de alguma forma os espaços vazios da cidade são ocupados.

Apresentaremos agora outro artigo¹⁴, este publicado no ano de 2013 no jornal que fizemos as consultas, e um editorial¹⁵ publicado em 2018 no mesmo periódico de notícias. O mais antigo é intitulado *Fábrica de invasões* e foi escrito por um, na época, auditor fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). Começa assim o autor: “*A invasão de terras, públicas e particulares, não é problema só das capitais, mas também grassam*

Constituição.

Disponível

em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_6_.asp

¹⁴ Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/artigos/9415/fabrica-de-invasoes>

¹⁵ Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/opiniao-editorial/114072/industria-das-invasoes-em-manaus-mostra-o-lado-negro-da-forca>

desenfreadamente em todo o território brasileiro, com ou sem a anuência dos poderes públicos constituídos.”

O parágrafo que se segue afirma que o Brasil, *“para se lançar a voos mais globalizados”*, precisaria fazer primeiro seu *“dever de casa”*, que seria assegurar o direito à propriedade privada e à moradia. No parágrafo seguinte, o autor relaciona, de forma reducionista, *moradia, cidadania e segurança* e que se deixa *“ao longo do caminho um rastro de crimes que vai desde o ambiental, formação de quadrilha, estelionato, especulação imobiliária, todo e qualquer tipo de violência física e armada”*. E segue se referindo a uma invasão de terra que custou ao poder público algo em torno de R\$ 1 milhão de reais. Sobre esta, o autor afirma categoricamente *“além de cometerem crimes fizeram com que o dinheiro público fosse desviado de uma necessidade pública para, simplesmente, reparar um dano completamente previsível e possivelmente evitável”*.

Depois menciona as reformas agrária e urbana que ainda mostram resultados insignificantes no sentido de qualquer melhoria em face de grupos *“movidados por oportunismo político, ora pela especulação imobiliária, na base do invade, pega, vende e volta a invadir”*.

Fala, logo depois, que o governo havia realizado recentemente um cadastramento para fins de emissão de título de propriedade para famílias que teriam ocupado uma área no Puraquequara. Sobre esse episódio, o autor comenta ser

“revoltante é que famílias que esperam há mais de 20 anos na fila se igualam aos que recentemente invadiram um terreno na rua Ituí e que já irão receber a referida documentação, e ainda exigem água, luz, telefone, asfalto e transporte público, pacote pós-invasão que não está previsto no orçamento. Quem invade terras não adquire o direito de exigir benefícios públicos pagos com dinheiro de quem não comete este crime.”

Este cenário, revoltante para o autor, se daria, para ele, por conta da falta de “*iniciativas eficientes para ordenar a ocupação urbana, falta habilidade ao poder público para punir os criminosos*”. Ainda com um discurso autoritário e policialesco, conclui o artigo:

“O problema das invasões não pode ser tratado apenas como um problema social. Deve ser tratado também como caso de polícia, pois as pessoas não podem tentar justificar os fins fazendo uso de meios violentos com o meio ambiente, com a propriedade e com os cidadãos. E isso pode ser resolvido com políticas públicas sérias, justiça rápida para promover a reintegração de posse e polícia para punir os criminosos.”

Vemos que o discurso do referido autor é incisivo, baseado em fatos sem argumentos que tentam imprimir um tom de veracidade e certezas, sem esconder adjetivações hostis e discriminatórias. Há uma lógica única na montagem de seu discurso: ele fala da uma realidade inconveniente, como ela é e como funciona. Visando a ordem (segurança) e progresso (cidadania) defende, como única alternativa, a mera aplicação das leis. Apresenta um discurso que não relativiza nada, com semblante indiscutível e imune a opiniões. Para nós, logo, o que vemos é a reprodução do Discurso do Universitário a partir do Discurso do Mestre.

Cinco anos depois, em editoria assinado pelo próprio jornal, temos o seguinte título: “*Indústria das invasões em Manaus mostra o lado negro da força.*” No mesmo texto, ainda percebemos o mesmo discurso do anterior. Sendo agora vistas não mais como fábrica, mas como indústria, as ditas invasões no Amazonas *atormentam* e mostram agora seu *lado negro*. Através de *pseudos sem-terra*, a fauna e flora amazônica estão sendo devastadas. Além destes, nesses locais, o editorial fala que são “*esconderijo propício de traficantes, assassinos, ladrões, estupradores, entre outros criminosos que atormentam uma classe sem perspectiva de vida ou futuro educacional*”. E novamente, como no texto anterior, vemos que a causa para esse problema se dá “*porque nosso país é dominado por mensaleiros, empresários corruptos, que,*

a cada dia, acabam mais e mais com a economia brasileira”. E segue deixando a pergunta “até quando árvores, plantas, flores ou animais serão aniquilados por pessoas truculentas?”

De novo, como no texto anterior, o editorial vê as invasões não como produto do sistema perverso e excludente, mas simplesmente como algo que devasta o meio ambiente e fomenta a criminalidade. Para este, a *indústria* das *invasões* existe por causa da ingerência do Estado.

Após análise do material midiático acerca das ocupações no Amazonas, passemos a segunda parte de nossos resultados que engloba o campo de contato e experiência com uma Ocupação urbana no centro da cidade e seus moradores e lideranças.

Transformando vivências em experiências – diário de experiência

Minhas idas à Ocupação Alcir Matos tiveram início efetivo em outubro de 2017. Um primeiro contato aconteceu alguns meses antes, em meados de julho do mesmo ano em que fui conhecer o lugar e ter uma conversa com os responsáveis pelo prédio sobre a possibilidade de dar início a uma pesquisa de mestrado. Na época deste encontro, tínhamos como objetivo de pesquisa possibilitar espaços de escuta, aos modos de uma clínica individual ou em grupo, partindo da hipótese de que as famílias que residiam naquele lugar, oriundas da Cidade das Luzes, vivenciavam processos de sofrimento causados, em parte, pelo impedimento do trabalho de luto das perdas e da remoção violenta delas de suas moradias na Cidade das Luzes, no final de 2015.

Na primeira visita, de imediato pude sentir e perceber certa desconfiança sobre minha presença. Antes de ir pela primeira vez, havia sido avisado de que seria necessário que eu estivesse portando um documento de identidade para poder adentrar as dependências do prédio. Ao chegar, me deparei com uma moradora que trabalha como porteira e controla a entrada e saída de pessoas. Fui interrogado sobre quem eu era e o que eu fazia ali. A referida responsável pela portaria havia sido previamente avisada que alguém iria no prédio naquele dia para conversar com uma das coordenadoras do lugar. Parte da desconfiança se dissipou quando esta

associou que eu era estava ali para fazer a atividade¹⁶ com as crianças. Mostrei meu RG e registrei em um caderno o meu nome, identidade e hora que estava entrando no prédio. A necessidade deste registro aconteceu somente na minha primeira ida. Com o tempo, à medida em que fui me tornando conhecido pela comunidade, tal controle deixou de existir por completo, tornando possível que eu entrasse e saísse da Ocupação de forma indiscriminada.

Expostos nossos objetivos e nossa intenção de pesquisa às lideranças da comunidade, prontamente fomos permitidos a frequentar o lugar e realizar a pesquisa. Já neste encontro, pude perceber a demanda por algum tipo de escuta, tanto das lideranças - todas mulheres -, como dos moradores, que eram orientados a me procurar quando descobriam que eu era também psicólogo.

Depois desse encontro em julho, voltei a frequentar efetivamente a Ocupação no mês de outubro de 2017. Desta data até o início do ano 2019, foram em torno de 40 idas e vindas, as quais não cessaram mesmo com o término da pesquisa, dado o compromisso assumido de prestar escuta e colaborar com algumas demandas que surgem. As visitas ocorriam em horários diversos: as vezes pela manhã, outras pela tarde ou ainda no período da noite. É necessário frisar que tais idas e vindas muitas vezes começam na Ocupação, mas se destinariam a outros lugares, demandados pelo campo, com outras formas de participações minhas, as quais detalharei posteriormente.

Basicamente, quanto às idas na Ocupação, estas foram compostas de várias maneiras: as vezes fui para fazer atendimentos individuais previamente marcadas; outras vezes atendi demandas clínicas no momento em que surgiam enquanto estava lá; outras vezes, fui para participar de uma das várias assembleias nas quais se discute, de forma coletiva e democrática, a vida, os problemas e os rumos da Ocupação; em outras, as assembleias não aconteciam e eu me deixava levar pelas conversas com moradores pelas dependências do prédio, ou até mesmo nas unidades residenciais de algumas famílias, dada a abertura do compartilhamento do espaço com a pessoa do pesquisador.

¹⁶ Na época, estava sendo realizada uma atividade de extensão universitária do curso de psicologia da UFAM em parceria com a Cáritas. Minha orientadora era uma das participantes do projeto de extensão. Resolvemos, assim, fazer minha apresentação ao possível campo investigativo a partir das atividades do LABINS.

Foram muitas as modalidades de participação e de escuta. A forma massiva sob a qual o *real* se apresentava pela estética do prédio, corredores, apartamentos, sua localização no coração do centro da cidade e numa rua reconhecida pelo grande fluxo comercial, assim como as cenas presenciadas por mim em diversas ocasiões e a escuta de narrativas de moradores que traziam narrativas carregadas de fragmentos de suas histórias de vida, junto com minha disposição em fazer uma *escuta flutuante* de tudo o que surgia diante de mim, me provocavam angústias e incertezas. Indagava a mim mesmo: como constituir espaços de escuta nessas condições? Como empreender uma pesquisa psicanalítica num contexto de demandas das mais diversas ordens e que parecem todas tão intimamente relacionadas, fazendo com que parecesse impossível intervir sobre qualquer uma sem atuar sobre as outras?

Essas questões atravessaram todas as minhas vivências junto às pessoas que vivem a Ocupação, seja morando, seja coordenando o lugar. Logo, nesta parte destinada às análises e resultados da pesquisa não haverá espaço para generalizações, congruências ou certezas. Haverá, na verdade, tentativas minhas de transformar as vivências em experiências a partir dos tropeços da história, das teorias e das produções dos sentidos. Intentamos operar a partir do modo de escrita de um *diário de experiência*, produto de meu *escutar-flanar* no campo de pesquisa. Minha proposta, aqui, é de fazer falar a transferência e os seus ecos.

A partir do *diário*, escolhemos alguns registros os quais identificamos dotados de potencial para compreender as tramas discursivas e a produção/reprodução de lugares discursivos e ideológicos marcados pelos processos de exclusão pelos quais vivem aqueles que optam ou que são coagidos a ocuparem os lugares que implicam a luta pela moradia.

Diário de campo - dia 12 de outubro de 2017 – 2ª visita à Ocupação.

Um dia antes, havia ligado para uma das coordenadoras do movimento social que coordena o prédio para confirmar minha ida no dia seguinte para conversarmos. Na ligação, ela me informou que estaria no prédio no período de 09 da manhã ao meio-dia. No outro dia, consegui chegar mais ou menos as 10:00 am. A coordenadora chegou perto do meio-dia somente. Esse atraso acabou sendo oportuno, pois pude conversar bastante com alguns

moradores, especialmente com a senhora que estava na portaria naquele dia. Quando cheguei, havia três ou quatro pessoas na recepção (figura 1) do prédio. Minha primeira atitude foi dizer meu nome e perguntar pela coordenadora com que iria me encontrar. Gentilmente, mas com ar de desconfiança, uma delas me disse que ela não havia chegado ainda. Em seguida, perguntei se meu nome constava em alguma lista de acesso ao prédio e me foi dito que não. Rapidamente e meio desconsertado, expliquei quem eu era e que tinha um encontro marcado com referida liderança. Uma delas me sugeriu que eu ligasse para outra pessoa – que mais tarde descobriria se tratar de uma das lideranças do movimento social responsável pela Ocupação – e que esta poderia falar melhor comigo. Entrei em contato com a pessoa indicada, expliquei o motivo de minha presença ali. Em seguida, passei o telefone para ela falar com a senhora da portaria. Terminada a ligação, minha entrada estava permitida.



*Figura 1- Recepção da Ocupação. Créditos: Rafael Seixas.
Fonte: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/familias-invadem-antigo-predio-do-ministerio-da-fazenda-no-centro-de-manaus>*

Até a chegada da coordenadora, permaneci na recepção do prédio. Nesse tempo, como disse, conversei muito com a senhora responsável pela entrada e saída de pessoas do lugar. Inicialmente, ela se mostrou tímida. Mas essa timidez não parecia se tratar de alguma desconfiança ou suspeita a meu respeito. Ela parecia, na verdade, estar com vergonha de mim, mas não envergonhada de sua condição. Acredito que consegui “quebrar o gelo” do nosso contato ajudando-a abrir e fechar a porta da recepção, que era controlada por uma chave.

Havia um incessante fluxo de entrada e saída de pessoas. Algumas pareciam manifestar curiosidade com a minha presença. Curiosidade que se manifestava através de olhares dos quais eu também partilhava, curioso que me sentia também. Percebi que havia um estranhamento principalmente por parte dos homens. Crianças e idosos eram mais receptivos. Dessas várias pessoas com que cruzei olhares, lembro bem de um rapaz jovem que, ao conversar com a porteira, disse que estava esperando alguém vir busca-lo. Ela perguntou de onde a pessoa estava vindo e o rapaz disse o nome de um bairro distante dali. Então, eu comentei “eita! É uma viagem!”. Prontamente, e me olhando sério, o rapaz disse a mim “ela vem de carro”.

Diante desse meu comentário, tive a impressão de que o rapaz achou que eu o estava discriminando quando eu disse que a pessoa que ele esperava viria de um lugar distante e periférico. Ele estava certo, mesmo que não tenha havido intenção de minha parte em discriminá-lo. Através de meu comentário, inconscientemente, talvez eu tenha demarcado o que pra mim consistia na nossa diferença de classe socioeconômica e de experiências. Um lugar discursivo, ainda que não explicitado, emergiu na própria relação que eu estabelecia com os sujeitos, indicando um aspecto importante nas relações assinaladas por assimetrias sustentadas por questões que transcendem a dimensão social e econômica, mas que implicam no lugar de sujeito e da experiência do Outro.

A manhã parecia correr normalmente na Ocupação. Era feriado – Dia das Crianças – e vi muitas famílias saírem com seus filhos(a) e também pessoas chegando com brinquedos. Enquanto estive na recepção do prédio, me chamou atenção a curiosidade que muitos transeuntes manifestavam ao passar em frente. Muitas paravam, grudavam seus rostos no vidro da entrada, como se estivessem olhando os peixes de um aquário, tentando entender o que era aquilo. É certo que a maioria olhava com estranheza. Não à toa, claro. De longe é possível ver os andares ocupados, com janelas (figura 2) avariadas e com roupas penduradas. Na porta de entrada, consta o aviso do toque de recolher para os moradores. Fico me perguntando como os moradores se sentem diante desses olhares desconfiados, curiosos e muitas vezes invasivos.”

A localização do prédio, tanto quanto emblemática, pode ser apresentada como sintomática. O ‘sintoma’ aqui referido, não recai no escopo da patologização dos sujeitos, mas enquanto sintoma das relações sociais que produzem e reproduzem os processos de exclusão e

que se fortalecem através de determinados lugares símbolos. O prédio fica localizado no cruzamento de duas ruas de intenso fluxo comercial, com lojas dos mais variados produtos de consumo. Há intensa circulação, em uma área de intensa atividade econômica e símbolos de poder e desenvolvimento da cidade de Manaus. Na outra esquina, de frente para o prédio, está situado também o prédio (figura 3) da Associação Comercial do Amazonas (ACA). A região é de predomínio de atividades comerciais, de consumo. O prédio encontra-se numa relação paradoxal de visibilidade X invisibilidade, ou, ainda, de uma *visibilidade incômoda*, que parece transforma-lo em um bloco inexistente. No entanto, a vida também é marcada pela intensidade dos processos subjetivos de seus moradores.

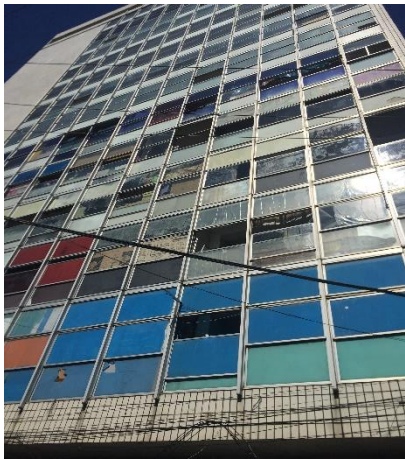


Figura 2 - Fachada da Ocupação.
Créditos: Bruno Rudar



Figura 3- Foto tirada a partir da sala onde são realizadas as reuniões entre coordenação e moradores. Créditos: Bruno Rudar

“Conversei bastante com uma senhora na portaria. Sem que eu fizesse qualquer pergunta, ela parecia naturalmente seguir falando de sua vida. Falou-me da Cidade das Luzes, onde vivia com filhos e netos. Na Ocupação, entretanto, mora sozinha (filhos e netos foram viver nas casas de outros parentes). Também me narrou um pouco (sem que eu perguntasse) a vida na Cidade das Luzes. Pela narrativa correspondia ao que tinha lido nos jornais: a remoção foi feita sem aviso prévio e sem qualquer assistência do poder público. Ao se remontar ao dia da remoção, percebi o sentimento de desamparo dela ao descrever o cenário de destruição das casas, a presença ostensiva de centenas de policiais armados obrigando a

retirada das famílias. Esse sentimento só não pareceu dominá-la por conta do amparo tido, durante e após a remoção da Cidade das Luzes, pela principal liderança do movimento social que acompanhou todo o processo, desde a remoção até a Ocupação”.

Os relatos são carregados de conteúdos que mostram uma realidade marcada por vivências de grande sofrimento e que necessitam ser atualizadas no plano discursivo, como forma de dar sentido e enfrentar a realidade, inclusive em uma perspectiva de temporalidade: passado e presente. No tocante ao futuro, percebi que há, por parte da senhora com quem conversava, uma grande fé depositada na liderança e na coordenação do prédio. São pessoas vistas não apenas como porta-vozes na luta pela transformação da Ocupação em um prédio residencial, mas como referência de apoio diante do desamparo vivenciado.

“Ela me informou que, até então, passados aproximadamente dois anos que estava morando no prédio, que não havia nenhuma liderança ou representação que também fosse morador, sendo as responsáveis por tudo o que acontece ali, a líder do movimento e a coordenadora”. Cabe destacar que a liderança do movimento não é exercida por uma moradora, mas esta compõe o cenário e a rotina cotidiana, indo praticamente quase todos os dias ao prédio, e ali permanecendo resolvendo os diversos conflitos dentro da Ocupação.

Também me foi trazido como é viver no prédio e algumas transformações que o lugar sofreu ao longo do tempo, das tensões existentes com os lojistas do entorno. A sensação apresentada, segundo a moradora, é de que *“eles estão sempre vigiando através de câmeras e pessoas disfarçadas.”* Segundo a fala de mais de um morador, o objetivo das câmeras identificadas por estes localizadas nos postes de iluminação, seria o de colher qualquer prova que justificasse judicialmente a reintegração de posse do prédio e a remoção das famílias. No campo do jogo clínico, em que transferência e contratransferência são elementos importantes nas produções dos conteúdos presentes, assumi a condição de estar, juntamente com a comunidade, sob vigilância constante, tendo nas supostas câmeras o elemento concreto que me relembra constantemente esta condição, a qual corresponde a um assujeitamento.

Ao longo de minha permanência na pesquisa, a comunidade vivenciou o movimento de ação do estado no atendimento das demandas dos moradores, que pleiteavam a transformação do mesmo em moradia de interesse popular. Sobre o processo das negociações para transformação do prédio em apartamentos residenciais, a moradora manifestou esperança,

justificando o constante contato da liderança do movimento com Brasília, para que o extinto Ministério do Planejamento concedesse verbas para a reforma. Essa esperança parece ser compartilhada pela maioria dos outros moradores que persistem em estar ocupando o prédio, mesmo sob ameaças e sendo observados (de modo real ou sentindo-se observados por câmeras) e vistos com hostilidade.

As falas remetem ao sentido de que a permanência da Ocupação é sinal de luta e mobilização. Chegar ao estado de organização em que se encontra hoje o “prédio”¹⁷ foi muito difícil. Muitas pessoas não entendiam o significado de permanecer ali. Mesmo assim, descontente, a moradora cita as pessoas que eventualmente parecem desistir e desocupam o lugar. Essas saídas, para ela, são cada vez mais frequentes e representam o enfraquecimento da luta.

“Perto do fim de nosso encontro imprevisível, ela me informou que desde o dia que o prédio foi ocupado, não houve nenhuma visita ou intervenção no sentido de algum tipo de assistência social, educativa ou de saúde, ou mesmo de alguma ONG (com exceção da Cáritas).” Este trecho remete à condição de exclusão e invisibilidade social a que são colocados os que moram ali, que mesmo estando em um prédio em um dos corações do centro de Manaus, parecem invisíveis para as políticas de assistência e promoção de direitos. Transcorrido mais de um ano após o encontro com a moradora, esse cenário não mudou.

“Perto do meio-dia, coincidentemente no momento em que nossa conversa parecia chegar ao fim, chega a coordenadora aguardada por mim. Ao me avistar e de bom humor, me chamou para ir com ela à sala de reuniões do prédio para conversarmos. Nossa conversa durou aproximadamente 45 minutos. A conversa fluiu em tom amigável e descontraído. Militante há muitos anos, ela me conta que também já lutou por moradia para si própria. A mesma fé que percebi por parte de outra moradora sobre a coordenadora, pude ver nesta última em relação à líder do movimento social.”

Há, como pude verificar, uma relação de confiança e mesmo reconhecimento hierárquico dos moradores em relação ao movimento social. Há uma espécie de dependência

¹⁷ “Prédio” é como os moradores se referem mais comumente à Ocupação. A equipe de pesquisa, incluindo a mim, tende a nomear o espaço e seus moradores enquanto “Comunidade Alcir Matos”. No entanto, estas identificações também não escapam aos sentidos e às formas de relação e lugares discursivos na cena social.

que parece ser necessária para sustentação do laço social e manutenção da coesão e unidade, que advém também do amparo prestado pelo movimento. No entanto, a fixidez nestes lugares pode comprometer avanços nas formas que fortaleçam os laços comunitários.

Sobre os laços comunitários, minha experiência indica que eles existem, mas são marcados por singularidades que podem, em certa medida, ser entendidas enquanto fragilidade.

Eventos e situações são exemplares neste sentido. Por exemplo, desde o início da Ocupação, foi decidido em assembleia que haveria um ou dois moradores que trabalhariam na portaria que ficariam responsáveis por controlar a entrada e saída de pessoas. Para isso, cada família deveria pagar uma mensalmente R\$ 50,00 que funcionariam como um tipo de salário a ser dado para os porteiros(a). Em minha permanência no lugar, a existência de débito por parte de moradores tornou-se um assunto o qual era falado como parte das situações cotidianas. Os débitos não são exceções, mas parece existir por parte de muitas famílias. Tais situações geram queixas e tentativas de solucionar o problema. No plano discursivo, as queixas acompanhavam, não raro, discursos onde se referia a falta de pagamento utilizando expressões de juízo de valor, preconceitos e discriminações sobre os devedores. Torna-se curioso em termos da trama discursiva que a reprodução dos atributos negativos utilizados pelos discursos de criminalização dirigidos aos moradores da ocupação, também são utilizados entre os mesmos. Era muito



Figura 4- Sala e formato das assembleias com representantes das famílias. Créditos: Bruno Rudar

comum e frequente a falta de pagamento da mensalidade figurar como uma das pautas das assembleias, acompanhadas do teor de juízo de valor. Uma informação sobre o formato das assembleias: estas sempre iniciam e terminam com orações coletivas ou cânticos evangélicos. Percebi, nas assembleias (figura 4), que muitos sentidos religiosos são dados aos eventos que

decorrem na Ocupação, principalmente os diretamente relacionados às tensões que surgem sobre o andamento dos processos legais e jurídicos do prédio e as lutas políticas que implicam riscos, como por exemplo, o do prédio sofrer uma reintegração de posse. Quaisquer forças que pareçam impedir os avanços na luta pela permanência e posterior transformação do lugar em moradia popular são vistas como formas pelas quais o “inimigo”¹⁸ atua. A despeito da importância atribuída ao grupo aos sentidos religiosos, a justificativa dos conflitos unicamente por esta via parece impedir a construção de alternativas diferenciadas para enfrentamento e solução dos problemas comunitários.

Diário do dia 16 de março de 2018 – ida emergencial à Ocupação

Uma das demandas da Comunidade era por atendimentos clínicos individuais. Face à demanda, indiquei a disponibilidade de um amigo pra realizar atendimentos, sendo a ideia bem recebida pelos moradores.

Eu e um amigo psicanalista vínhamos fazendo atendimentos individuais há uns meses. Recebi uma ligação da liderança solicitando nossa presença para verificar a situação de uma das moradoras, que estava “doída” perambulando pelo prédio, fazendo confusões e causando problemas com outros moradores.

Ao chegarmos, encontramos com uma das coordenadoras na portaria. Ela nos cumprimentou normalmente como se estivéssemos indo fazer os atendimentos normais. (neste dia, era para eu ter ido pela manhã fazer os atendimentos, mas não fui por indisposição física). Sem que a coordenadora mencionasse o problema que nos levou ao prédio, perguntamos pela líder. Ela nos respondeu que esta estava na sala de reuniões com a moradora que estava tendo os surtos. Subimos até a referida sala e somente a líder estava presente. Em seguida, ela nos colocou a par da situação.

¹⁸ “O demoníaco representa o grande inimigo dos neopentecostais, contra o qual lançam mão de todas as armas para destruí-lo, amarrá-lo (termo utilizado pelos religiosos). As desgraças, as desventuras, os sofrimentos do mundo ganham sentido, explicação: são obras do Mal” (NETO; JUNIOR, 2010, p. 777).

Questionamentos acerca da saúde mental de moradores da ocupação também fazem parte do cotidiano da comunidade. O apoio solicitado no caso, não é a rede formal, mas a rede informal que se constitui nas relações da Ocupação, a saber, eu e o psicanalista que realizava atendimentos voluntários ali. A situação identificada como doença mental possivelmente seria indicativos de diagnósticos de transtorno mental também por especialistas, pois a moradora encontrava-se em processo de sofrimento psíquico e quadro de surto, ao qual, após atendimento emergencial, recebeu encaminhamento para a unidade de saúde mental emergencial da rede da cidade de Manaus. Cabe, contudo, considerar em termos de lugares discursivos o que ocorre quando o acontecimento é trazido à cena como experiência de loucura: agressividade, condutas sexualizadas, condutas não ajustadas aos regulamentos estabelecidos são indicativas, não somente na Ocupação, mas de modo geral, de transtornos mentais para a população comum. Todavia, na ocupação, a história do surto é trazida totalmente vinculada a eventos relativos à vida ou dinâmica da própria Ocupação, como suspeita de furtos, gerar incômodo aos demais moradores por circular nas áreas comuns, dentre outras coisas. Ameaças e confrontos de outros moradores surgem na tentativa de suprimir os comportamentos incômodos (e não necessariamente em atenção ao processo de sofrimento). Outro modo de lidar é através da intervenção de pessoas hierarquicamente representativas da organização na ocupação. Neste aspecto, é interessante observar o conhecimento detalhado que as autoridades de referência na ocupação possuem acerca das situações. A função de mediação é exercida pela liderança não apenas entre moradores, mas entre o conteúdo delirante e o plano da realidade. As manifestações de sofrimento psíquico não cessaram e nem são um caso isolado. Sobre outras manifestações sintomáticas observadas ao longo da permanência no campo da pesquisa, falaremos mais sobre esses outros surtos posteriormente.

Sobre o processo de mediação entre conteúdo delirante (ou fantasioso) e realidade, é interessante observar que o mesmo não é restrito à liderança e nem mesmo a presença de tais ‘sintomas’ é exclusivo de alguns moradores. Após a ocasião do surto descrito anteriormente, chamou-me atenção os conteúdos relacionados a delírio de perseguição e vigilância, onde as temáticas recaiam para alguém que estava de olho na Ocupação e que existiam câmeras permanentemente nesta função (figura 5), filmando a sala de reuniões do prédio. O mesmo fragmento discursivo, às vezes entendido como delírio, circulava em outros discursos a partir

de outros moradores, da coordenação do prédio e até mesmo a partir do meu discurso. Sob o discurso constantemente reforçado sobre a vigilância da Ocupação através dessas “câmeras”, parece haver um certo funcionamento que ativa sentimentos persecutórios e paranoia, pairando sobre a subjetividade dos moradores e dos que compartilham seu cotidiano. É importante ressaltar que até o término da pesquisa não houve nenhuma verificação de que se trataria de uma câmera.

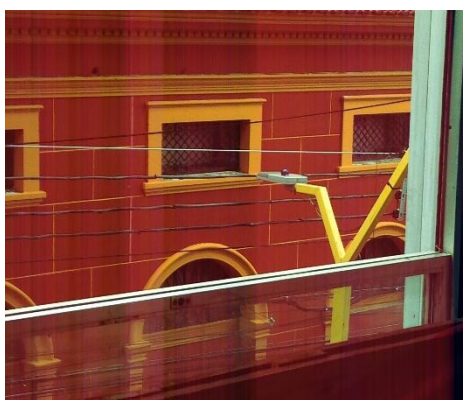


Figura 5- Dispositivo de iluminação identificado como câmera pelos residentes. Na verdade, trata-se de um sensor fotoelétrico responsável por ligar a iluminação do poste quando anoitece. Créditos: Bruno Rudar

Merece destaque, porém, um acontecimento que aconteceu no intercurso de março e janeiro, evento que, ao que parece, causará transformações na vida da Ocupação. Trata-se do sorteio da entidade que assumiria a gestão do prédio e ficaria responsável para conseguir os recursos para transformar o prédio em apartamentos populares, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades¹⁹. O sorteio realizado foi contestado por diversas entidades participantes devido a supostas irregularidades na realização do sorteio a fim de beneficiar

¹⁹ O Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, foi criado em 2009, com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. O programa, ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Retirado de: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp. Com o atual governo, o Ministério das Cidades foi extinto. Até a conclusão da dissertação, não se sabe qual será o futuro acerca das políticas de habitação social e do Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, existem mobilizações de entidades lutando pela contratação de projetos que foram selecionados no final do governo anterior.

determinadas entidades que teriam apadrinhamentos políticos²⁰. O pedido foi acatado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)²¹ sediada em Brasília e quem as SPU's regionais respondem e o sorteio foi temporariamente anulado.

Um dado importante a ser destacado sobre o sorteio referido acima é o de que, independente da entidade vencedora, as famílias que já residiam na Ocupação não seriam prejudicadas e já estariam com seus apartamentos assegurados. À entidade vencedora do sorteio, seriam destinados os apartamentos restantes. Havia uma ideia de que o prédio permitiria a construção de 80 apartamentos. Destes, 51 seriam destinados às famílias que já residem na Ocupação.

Evocamos esse evento porque a anulação do sorteio, junto com as mudanças no cenário político (que indicam um recrudescimento das políticas de habitação destinadas às populações menos favorecidas) repercutirão na vida da Ocupação. Usaremos o próximo diário para falar dessas mudanças.

Diário do dia 12 de dezembro de 2018 – Assembleia com moradores e coordenação, noite

“A reunião foi marcada poucos momentos antes. Das 51 famílias, aproximadamente 27 compareceram. Como disse antes, reúnem-se representantes das famílias. A representação é composta majoritariamente por mulheres. Foi dada importância para a contagem dos presentes e faltosos. Algumas faltas foram justificadas. Antes de comunicar a pauta da reunião, a coordenadora do movimento e da Ocupação fez um breve resumo da história da Ocupação e seu começo em janeiro de 2016 e que neste ano o prédio, que pertencia à União, ainda não estava destinado para interesse social, mas que lutando por cerca de um ano, seu movimento social conseguiu mudar o estatuto do prédio para destinação social. Em seguida, falou de

²⁰ Uma das entidades é suspeita de ter por trás uma influente figura política no Amazonas. Este seria beneficiado pelo sorteio, pois dependendo do resultado deste, tal figura teria como selecionar sua empresa de engenharia a ser contratada pelo Governo Federal para a reforma do prédio.

²¹ Entre as competências da SPU incluem-se, entre outras, a incorporação e regularização do domínio dos bens; sua adequada destinação; além do controle e da fiscalização dos imóveis. Retirado de: <http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/unidades/spu>

inimigos que não queriam que o prédio fosse transformado em moradia popular e citou a Associação Comercial do Amazonas (ACA)²² como exemplo, O prédio desta Associação faz esquina com a Ocupação. Essa associação, para a líder, estaria agindo na surdina a fim de provocar a reintegração do prédio e transformá-lo futuramente em um hotel. Outra questão levantada pela liderança relacionava-se às famílias que estariam tentando boicotar a Ocupação, através de tentativas de sabotagens e servindo como informantes a empresários e políticos interessados no prédio. Essas famílias estariam sendo cooptadas, sendo prometida a elas um aluguel social. A reunião foi interrompida várias vezes sob a suspeita de que integrantes dessas famílias estariam escondidos e gravando em áudio a reunião. As sabotagens serviriam para justificar uma reintegração de posse do prédio, no caso de este apresentar riscos em sua estrutura. Ela menciona também a constante guerra que passou a enfrentar, com difamações da sua pessoa e ameaças constantes que começaram após o sorteio (estas vinham até de alguns moradores) – antes as ameaças vinham do tráfico. Agora vêm dos ricos, disse ela.”

“Em seguida, é contada a história do sorteio e de sua irregularidade. Nessa altura, havia a possibilidade de manter o resultado do sorteio e deixar o curso do processo seguir. A líder, porém, queria levar para votação a possibilidade de lutar pela anulação do sorteio ou deixar como estava. Foi unânime: todos votaram a favor da anulação do sorteio. Após votação do sorteio, a líder frisa a necessidade de todos manterem-se unidos na luta pela moradia e que não acreditem em promessas de aluguel social. Depois seguiu informando os próximos passos, como procurar a Defensoria Pública da União²³.”

²² Em junho de 2018 foi publicada uma longa notícia no site da ACA que mostra seu descontentamento e decepção sobre a decisão de transformar o prédio em moradia popular. Em alguns trechos da notícia com falas agressivas da própria diretoria da referida associação: “Não pode haver indignação maior do que um absurdo desse, primeiro que as vítimas também são esses inquilinos que ai estão, não tem saneamento básico, não tem a menor condição de adequação, isso vai acabar em tragédia” e “Realmente é muito preocupante o que acabamos de escutar. Para nós isso aqui já é um caos do jeito que está e imagina se vier a ser transformado em casa popular. Eu não falo só da segurança, na realidade isso é uma favela”. A notícia está disponível em: <http://www.aca.org.br/2018/06/08/antigo-predio-do-ibge-no-centro-de-manaus-vai-ser-transformado-em-habitacao-popular-de-interesse-social-noticia-surpreendeu-a-classe-empresarial-que-atua-no-centro-de-manaus/>

²³ Ao longo do tempo que acompanhei a Ocupação, a atuação das defensorias públicas de todas as esferas de poder foram fundamentais para a permanência das famílias no prédio.

Depois, a líder passa a pedir orações para ela, que precisa manter forças para continuar na luta. Também fala, emocionada, do jejum espiritual que vem fazendo para atingir os propósitos da luta.

Diário do dia 29 de janeiro, tarde – tensões no prédio

“Fui neste dia para retomar os atendimentos individuais. Havia planejado sistematizar melhor minhas idas e levantar novas demandas de atendimento, haja vista que no momento não tinha pacientes. Na sala de reunião, encontrei quatro mulheres (a líder do movimento e três coordenadoras) conversando e resolvi acompanhar o que estava acontecendo. À essa época, a coordenadora e líder do movimento social estava muito ocupada com outras atividades. Então, além da outra coordenadora, mais duas moradoras também estavam exercendo o papel de coordenação do prédio. Elas estavam discutindo problemas comunitários, sendo dois graves que precisavam de máxima atenção e celeridade na resolução.”

A reunião era para discutir problemas da Ocupação, principalmente o referente à água: alguns rapazes (moradores junto com não moradores) estavam coletando água no andar do térreo para lavar carros e motocicletas a fim de dinheiro. Isso estava gerando conflitos entre estes e a portaria, que tentava coibir tal prática, que foi vetada desde o início. Já que as famílias não pagavam pela água consumida, por conta de o prédio estar desativado, seria coerente que a água disponível não fosse utilizada para fins comerciais. Isso já havia sido votado em assembleia. Porém, esses rapazes estavam usando de intimidações, ameaças e ofensas para com as porteiras, que são mulheres. Sentindo-se coagidas, portanto, a aceitar as condições dos rapazes.

“Esse problema foi colocado em pauta por três mulheres, tanto do quadro coordenador quanto por outras moradoras, mas com vinculação com a coordenação também. Para a outra coordenadora que, como já mencionado, é também liderança do movimento social que está a frente da Ocupação. Esta última, apesar de frequentar pouco o prédio, é quem tem maior poder de decisão e liderança. Por isso, o problema estava sendo relatado a ela, pois as outras demandavam dela uma possível solução para o problema. Diante disso, ouvi a queixar de que os problemas, além de serem sempre reportados a ela, era ela mesma a encarregada de resolver.

Justifica sua queixa e incômodo referendo que tem outros compromissos com outros movimentos e comunidades e de que está sobrecarregada.”

Disse também que as outras não precisavam esperar por ela para resolver certas questões do prédio; que elas têm autoridade para resolvê-los. Durante a reunião, líder também disse que, aos poucos, estava tentando se ausentar mais e delegar algumas responsabilidades para as três mulheres. Aqui, senti insegurança do lado das três em assumir esse compromisso. Parece um grande desafio a essa altura: diferente da líder, que tem longa trajetória de participação em movimento social e vida política, as outras não. E essa falta de experiência talvez dificulte as tentativas de resolução de problemas. No caso da água, por exemplo, ouvi diversas vezes as três reproduzindo discursos preconceituosos acerca dos rapazes e afirmando que, por conta da criação e das mães que tiveram, estavam infringindo as regras da Ocupação e ofendendo as mulheres na portaria – *“eles falam assim com elas porque falam da mesma forma com as mães. Culpa é delas, que não criaram seus filhos direito. Ali não tem jeito não”* – foi o que eu ouvi as vezes em coro pelas três.

Diante desse contexto, e tendo minhas pontuações e lugar de fala bastante respeitado e esperado por elas, e levando em conta que os atendimentos clínicos não estavam avançando, resolvi me voluntariar para acompanhá-las nas tentativas de resolver os problemas coletivos do prédio. Mas frisei que minha participação seria somente como uma espécie de mediador. Elas aceitaram com empolgação e expectativa.

A seguir, apresento um dos meus últimos diários sobre eventos que aconteceram alguns dias depois daqueles narrados neste último.

Diário do dia 05 de fevereiro de 2019, manhã – sabotagem pelo cano

“Cheguei para reunir com as três mulheres que estavam à frente do prédio no apartamento de uma delas. Elas estavam bastante aflitas. Motivo: houve um ato de sabotagem no prédio no dia anterior. Alguém, não se descobriu quem, mas havia uma série de sinais que apontavam para um dos integrantes das famílias que estavam sendo supostamente cooptadas, jogou uma grande quantidade de substância ácida (a suspeita era de que fosse soda cáustica)

em uma parte da encanação do prédio importante, fazendo com que a tubulação fosse parcialmente derretida, o que causou uma série de vazamentos, infiltrações e alagamento de dependências do prédio. Em seguida, alguém dessas famílias solicitou visita do corpo de bombeiros para olhar o estrago. Na visita, os bombeiros fixaram um prazo para o reparo da tubulação atingida. O não reparo poderia incorrer num pedido de interdição do prédio”.

No encontro, um orçamento do serviço de aproximadamente R\$ 4.500,00 reais havia sido apresentado. O problema se agrava porque estavam muito descrentes de que conseguiriam arrecadar toda a quantia das famílias. Perguntei as possíveis razões para isso e uma delas (seguido do assentimento das outras) elencou dois grandes motivos: desconfiança – algumas famílias, segundo elas, acreditam que o dinheiro seria desviado para benefício próprio; falta – outras famílias alegariam não ter a quantia e ficariam adiando indefinidamente a contribuição.”

Havia preocupação com o prazo e a dificuldade para a arrecadar o dinheiro. Também havia a preocupação de que novas sabotagens fossem praticadas se por ventura o reparo dos canos fosse realizado. Junto a isso, a impressão expressa por moradoras é de que outras famílias estariam, aos poucos, “trocando de lado”, e passando a apoiar mobilizações contra as lideranças do prédio.

“Sem ser consultado, sugeri que fossemos de apartamento em apartamento em busca da arrecadação do dinheiro. À primeira vista, elas foram resistentes à minha ideia alegando que não iria dar certo; que as famílias iriam inventar desculpas para não dar o dinheiro. Insisti que poderia dar certo argumentando que indo em cada apartamento e conversando com as famílias pessoalmente e uma a uma, teríamos mais chance de dialogar, expor de forma mais sensível a gravidade do problema e a importância de contribuir com o reparo da tubulação, assim como ouvir melhor as razões para eventuais recusas ou pedidos de adiamento. Ainda que um pouco resistentes, aceitaram minha ideia. Portanto, além de levar para as assembleias, tentaríamos também procurar pessoalmente as famílias para arrecadar fundos para o reparo.”

A seguir, na parte III das análises, resgataremos alguns fragmentos dos diários transcritos aqui para discutir um pouco a reprodução dos lugares discursos e ideológicos, assim como as formas de resistência possíveis e suas relações com avanços e recuos nos laços comunitários.

Respostas de lugares discursivos e ideológicos e políticas de resistência

Como vimos, o lugar discursivo é necessário para o estabelecimento e manutenção do laço social. Já o lugar ideológico sempre irá operar na negatividade, fazendo com que, o sujeito colocado neste lugar, seja tratado como objeto em suas relações com os discursos hegemônicos, tornando-o alienado às tramas ideológicas que o enredam, correndo o risco, assim, de naturalizar condições e formas de vida degradadas como algo relacionado à sua própria existência.

A partir de uma adaptação de um diagrama da operação discursiva do lugar ideológico de Junior; Jardim (2014), mostramos um esquema (figura 6) a partir do qual poderíamos compreender a produção dos lugares ideológicos na Ocupação pesquisada.

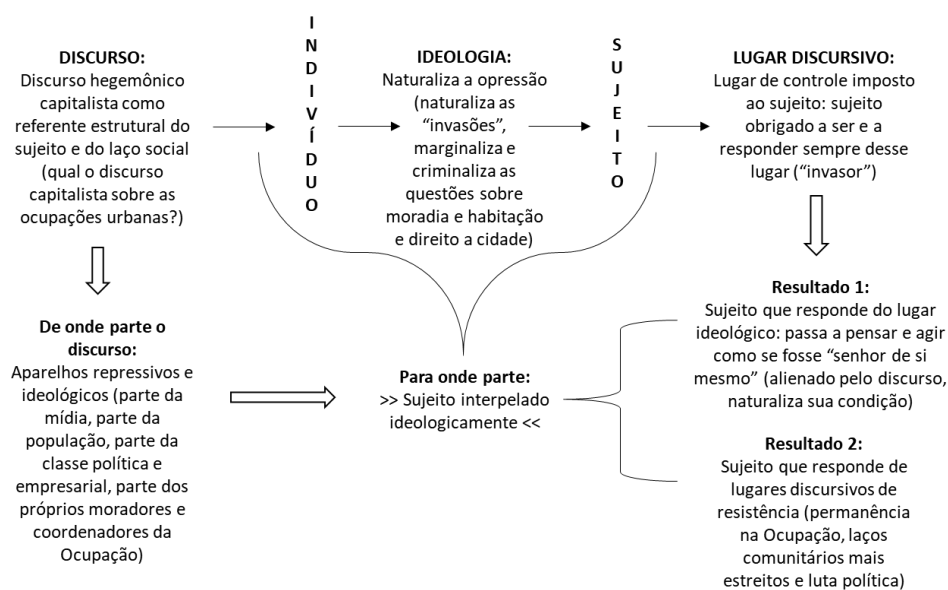


Figura 62- Esquema da operação discursiva do lugar ideológico. Adaptado de Junior; Jardim (2014)

A partir desse esquema, podemos rastrear pela via do discurso as respostas dos sujeitos que vivem em Ocupação sob a hegemonia do discurso capitalista. Através dos diários de

experiência que trouxemos neste trabalho, podemos ilustrar respostas dos sujeitos que sugerem posições que resultam tanto em respostas de acomodação como de resistência.

No funcionamento da Ocupação e na relação entre coordenação e moradores, pude perceber os discursos do mestre e do universitário operando na manutenção dos laços comunitários e nas formas de gestão da Ocupação.

Apesar do semblante democrático que tinham as assembleias que aconteciam entre moradores e coordenação, fazendo uso de instrumentos como voto e abrindo espaço para fala de qualquer um, o forte discurso religioso proferido pela coordenação e compartilhado pelas famílias, dando sentidos metafísicos a problemas sociopolíticos (como se verifica no diário) e também o resultados das decisões deliberadas, que nunca foi opostas às próprias sugestões das lideranças, indicam relações que operam sob a lógica do Discurso do Mestre. Podemos dizer que, pensando no universo da Ocupação, que os moradores são alienados do saber de sua produção – que pode ser pensado como o que sustenta o próprio movimento social. Ao permanecerem no prédio, trabalham para o senhor (lideranças) e gozam desse lugar. Isso talvez explique a grande subordinação dos moradores e idealizações sobre a figura da líder do movimento social, pois é ela quem faz o semblante de sustentar toda a luta. Por várias vezes escutei de pessoas do prédio que, se não fosse por ela, nada daquilo existiria ou se manteria.

A incidência do Discurso do Universitário também tem forte poder de adesão nesse contexto. A minha própria experiência pode servir como exemplo. Minha condição de pesquisador foi sustentada, em parte, pela condição de eu ser também psicólogo. Ao saberem dessa minha outra condição, nunca cessaram o endereçamento de demandas para atendimentos e respostas para problemas do cotidiano. Seria muito fácil, cômodo e seguro para mim sustentar esse lugar de saber-poder.

Os discursos do mestre e do universitário fazem laço social e se mostraram necessários na manutenção do laço social na Ocupação. Porém, quando estes se mostram hegemônicos nesse espaço, são minadas as possibilidades de transformação no campo subjetivo que possibilitem o reconhecimento dos sujeitos desejantes que ali residem. Sobram poucos espaços para a transformação das vivências em experiências através de narrativas. A demanda incessante e constante por atendimentos psicológicos não só marca a adesão ao Discurso do Mestre, mas também a necessidade dos sujeitos de contarem suas histórias, de darem termo às formas de

sofrimento advindos da condição de sujeitos silenciados e esquecidos pelo Estado. É também demanda por reconhecimento!

A medida que anos passaram, pude perceber o enfraquecimento dos laços comunitários. Os problemas trazidos através do diário, como o da água, da moradora que fez quadros psicóticos, assim como conluio de algumas famílias a fim de sabotar o prédio mostram, na dimensão das operações discursivas, os riscos da hegemonia dos discursos do mestre e universitário. Ao mesmo tempo, aponta a possibilidades de resistências que mostram a existência de sujeitos desejanter que podem mostrar suas insatisfações, mesmo diante daquilo que defendem.

Os discursos da histórica e do analista podem contribuir para produção de lugares discursivos de resistência e para o fortalecimento dos laços comunitários, além de abrir espaços para que experiências possam ser narradas e compartilhadas, abrindo possibilidades para elaboração do traumático das vivências.

Na parte II, narramos o caso da moradora que teve surtos psicóticos. Trazemos o caso dela para mostrar como operaria o Discurso da Histórica. No último quadro de surtos que a moradora manifestou, a qualidade dos sintomas diferiu da ocasião anterior narrada no diário. Nesta, a moradora passou a questionar veementemente a liderança e a coordenação do prédio. Além de buscar assinaturas de moradores afirmando, esta vestia-se com trajes finos, juntava porções de documentos e dirigia-se a instituições envolvidas com a Ocupação para comunicar que ela era a nova líder e coordenadora do prédio; outras vezes, fazia denúncias em tom acusatório a falhas na gestão do prédio e outros problemas. Isso tudo, ou seja, as demandas incessantes da moradora, fizeram com a coordenação e lideranças tivessem que produzir novos saberes-poderes na gestão do prédio por conta dos perigos e problemas que foram levantados pela moradora.

Quanto ao discurso do analista, tomo como exemplo algumas de minhas participações, como ter me disponibilizado a escutar simplesmente, sem compactuar com nenhum discurso hegemônico – fazendo semblante de psicólogo, ou posteriormente produzindo interpretações e sentidos sobre suas falas - as duas narrativas de vida contadas na recepção do prédio. Ou seja, de me fazer semblante de objeto, o que talvez possibilitou às duas narrarem suas histórias de vida e apontar, assim, para o resgate do sujeito e para sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – juntando “cacos e restos”

O subtítulo utilizado para apresentar as considerações finais parte de uma inspiração a partir da obra de Benjamin, que analisa Boudelaire e reconhece nele um “catador de lixo” da grande cidade, porque tenta capturar as ruínas da sociedade, os cacos e restos que vão sendo deixados (RAMIREZ, 2010). É a figura do *flâneur* que, ao catar as possibilidades que podem advir de restos e fragmentos, assim como o pesquisador, apresenta a potência de forjar experiência mesmo naquilo que é, à primeira vista, tomado como sem valor. E é assim que buscamos dar um fechamento, enquanto sentido transitório, para o percurso da pesquisa e o material produzido ao longo desta trajetória.

Na introdução deste trabalho de pesquisa mostramos que os deslocamentos de grupos e populações, de diferentes modalidades, escalas e proporções, são fenômenos que acometem principalmente os extratos sociais que vivem às margens do atual capitalismo neoliberal e são sintomas deste. Os deslocamentos populacionais, motivados por várias questões, estão em voga na cena contemporânea e enunciados por vários discursos. Em nossa pesquisa, nos restringimos a refletir sobre os deslocamentos territoriais urbanos involuntários de grupos que não têm acesso a moradia digna e o direito à cidade e que procuram alternativas por meio das ocupações de espaços urbanos vazios, abandonados e/ou ociosos.

As cidades brasileiras, como são concebidas hoje, são pensadas e estruturadas sob a lógica neoliberal e reprodução do capital, orientada que é para os interesses do mercado (Vieira; Nunes, 2016) do qual se acentua a presença de um projeto urbano que cumpre a função de precarização, marginalização e criminalização de formas de vida e comunidades que não se adequam a essa lógica. O espaço urbano, destituído de serviços, infraestrutura, equipamentos coletivos, tem se tornado espaços de segregação socioespacial (Guimarães, 2015).

A cidade de Manaus, ao longo de sua história, também se expandiu obedecendo à lógica capitalista e mercantil. Principalmente a partir da instalação do Polo Industrial da cidade, um intenso fluxo migratório passou a existir provocando o crescimento desordenado de seu espaço urbano. Esse crescimento foi marcadamente feito a partir das ditas “invasões” em que

contingentes populacionais se instalavam em áreas e terrenos vazios e ali construía suas casas e formavam seus territórios. Depois de se instalarem, passavam a reivindicar a presença do poder público para que este preenchesse esses espaços com tecnologias e equipamentos urbanos. Durante décadas, foi assim que grupos políticos “compraram” votos e se elegeram. Muitos bairros da capital se constituíram a partir da lógica das “invasões” e compras de voto a partir de promessas de urbanização desses espaços. Manaus tem se mostrado por demais complexa para ser concebida segundo o totalitarismo de seus planejadores, dos burocratas e das elites políticas e corporativas. Hoje, com a explosão demográfica, o inchaço da cidade, a especulação imobiliária e as transformações no cenário político-institucional, esse *modus operandi*, além não ser mais facilmente praticado, tem mostrado suas graves consequências sobre a cidade e sobre as subjetividades.

Diante do enorme contingente de grupos, comunidades e populações excluídas de diversas formas das lógicas de sociabilidade produzidas e sustentadas pelos discursos hegemônicos, optamos por investigar uma Ocupação urbana situada no centro da Manaus e constituída por famílias que foram expulsas de forma violenta e arbitrária pelo poder público do lugar em que tentavam estabelecer condições dignas de moradia e habitação.

A fim de compreender as demandas e as vicissitudes da Ocupação, escolhemos trabalhar com a escuta psicanalítica pensada a partir da *psicanálise implicada* ou *clínico-política* (Rosa, 2016) e seu campo de intervenções, que tratam “(...) de um campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violência (...)” (p. 31). Fazer pesquisa nessa perspectiva nos levou a propor e praticar um campo metodológico não habitual e desafiante para o pesquisador-sujeito. Este não encontrou uma forma única de se *ocupar* da investigação.

A metodologia e os métodos da nossa pesquisa não foram concebidos *a priori*, mas pensados a partir das *ocupações* que o pesquisador foi se permitindo fazer enquanto *flanava*, errante, pelas ruas do centro e pelas dependências da Ocupação e na relação com seus ocupantes. Compreender as incidências dos discursos sobre os sujeitos em Ocupação me impulsionou a escutar de forma polissêmica e difusa não somente as falas dos sujeitos do campo de pesquisa. Alertado sobre os efeitos dos discursos na produção de lugares sociais e modos de subjetivação, e disposto a elucidar os modos de produção/reprodução desses lugares, não pude

me esquivar de também analisar o que/quem se falava sobre as pessoas que viviam na Ocupação. Temos nisso uma das razões para que nossas análises partissem de várias fontes discursivas.

Partimos da ideia de que formas de sofrimento psíquico são também advindas das posições sociopolíticas dos sujeitos. Nessa perspectiva, intentamos elucidar o sofrimento daqueles que ocupam lugares, no laço social, de exclusão do direito à cidade, e que tem suas trajetórias de vida marcadas por processos de marginalização, criminalização e silenciamento, ou onde parece haver apenas *vidas secas*. Em resposta ao objetivo central da pesquisa, **conhecer, a partir da psicanálise clínico-política, os lugares discursivos ideológicos em contexto de uma Ocupação Urbana, visando compreender como a incidência do discurso mobiliza, afeta e compõe o cotidiano da vida de seus moradores, identifiquei pessoas que passam por experiências desenraizantes e que tiveram sua condição de sujeito interrompidas, sendo, de modo repetitivo em suas trajetórias, assujeitadas a discursos que os empurram ao silêncio e/ou marginalidade. A condição de *desamparo* a que são colocados esses sujeitos tornam difíceis a criação de condições materiais e subjetivas para elaboração de lutos e perdas vivenciados.**

Para a psicanálise, os laços sociais são laços discursivos. Os dois têm seu fundamento na linguagem e se articulam num jogo relacional, afetivo e libidinal que se traduzem na cena social, cultural e política. Os discursos hegemônicos de um dado período, como vimos, apontam para formas de pertencimento possíveis para os sujeitos, concedendo valores, lugares e posições (Rosa, 2016). Esses discursos produzem ideologias que naturalizam retóricas e procuram mascarar as contradições e tensões sociais e políticas que enredam suas malhas. Na comunidade em que construímos a relação da clínica sócio-política, identificamos o entrelaçamento e embate dos discursos, dificultando que os moradores transpusessem certos lugares discursivos de modo a construir alternativas de vinculação, apoio social e ação política mais eficazes enquanto comunidade.

As implicações do pesquisador, na ocupação, não parecem estar somente relacionadas ao fato de estar em contato com um “objeto” de natureza (humana) igual. A ocupação de lugares e posições sociais diferentes e desiguais e a própria condição *errante* do desejo (se acreditamos no inconsciente freudiano), comum a observador-observado, fez com que o pesquisador

sofresse as incidências do *real* que se mostrava de forma massiva e repetitiva. A resistência à escuta se fez presente em vários momentos. Tomar esse outro rebaixado no discurso social e exposto a situações de desamparo e violência que são provocadas também pela ordem social em que o próprio pesquisador usufrui e considerar que ali também há um sujeito desejante provoca impasses e resistência no campo da pesquisa e das intervenções. Reconhecer a condição desejante do sujeito em situação de exclusão implica ao pesquisador romper com os pactos sociais que excluem. Talvez por isso minhas ocupações no fazer da pesquisa foram se diversificando, em que me esforcei por não tornar as relações em formas de subordinação entre classes e grupos sociais.

Assim, no trabalho de escuta de vários lugares e sujeitos foi tomando força, junto com as particularidades do campo e o contato com os textos, o paralelo entre a escuta flutuante, instrumento da Psicanálise, com a postura do *flâneur*²⁴, ressignificada por Walter Benjamin. Associando as duas ocupações (pesquisador e *flâneur*), achamos o “catador de restos”. Este, em contato com aquilo que seria descartado ou negado, oferece, a partir de seus movimentos (ocupações), e indo as vezes na direção contrária ao ritmo acelerado das grandes cidades, um espaço e tempo para o tropeço, para aquilo que não foi pensado ou que é pensado em sua desimportância, de onde podem advir novas formulações acerca dessas mesmas coisas.

O trabalho de escuta das notícias midiáticas nos permitiu verificar que estas contribuem para a produção de um discurso social e político que se traveste de discurso do Outro que tampona a polissemia do significante “ocupação” e que, quando não generaliza, o enuncia como sinônimo de “invasão” todas os casos de grupo de pessoas que se apropriam de um lugar clandestinamente para morar. Mesmo que o termo ocupação se refira ao caso específico de se apoderar de um espaço oficialmente considerado ocioso, insistimos que o significante “invasão”, além de equivocado para caracterizar a situação desses grupos, acaba por contribuir para a reprodução de discursos e lugares marcados pelo signo da intolerância. Na intolerância “há uma posição do sujeito pautada pela ignorância consentida das complexidades em jogo –

²⁴ “(...)hábito da “flânerie”, que culmina com o auge da instauração das cidades modernas, na Europa, no século XIX. Nesse novo estilo de cidade, o espaço da rua adquire um caráter especial e é nele que o poeta francês Charles Baudelaire capta a presença do “flâneur” – ele próprio sendo um deles -, que vaga pelas ruas numa atitude aparentemente displicente (até vadia), mas que, no fundo, é imbuída de um exercício vigoroso de observação, levando, na sequência, a um processo de interpretação apurado de muitos dos hábitos sociais que se instituem no espaço urbano” (ROCHA, 2010, p. 2).

sociais, políticas, históricas, culturais, linguísticas ou psíquicas” (ROSA; PENHA; FERREIRA, 2016, p. 106) que parece regular a partir de um tripé: 1) a paranoia, que sustenta o imaginário de uma sociedade constantemente ameaçada e com medo e que incita o medo e o ódio como afetos políticos centrais; 2) uma lógica de produção de identidades em que o outro (que não é o aparente semelhante) é tido como inimigo ou objeto de indiferença e que precisa desaparecer; 3) e a ignorância que coloca um sombra sobre as contradições e ambivalências que estão no centro do sujeito no laço social. É que parece estar fazendo o atual o governo, que pretende qualificar “invasões” como terrorismo. Neste sentido, vistas como “invasões”, nos cegamos ao fato, por exemplo, de que existem, no Brasil, a quantidade de terrenos e imóveis vazios é equivalente ao número de famílias sem casa²⁵, ou de que é possível reverter os vazios urbanos de formas alternativas e que atendam as demandas da sociedade civil sem que se espere passivamente pela especulação imobiliária ou por respostas lentas e insuficientes do Estado, como já fazem muitos países do mundo²⁶.

O segundo momento de minha escuta se constituiu a partir das vivências na Ocupação e com seus ocupantes (famílias e movimento social). A transformação destas em experiência, ou seja, os sentidos e interpretações produzidas nos fez refletir acerca da *resistência* do pesquisador que pode ser facilitada pelos lugares sociais diferentes e antagônicos do primeiro e dos sujeitos em situação de exclusão social, que pode ter como efeito a responsabilização ou vitimização.

Um outro ponto a ser destacado está situado na relação entre moradores e o movimento social que coordena a Ocupação. É nessa dimensão que podemos perceber um campo de tensões, contradições e ambivalências e as relações entre desamparo, trauma, resistência e comunidade.

O conceito de desamparo, desenvolvido na segunda tópica freudiana, articula angústia e a dimensão do traumático. Trata-se de uma experiência primordial e estruturante para o sujeito: quando bebê, inteiramente dependente dos cuidados de outro e incapaz de sobreviver por conta própria e entra, assim, no campo da linguagem a partir do desejo do Outro pela via

²⁵Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml>

²⁶ <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2019/04/imoveis-ociosos-e-ocupacoes-revertendo-os-vazios-urbanos.html>

da linguagem. É dessa forma que, aos poucos, vai-se dando um contorno ao *real* pulsional. No entanto, esse *real* não cessa de se inscrever, fazendo valer a marca perpétua do desamparo, o que remete a condição trágica da existência. A dimensão do trauma em Freud, para Rosa (2016) “refere-se àquela experimentada como um excesso de tensão vindo do exterior, aliado a uma falta de recurso do sujeito para responder a tal excesso” (p. 57).

O trauma se constitui *a posteriori*. Ou seja, embora o ataque, a ameaça externa seja necessária, esta por si só não faz o trauma. O que vem depois é o que importa. Se haverá assistência, ou se se agirá como se nada tivesse acontecido. Acompanhando a história da Ocupação, seu cotidiano e os fragmentos e restos da minha escuta, pude verificar que a dimensão do trauma advindo especialmente da expulsão violenta e arbitrária das famílias da Cidade das Luzes e sua condição de desamparo social que fomenta o desamparo discursivo e a produção sociopolítica do sofrimento encontra amparo na comunidade e no movimento social. Neste amparo, verificamos a possibilidade de construção de respostas metafóricas ou a produção de sintomas no qual é possível falar do sofrimento e endereçar demandas. Vemos isso ao levar em conta, por exemplo, a existência das assembleias, que são momentos em que todos tem suas falas consideradas e ouvidas, reconhecendo que ali existem sujeitos, tornando possível o resgate da experiência e da narrativa numa dimensão compartilhada e transmissível. Ao mesmo tempo, e na contramão, em seus repertórios de práticas e de gestão, o movimento social observado acaba por reproduzir também discursos produtores de lugares ideológicos que impedem, por exemplo, arranjos coletivos que fortaleçam os laços comunitários e uma consciência libertária compartilhada.

O *Desejo de resistência* ocupa lugar de importância dentre o material produzido na pesquisa. Os não-ditos, a compulsão a repetição, ou seja, as tensões e conflitos que surgiram na vida da Ocupação e que muitas vezes colocaram em risco sua existência não pode ser vista somente em sua negatividade, pois esta é a prova de que ali há sujeitos desejantes. Os atos de rebeldia, de não obediência às regras se traduz na forma de dizer “não” às relações intrusivas de poder que se instituem. Resistir se torna, assim, um direito de existir.

Outra função fundamental do movimento social vista é a relacionada aos ideais. Diante da incidência massiva sobre esses sujeitos de discursos ditos realistas e que tentam provocar, na subjetividade, a ilusão ou a descrença e o desenlace social, a presença do movimento social,

na figura de sua líder, funciona como uma espécie de *ideal do eu*, que possibilita os laços comunitários (mesmo que precários) sustentados pelo desejo e traços identificatórios. A luta pela moradia, portanto, torna-se o ideal e a luta de todos - *enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito*.

Infelizmente, não tivemos condições de explorar e aprofundar melhor a grande quantidade de informações e dados colhidos durante a pesquisa, aspecto que pode ser destacado como uma das limitações do estudo. Reconhecemos que muitas lacunas ficaram e muitas partes deixamos soltas: a forte presença de mulheres na liderança de movimentos sociais por moradia; aprofundamento nas questões jurídicas e políticas *strictu sensu* da condição da Ocupação; as relações, que parecem intimamente relacionadas, entre o problema de falta de habitação, criminalidade de demais problemas sociais, entre outras. Felizmente, acreditamos que nossa pesquisa, mesmo que podido juntar apenas alguns fragmentos e restos, conseguiu mostrar a relevância e a importância de refletir acerca do problema habitacional e suas incidências na subjetividade daqueles que sofrem dela.

Como potência da pesquisa, acreditamos que esta aponta que, ao apostar na escuta desses sujeitos, talvez pressuponha dispositivos de pesquisa e intervenção não convencionais, o que significa dizer que, antes de qualquer trabalho no campo das assistências, seja preciso, antes, elucidar os discursos e práticas e escutar os sujeitos. Um campo possível e que vise transformações nesses contextos, precisa ser pautado em práticas coletivas que possam incluir a experiência e a produção de atos que possam tocar as dimensões do real, imaginário e simbólico. Trata-se, sobretudo, “de reinventar a vida, criar mecanismos de pressão contra a submissão ao poder, resgatar a experiência compartilhada com os contemporâneos” (ROSA; POLI, 2009, p. 11).

REFERENCIAS

AGAMBEM, G. **A comunidade que vem**. Trad. e notas Cláudio Oliveira. 1. Ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Universal Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ALVINO-BORBA, A.; MATA-LIMA, H. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

ARAUJO, J. N. G; CARRETEIRO, T. (org.). **Cenários Sociais e Abordagem Clínica**. São Paulo: Escuta. Belo Horizonte, FUMEC, 2001.

BAENINGER, R. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil**. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BARUS-MICHEL, Jaqueline. **A problemática clínica**. Em _____, O sujeito Social. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004, pg 67-82.

BENJAMIN, W. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAON, J. L. **Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes**. Psicol. Reflex. Crit. vol.10 n.1 Porto Alegre, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721997000100008>.

CASTRO, R. A. de. **Os reassentamentos involuntários em programas de urbanização e de saneamento: os casos Promaben, Prosamim e Probacanga**. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2016 set./dez., 8(3), 425-437.

CORREIA, A. **Apresentação à nova edição brasileira.** In: ARENDT, H. A condição humana. Tradução: Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

COUTO, L. F. S.; CASSETE, J. L. de Q.; HARTMANN, F.; SOUZA, M. F. G. de. **Os discursos lacanianos como laços sociais.** Revista Subjetividades, Fortaleza, Ed. Especial: 93-104, 2018.

CREMASCO, M. V. F. **Violência e resiliência:** enfrentamento do traumático na clínica psicanalítica. Lat.-Am. Journal of Fund. Psychopath. Online. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 222-240, nov 2008.

CUNHA, J. M. P. da. **Migração e urbanização no Brasil:** alguns desafios metodológicos para análise. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005.

DESSAL, G. Prefácio. In: BAUMAN, Z. **O retorno do pêndulo:** sobre psicanálise e o futuro do mundo líquido. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo, 1.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

DIAS, M. T. F.; CALIXTO, J. dos S.; VIEIRA, L. P. de O. et. Al. **Ocupações urbanas em Belo Horizonte e a (re)construção espacial da cidade:** um estudo de caso da ocupação Camilo Torres. Revista de Ciências HUMANAS, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 205-223, jul-dez 2015.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local.** Trad.: Michel Tiollent. Brasília: Liber Livro Editoria, 2007.

DOMINGUES, E.; ROSA, M. D. **Violência, humilhação social e a luta por reconhecimento:** a experiência do MST. Revista Subjetividades, Fortaleza, 14(1): 115-125, abril., 2014.

FELDMAN-BIANCO, B. **Apresentação:** deslocamentos, desigualdades e violência do estado. Cienc. Cult. vol. 67 nº. 2, São Paulo, Abr/Jun 2015.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. **Pesquisa em Psicanálise:** algumas ideias e um exemplo. Jornal de Psicanálise, São Paulo, 39(70): 257-278, jun. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. 7. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2016.

GILLES, H. **A Sociologia como Ciência da Vida: a abordagem biográfica.** Em: A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 (Coleção Sociologia).

GOLDENBERG, R. D. **Política e psicanálise.** Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2006 (Passo-a-passo; 71).

GONÇALVES, A. J. **Migrações internas: evoluções e desafios.** Estudos Avançados 15 (43), 2001.

GONDIM, L. M. de P. **Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental.** CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 115-130, Jan./Abr. 2012.

GUIMARAES, M. C. R. **Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015.

GURSKY, R.; STRZYKALSKI, S. **A pesquisa em psicanálise e o “catador de restos”:** enlances metodológicos. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XXI n. 3 set/dez 2018 406-415.

GURSKY, R.; ROSA, M. D. **Psicanálise, socioeducação e a construção da escuta-flânerie.** *Psicanálise e Políticas públicas. Temática.* Número 282, novembro, 2018. Disponível em: http://www.apoa.com.br/correio/edicao/282/psicanalise_socioeducacao_e_a_construcao_da_escuta_flanerie/648.

HAZEU, M. T. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações em Barcarena.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico, Úmido, Belém, 2015.

IRIBARRY, I. N. **O que é Pesquisa Psicanalítica?** *Ágora*, 6(1), pp. 115-138, 2003.

JUNIOR, N. L.; JARDIM, L. **Contribuições psicanalíticas para a compreensão das operações discursivas ideológicas.** In: Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica / org. por Aluísio Ferreira de Lima e Nadir Lara Junior. - Porto Alegre: Sulina, 2014.

LACAN, J. **O avesso da psicanálise.** In J.-A. Miller (Ed.), O seminário 17 de Jacques Lacan: 1969-1970 (A. Roitman, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACAN, J. (1972-73). **O Seminário, livro 20: mais, ainda.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LEVY, A. **Ciências Clínicas e Organizações Sociais: sentido e crise do sentido.** Trad. Eunice Dutra Galery, Maria Emília A. Torres e outros. Belo Horizonte: Autêntica, FUMEC, 2001.

MACEDO, M. M.; FALCÃO, C. N. de B. **A Escuta na Psicanálise e a Psicanálise da Escuta.** Psychê – Ano IX – nº 15 – São Paulo – Jan.jun/2005.

MAGALHAES, B.; MARIANI, B. **Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente.** Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

NETO, G. A. R. M. & JUNIOR, M. C. da S. **A Sedução divina no neopentecostalismo: um estudo psicanalítico.** Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. X – Nº 3 – p. 757-786 – set/2010

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: a pesquisa qualitativa em saúde.** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NOGUEIRA, T. S.; ROSA, M. D. **The Trauma Clinic: A Brief Comment.** J Trauma Treat 6: 376. doi:10.4172/2167-1222.1000376.

NUNES, C. R. Lagoas do Norte – **PI: satisfação residencial e significados do reassentamento.** Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, N. R. de; TAFURI, M. I. **O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: reflexões no contexto da Universidade.** Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 15, n. 4, p. 838-850, dezembro 2012.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. **Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>.

PECHEUX, M. **O mecanismo do (des)conhecimento ideológico.** In: Um mapa da ideologia / Theodor W. Adorno... [et. Al.]; organização Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PIRES, L. P. **A Construção da Escuta-flânerie** - uma Pesquisa Psicanalítica com Agentes Socioeducadores que Atendem Adolescentes em Conflito com a Lei. Dissertação. Programa de Pós-Graduação de Psicanálise: Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A e. & VIEIRA, N. F. C. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde.** R Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83.

RAMIREZ, P. N. **A Revolução Vagabunda: Baudelaire, Walter Benjamin e o fim da história.** Ponto-e-vírgula, 8: 242-260, 2010.

REY, G. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade.** Os processos de construção da informação. Trad.: Marcel Aristides Ferrara Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ROCHA, M. L. da. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises.** Psicologia Ciência e Profissão, 2003, 23 (4), 64-73.

ROCHA, R. V. **A figura do flâneur no entendimento da prática jornalística sob a luz de João do Rio, um caso brasileiro.** Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação, Ano 4 - Edição 1 – Setembro-Novembro de 2010.

ROSA, M. D. **A psicanálise lacaniana e a dimensão sociopolítica do sofrimento.** In: Jacques Lacan além da clínica. Revista CULT, edição especial nº 8, janeiro de 2017. Editora Bregantini. ISBN 85-89882-19-5.

_____. **Uma escuta psicanalítica das vidas secas.** Revista de Psicanálise TEXTURA, n 2, ano 2002.

_____. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** São Paulo: Escuta, Fapesp, 2016.

_____; ALENCAR, S. L.; CARIGNATO, T. T.; MOUNTIAN, I. **Apresentação – Desigualdades, deslocamentos: clínica e políticas na imigração e refúgio.** Psicologia USP. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564AD20152602>.

_____; BERTA, S. L.; CARIGNATO, T. T.; ALENCAR, S. **A condição errante do desejo:** os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 12, n. 3, p. 497-511, setembro 2009.

_____; DOMINGUES, E. **O Método na Pesquisa Psicanalítica de Fenômenos Sociais e Políticos:** a utilização da entrevista e da observação. Psicologia & Sociedade, 22 (1): pp. 180-188, 2010.

_____; FERREIRA, P. do P.; ALENCAR, R. **Desilusão:** impasses clínicos e políticos diante dos dilemas de nosso tempo. Revista Subjetividades, Fortaleza, Ed. Especial: 81-92, 2018

_____; PENHA, D. A.; FERREIRA, P. do P. **Intolerância:** Fronteiras e Psicanálise. Subjetividades, Fortaleza, Ed. Especial, p.105-113, jul. 2018. Quadrimestral.

_____.; POLI, M. C. **Experiência e linguagem como estratégias de resistência.** Psicologia & Sociedade; V. 21 Edição Especial: 5-12, 2009.

_____; TATIT, I. **Errância e isolamento:** as dimensões de desejo e de gozo da solidão. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 446-457, dez. 2012.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. de O. **Teorias das migrações internacionais.** XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Caxambu, outubro de 2000. GT de Migração, Sessão 3 – A migração internacional no final do século.

SILVA, D. Q. **A pesquisa em Psicanálise:** o método de construção do caso psicanalítico. Estudos de Psicanálise | Belo Horizonte-MG | n. 39 | p. 37-46 | Julho/2013.

SOARES, J. N.; SUSIN, L.; WARPECHOWSKI, M. B. **Intervenções clínicas em contextos de exclusão:** reassentamento, um lugar a construir. Rev. Assoc. Psicanal. Porto Alegre, Porto Alegre, n. 41-42, p. 164-172, jul. 2011/jun. 2012.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar:** epistemologia e metodologia operativa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIANA, N. **Universo psíquico e reprodução do capital.** In: QUINET, A; PEIXTO, M. A.; VIANA, N.; LIMA, R. Psicanálise, capitalismo e cotidiano. Edições Germinal, Goiania – Goiás, 2002.

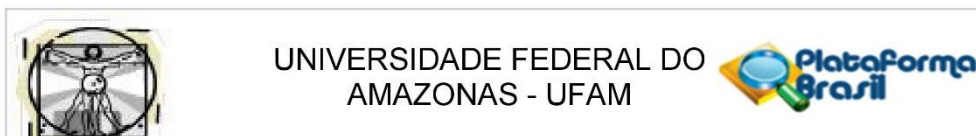
VIEIRA, J. F. I. & NUNES, A. B. C. **Utopia e cidade:** o espaço urbano como elemento de transformação social. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca. ISSN 1983-4225 – 76 v.11, n.2, dez. 2016.

ZIZEK, S. **O espectro da ideologia.** In: Um mapa da ideologia / Theodor W. Adorno... [et. Al.] ; organização Slavoj Zizek ; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

WEBER, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A e. & VIEIRA, N. F. C. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde.** R Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83.

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Processos de Criatividade, Superação e Inovação dos Residentes de Uma Ocupação Urbana

Pesquisador: CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA COSTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 08022819.5.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.168.605

Apresentação do Projeto:

Dentre os problemas relacionados aos processos de exclusão social, a luta pela moradia é vivida por uma parcela expressiva da população brasileira. Em 2015, o déficit habitacional brasileiro estava estimado em 6,355 milhões de domicílios, sendo 5,572 milhões em áreas urbanas e 783 mil na área rural. No ranking nacional, o Amazonas surge como o terceiro estado da Federação com maior déficit, o Pará em segundo e em primeiro o Maranhão (FJP, 2018). Obviamente as necessidades de grande parte das pessoas nesta condição transcende a questão da moradia, tendo que lidar cotidianamente com outras questões de cunho social. Todavia, exclusão e pobreza não são sinônimos, mesmo que haja estreita relação entre ambos. A pobreza é um fenômeno multidimensional. Não se constitui apenas como ausência de renda: fatores como as precárias condições de acesso aos serviços e, especialmente, a ausência de poder, leva a pessoas vivenciarem a condição de um status social de desvalorização e estigmatização (WANDERLEY, 2001; PAUGAM, 2001). A exclusão envolve uma complexidade de fatores, sendo a pobreza um deles. Este processo possui uma dimensão fundamental para os estudos: os processos de ordem psicossocial que estão implicadas na questão dos direitos sociais das populações pobres e excluídas. Neste estudo enfocaremos, em especial, vivências de exclusão tendo como referência o direito à moradia. O fenômeno de exclusão social abrange grande variedade de questões socioeconômicas e está presente em todos os países, independente de seus níveis de desenvolvimento (ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011). A exclusão, assim, “guarda dimensões

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

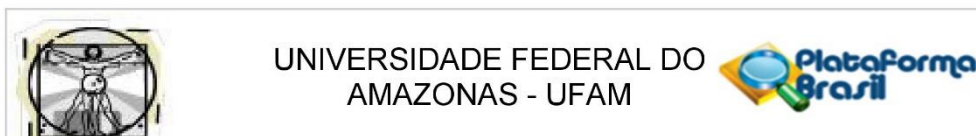
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

vivenciam e enfrentam a violência em seu cotidiano” (p. 115). Os exemplos acima, além de exporem a relevância e potencialidade do olhar científico para a temática das ocupações urbanas, poder situar a singularidade da comunidade Alcir Matos (grupo de nossa pesquisa), pois ela se aproxima, ao mesmo tempo em que se distancia dos exemplos: trata-se de uma comunidade que foi removida à força de um território, mas a qual não encontrou políticas públicas de reassentamento e, ao mesmo tempo, constitui-se em uma comunidade que, diante do contexto de desamparo e necessidade, apresenta movimentos de força coletiva de resistência, criatividade e inovação para dar continuidade às demandas existenciais e cotidianas. Segundo Cyrulnik (2015b), uma das ferramentas que permite o trabalho de resiliência é a narração. E para Martin-Baró trata-se do resgate histórico. Para a psicanálise, é na fala que se encontra a possibilidade de elaboração dos processos psíquicos. Através da fala, narrativa ou do resgate histórico, o sujeito fala das lembranças traumáticas, encontra sua potência e pode elaborar novos sentidos. Cyrulnik explica que a narração é o método que todos empregamos e que permite construir um sentido para os acontecimentos de nossa vida. Sem a construção de narrativas para nossa história, somos bombardeados pelas informações sem sentido às quais reagimos com ações confusas. Mas quando podemos emprestar alguma lógica ao que aconteceu, compreender de onde vem a agressão, como aprendemos a reagir e como esperamos viver o futuro, então, nos tornamos capazes de dar sentido aos acontecimentos (p.6). Juntamente com a narrativa, Cyrulnik (2005) destaca a importância dos elementos presentes no contexto cultural que permitem ancorar ou transformar a narração, despertando sentidos à vivência traumática de modo a reconstituir as representações de imagens e de palavras, desde um estado confuso em que não se pode decidir nada porque não se compreende, para uma visão mais clara dos acontecimentos. O autor também esclarece a importância de pertencimento a um contexto socializado em detrimento de isolamento social, pois o sujeito isolado e restrito afetivamente deixa de usufruir dos mecanismos que o meio pode proporcionar para a elaboração das lembranças. Nesse sentido, os estudos sobre resiliência tem comprovado a importância do contexto relacional e do apoio encontrado nos grupos de convivência disponíveis na comunidade, como os que se organizam nas igrejas, escolas, em atividades esportivas, associações de bairros, entre outros. Estes ajudam a elaborar ferramentas para que se tenham recursos a fim de transpor o momento de crise. Os recursos são, pois, disponibilizados no âmbito das relações, e não na dimensão individual. As estratégias focadas na relação do sujeito com o seu entorno social são de fundamental importância nesse estudo. Ojeda (2005) comenta que o esforço coletivo nas comunidades latinas é uma grande tradição de solidariedade social para responder a situações de emergência, por isso os estudos latino-

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

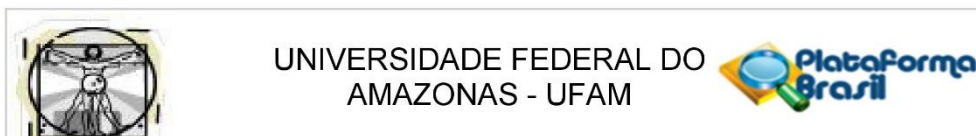
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

compromisso da psicologia LatinoAmericana, a saber: Descentrar sua atenção de si mesma, despreocupar-se com seu status científico e social e propor-se a um serviço eficaz para atender as necessidades das maiorias populares [...] E, hoje, a questão mais importante que confrontam as grandes maiorias latino-americanas é a situação de miséria opressiva, sua condição de dependência marginalizante que lhes impõe uma existência inumana (p.191, 2011). A compreensão das necessidades das maiorias populares em relação à moradia e a contribuição que a psicologia pode oferecer aos mesmos, envolvem os processos de enfrentamento das adversidades que as pessoas em diversos contextos vivenciam. Cabral e Cyrulnik (2015b) colaboram na temática da resiliência, mencionando que os estudos realizados no Brasil apontam a necessidade da elaboração da questão resiliência articulada às características socioculturais, em especial dos grupos expostos a uma situação de desamparo social, que produz uma rede de microtraumas cotidianos, agravados pela banalização e pelo sentimento de impotência provocado diariamente por adversidades diversas. Em trabalho de intervenção clínica desenvolvido com uma comunidade de Porto Alegre que sofreu processo de reassentamento acerca de 20 anos, e que vive em condições de extrema precariedade e exclusão, Soares, Susin e Warpechowski (2012) relatam falas carregadas de angústia e com certo tom de exílio, “na medida em que faziam referência a uma distância, a um lugar muito longe” (p. 167). Em pesquisa desenvolvida por Domingues e Rosa (2014), ao investigar como militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vivenciam e enfrentam a violência em seu cotidiano, destacam, dentre as dificuldades enfrentadas por eles, a humilhação social como a principal forma de violência sofrida. Dialogando com a psicologia social e comunitária, vem sendo produzidas pesquisas numa esteira que sustenta um campo teórico, epistemológico, metodológicos e interventivo em torno da psicanálise clínico-política, a qual que leva em conta “as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de seus processos em contextos de exclusão e violência” (ROSA; BERTA; CARIGNATO; ALENCAR, 2009, online). Destacamos principalmente os trabalhos de Miriam Debieux Rosa, colaboradores e o Laboratório Psicanálise e Sociedade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Das pesquisas encontradas, ressaltamos as de Rosa e Poli (2009), que apontam para “a fragilização do registro da experiência e sua incidência na lógica do poder/violência” (p. 5) e de Rosa; Berta; Carignato e Alencar (2009) onde são formuladas as bases de um trabalho “centrado na clínica do traumático mais do que na clínica do sintoma e focaliza as particularidades da escuta psicanalítica nesses contextos, assim como as intervenções coletivas” (online); Rosa e Tatit (2012) discutem isolamento e solidão a partir de atendimentos psicanalíticos de migrantes; Domingues e Rosa (2014) investigam “como os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

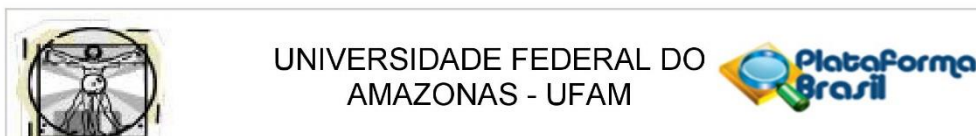
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

vida que promovem sofrimento ético, a psicologia não pode voltar-se a questões apenas intrapsíquicas e individuais das vivências dos sujeitos, mas também pode contribuir com a compreensão e fomento de estratégias de enfrentamento às vivências dolorosas, através da promoção de potência de resistência à destruição – resiliência -, tanto individual quanto coletiva. Sobre a resiliência, vale destacar, que tem se apresentado como tema controverso, usado com restrição ou excluído enquanto possibilidade conceitual analítica em vários estudos realizados por autores de orientação crítica. Por ser um constructo com muitas definições, de origens e ênfases diferentes, utilizado por abordagens diversas, muitas vezes relacionando-a a um dispositivo de adaptação que conformaria pessoas e populações sob processos de exclusão a permanecerem nas condições em que se encontram, enquanto buscam recursos para não sucumbirem a estes processos. Esta compreensão não só tem sido apontada como a-crítica e descolada das leituras de contexto social, como também reduz a complexidade da problemática do enfrentamento e superação das adversidades muitas vezes ao nível intrapsíquico. Por isso, seu uso tem sido criticado pelos que discutem os processos sociais que impõem a exclusão a determinados grupos. Contudo, o modo reducionista e individualizante de compreensão da resiliência não é a única possibilidade de compreendê-la. Historicamente os estudos que enfocando a resiliência como fenômeno psicológico emergiram com força por volta de 1970 e têm crescido muito. As diferentes perspectivas a seu respeito refletem o momento histórico da pesquisa, o lugar de origem dos estudos e a visão epistemológica dos pesquisadores. Na atualidade, há estudos que têm se voltado para uma compreensão complexa deste fenômeno, ainda que muitas pesquisas estejam centradas em perspectivas que vislumbram aspectos mais individuais e adaptativos, pouco integrando seus achados aos processos de transformação social. Autores críticos que assumem compromisso com a transformação social vêm apresentando diferentes perspectivas da resiliência. Na América Latina, por exemplo, Aldo Melillo e Elbio Nestor Suárez Ojeda, desenvolveram estudos no âmbito social, comunitário e escolar (2005). Na França, destaca-se a obra de Boris Cyrulnik (2004, 2005, 2015a, 2015b) que, a partir da abordagem psicanalítica imbricada com os processos sociais, apresenta a resiliência enquanto constructo que se liga ao movimento ativo, na busca por romper a cadeia de repetições imobilizadoras, após ou em meio a situações, experiências ou ambientes traumáticos, utilizando-se do circuito relacional, o sujeito consegue instaurar um campo de forças favorável e libertar-se do sofrimento e do isolamento (CYRULNIK; CABRAL, 2015a, 2015 b). Outro autor latino-americano de destaque contexto latino-americano no que se refere às questões de subjetividade associadas às desigualdades sociais, é o salvadorenho Ignacio Martín-Baró (1842- 1989) Ainda que não faça uso do termo 'resiliência', aborda de maneira próxima o que considera ser o maior

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

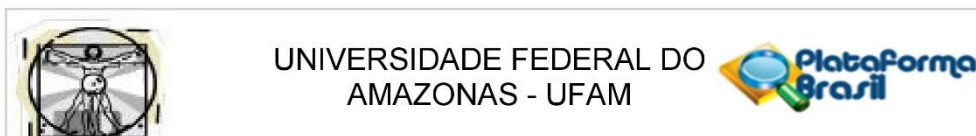
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

(p. 2). Sob outra perspectiva, trata-se de pessoas que têm a condição de sujeito interrompida e que são assujeitados a discursos que os empurram ao silêncio e marginalidade. Ao longo de várias escutas das vidas secas, particularmente de jovens da periferia de São Paulo e migrantes, Rosa (2002) constata, como efeito da pobreza e da exclusão social nos sujeitos inseridos no cenário contemporâneo da desigualdade socioeconômica: (...) uma resistência à escuta desses sujeitos, indicando nesse ponto a apatia, a solidão e o emudecimento, assim como a reprodução, na subjetividade, da violência e da pobreza afetiva e intelectual, como encobridoras da possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar forma sintomática ao que é vivido como traumático (p. 1). Uma das macas da atualidade, além dos avanços tecnocientíficos, é a exclusão, de muitos, do acesso aos bens e às modalidades de reconhecimento e pertencimento e, em alguns casos, o desamparo social, referido por Rosa (2002) como o impedimento ao “acesso efetivo dos recursos institucionais organizadores da vida social (saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, etc.)” (p.01). A autora também chama a atenção, ao evocar Bourdieu, para a violência simbólica, esta entendida como aquilo que perpetua e mantém os sujeitos submissos ao discurso dominante, legitimando lugares sociais marginais, o que provoca, muitas vezes, o conformismo ou respostas bruscas de violência. A condição de não possuir moradia insere-se, pois, no contexto do desamparo social e da violência simbólica. O direito à moradia está relacionado majoritariamente, entre as formas de aquisição habitacional, à possibilidade de compra de uma propriedade privada. Este aspecto está ligado ao poder de consumo, no qual as pessoas de baixa renda encontram dificuldades, devido à situação socioeconômica em que vivem e ao desamparo do estado, na ausência de políticas públicas dirigidas às questões relacionadas à habitação. Nesse cenário de exclusão social e luta pelos direitos garantidos por lei, especialmente o direito a moradia, a psicologia pode contribuir com a discussão dos aspectos psicossociais envolvidos, considerando as questões sociais e históricas que dão origem aos processos de exclusão através da compreensão das vivências em uma perspectiva de produção de sentidos dada pelos atores envolvidos, observando também os desdobramentos ligados à construção da identidade, os papéis desempenhados pelos sujeitos, e os mecanismos utilizados para enfrentamento das situações adversas cotidianas, entre outros. É notório que os processos de exclusão são complexos, provocam impactos sobre a subjetividade dos sujeitos e grupos atingidos, e estão relacionados a discriminações e ao sofrimento ético-político. Sawaia (2001) afirma que “o sofrimento-ético- político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor” (p.104, 2001). No contexto Latino Americano, em que as desigualdades produzem modos de

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

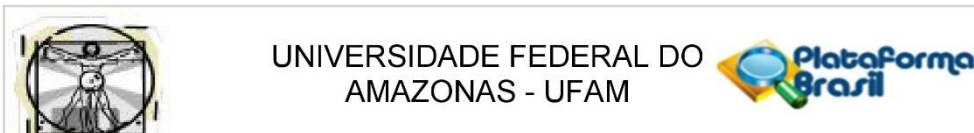
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

materiais, políticas, relacionais e subjetivas, envolvendo por inteiro o homem e suas relações com os outros e é parte constitutiva da inclusão” (ROSA, 2002, p. 3). Dentre os fenômenos relacionados à exclusão social temos os “deslocamentos sociais e ecológicos, expulsões, brutalidade e a precariedade da vida humana” (FELDMAN-BIANCO, 2015, p. 20). De forma paralela, predominam retóricas baseadas num multiculturalismo ancorado em direitos humanos, produzindo “categorias sociais e políticas (...) criminalização e desumanização da pobreza” (p. 20). É sob esse viés que são abordados nas agendas e políticas, a questão dos deslocamentos populacionais, sejam àqueles ligados à remoção de territórios, seja de pessoas consideradas à margem do Estado. Iremos situar na presente pesquisa a Ocupação urbana Alcir Mattos, escolhida dentre outras pelo fato de que esta teve início com a remoção involuntária dos moradores da Cidade das Luzes e culminou na ocupação de um prédio pertencente à União, no centro da cidade de Manaus. A comunidade Cidade das Luzes surgiu entre o fim de 2014 e início de 2015 e ficava localizada no ramal Anaconda, bairro Tarumã, zona oeste de Manaus. A Cidade das Luzes surgiu entre o fim de 2014 e início de 2015. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), a área ocupada trata-se de uma área de proteção ambiental (APA). Durante o ano de 2015, a permanência das famílias na área é atravessada por tensões e conflitos com o poder público. Desde o início da criação da Comunidade, existem relatos da retirada forçada de famílias pela polícia; representantes da comunidade e moradores mobilizaram-se nas ruas solicitando aos agentes do Estado ações de urbanização no local. Além disso, uma operação policial foi realizada no local, sob a suspeita de tráfico de drogas e crimes ambientais estar sendo praticados. O poder público, não acolhendo quaisquer demandas da comunidade e contrariando a Defensoria Pública do Estado, em dezembro de 2015, convocou em torno de 700 policiais, e ordenou a violenta remoção forçada das famílias do local. Após remoção e desamparadas pelos agentes públicos, mas acompanhadas por movimentos sociais de luta por moradia e terra, essas famílias ocuparam dois prédios no centro da cidade de Manaus: a antiga Casa do Estudante da UFAM e um antigo prédio pertencente à Receita Federal e permanecem lá até o presente. Podemos dizer que este tipo de mobilidade – desapropriação, ocupação – comporta uma dimensão de violência tal como definida por Chauí (1998) apud Domingues e Rosa (2014) como “(...) toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viola interna ou externamente o ser de alguém, que perpetua relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural” (p. 117). As pessoas ou grupos que sofrem esse tipo de violência podem ser aquelas das vidas secas (Rosa, 2004), ou seja, “pessoas vivendo em situação de miserabilidade, adolescentes em conflito com a lei, pessoas que passam por experiências desenraizantes – imigrantes, migrantes não documentados, refugiados”

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

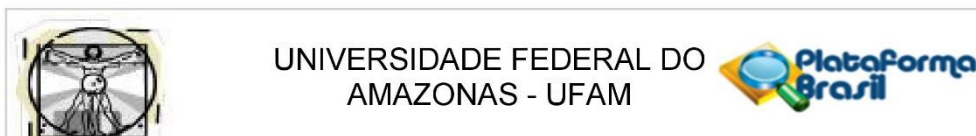
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto – apresentada e adequada;

TCLE – apresentado e adequado;

Projeto – apresentado e adequado;

Instrumentais – apresentados e adequados;

Termo de Assentimento – apresentado e adequado;

Termo de anuência do CSPA – apresentado e adequado;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora apresentou todos os documentos e instrumentais necessários, em conformidade com as resoluções 266/2012 e 510/2016..

Diante do exposto, considera-se que o projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1121057.pdf	12/02/2019 21:59:41		Aceito
Outros	INSTRUMENTO3RoteiroTemasParaGrupos.pdf	12/02/2019 21:58:46	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO2RoteirodeOficinasInfantis.pdf	12/02/2019 21:55:39	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO1FormularioParaPais.pdf	12/02/2019 21:55:16	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCLAUDIASAMPAIO.pdf	12/02/2019 21:30:00	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoClaudiaSampaio.pdf	12/02/2019 13:16:29	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

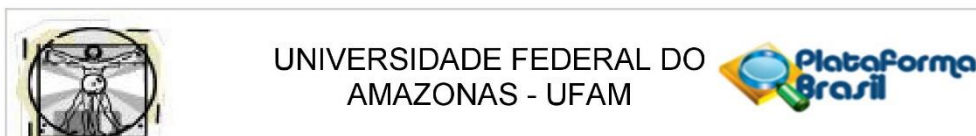
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

Também é contemplada a devolução dos achados da pesquisa à comunidade, de modo que estas possam se apropriar do conhecimento do qual foram participantes na construção, como dispositivo de reconhecimento e de empoderamento acerca de sua realidade. Vislumbra-se que os resultados da pesquisa possam auxiliar a comunidade e seus membros na organização das formas que considerem mais adequadas para viver e lutar por seus direitos sociais. As crianças serão também estimuladas pela atividade lúdica que proporciona estímulo a leitura, facilita o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa socialização, comunicação, expressão, autoestima, e explora a criatividade e construção do conhecimento (MENESTRINA; BEYER, 2006). Proporcionar a escuta das crianças em investigações científicas é reconhecer a importância desta fase peculiar de desenvolvimento, a qual requer maior proteção e cuidado do estado e da sociedade em geral. Como sujeitos de direito, deve ser dado a elas a possibilidade de poderem verbalizar e demonstrar que participam ativamente dos processos ocorridos em suas vidas. Como sujeitos, podem ser ouvidos e compreendidos, indo contra, portanto, a ideia de que as crianças não podem falar, ou não possuem capacidade para verbalizarem sobre suas vivências. Os adultos vivenciarão um processo dialógico no qual é possível apreender modos de participação de escuta grupal, o que pode se constituir em um dispositivo útil nos processos comunitários. A estratégia metodológica baseada na psicanálise marca sua diferença por portar uma dimensão singular de sujeito, dando reconhecimento à sua palavra. Na história de seu movimento, a psicanálise, em contextos fora aos da clínica, recebeu diferentes denominações (ROSA & DOMINGUES, 2010; COELHO & SANTOS, 2012; MEZÊNCIO, 2004; NOGUEIRA, 2004; SILVA, 2013). Em Freud, ela é denominada psicanálise aplicada; em Lacan, psicanálise em extensão; em Laplanche, psicanálise extramuros (ROSA & DOMINGUES, 2010). As autoras esclarecem, referindo-se à Elia (2000), que “toda pesquisa em psicanálise é uma pesquisa clínica, não por utilizar a clínica como campo, mas por ser a clínica a forma de acesso ao sujeito do inconsciente” (p. 182). Ou seja, alcançar esse sujeito pressupõe reconhecê-lo como sujeito social: “ao reconhecer um sujeito, já nos instalamos na clínica” (BARUS-MICHEL, 2004, p. 67), e portanto, promoção de sua condição de sujeito. Outro benefício possível é que a pesquisa, ao trazer dados sobre a subjetiva de crianças e adultos em contextos de Ocupação Urbana, pode contribuir para discussão e aprimoramento das políticas públicas voltadas a estas populações.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social e científica.

O tema é atual. Os objetivos estão bem definidos e o caminho metodológico encontra-se bem delimitado.

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

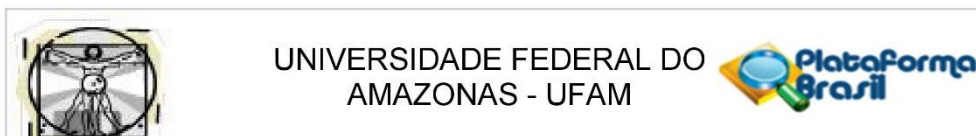
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Toda pesquisa poderá, a despeito dos cuidados tomados pelos pesquisadores, ocasionar algum risco. Visando minimizar estas possibilidades e atender às exigências éticas e científicas fundamentais: submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa, este projeto foi desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resoluções 466/12. Portanto, inclui todos os termos, assinaturas e documentos necessários, além de descrição rigorosa dos procedimentos a serem adotados, assegurando no TCLE a confidencialidade e privacidade dos dados. Referente aos riscos de participação em pesquisa, compreende-se a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano (BRASIL, 2012). Os riscos do presente estudo estão relacionados mais à possibilidade de mobilização subjetiva pelo envolvimento com a temática apresentada. Assim sendo, caso ocorra constrangimento e desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, será realizado pelos membros da equipe de pesquisa um primeiro atendimento psicológico imediato, dado que todos possuem formação e registro no Conselho Regional de Psicologia que assegurem tal atendimento, e em seguida, será disponibilizado um encaminhamento para atendimento gratuito no Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), localizado na Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I - CEP 69077- 000, Faculdade de Psicologia, conforme termo de anuência do serviço (ANEXO II) Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá a indenização aos participantes (cobertura material), em reparação ao dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigido dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente, quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, pois não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução e tela e nem na Resolução 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, uma vez que não há definição da gradação de risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

Benefícios: Sobre os benefícios da pesquisa, os quais são proveitos diretos ou indiretos, imediatos ou posteriores, auferidos pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação nesta pesquisa (BRASIL, 2012), destacamos os possíveis ganhos subjetivos, como a reelaboração de vivências dolorosas, fortalecimento de identidade, da autonomia, entre outros.

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

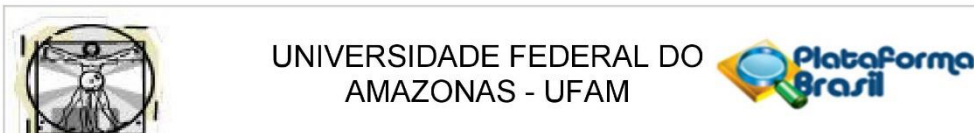
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

americanos em resiliência possuem maior foco no coletivo em detrimento da investigação na observação de casos individuais. É, pois, no eixo da reflexão sobre a exclusão social e dos processos subjetivos que envolvem a condição da vulnerabilidade socioeconômica, aliando autores da perspectiva latinoamericana e francesa sobre resiliência e psicologia comunitária e autores da psicanálise clínico-política que fundamentamos a necessidade de ouvir as narrativas dos moradores da Comunidade Alcir Matos no que se refere aos processos de criatividade, superação e inovação dos residentes de uma ocupação urbana – crianças e adultos -, enfocando o cotidiano no contexto da luta pelo direito à moradia. Neste sentido, elaboramos as seguintes questões problematizadoras que norteiam o presente projeto: a escuta ancorada na perspectiva clínico-política constitui em um modo possível de restituir o campo de significantes através do qual se possa conhecer os aspectos subjetivos decorrentes da questão da luta por moradia, bem como os processos de criatividade e superação das adversidades cotidianas dos moradores da Comunidade Alcir Matos? E como as crianças que compartilham histórias de adversidade, residentes nesta ocupação urbana, constroem suas estratégias de enfrentamento? Dessa forma, em continuidade a discussão no âmbito da psicologia, o estudo visa contribuir para a compreensão dos aspectos psicossociais que envolvem os processos de exclusão, para o uso de uma concepção socialmente orientada do construto resiliência e da clínica-política para a promoção de estratégias de enfrentamento em contexto de luta pelo direito à moradia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer e compreender os processos de organização comunitária, superação e modos de subjetivação frente aos processos de exclusão e violência vivenciados por residentes – adultos e crianças - de uma ocupação urbana na cidade de Manaus.

Objetivo Secundário: - Conhecer a história e a organização da Comunidade Alcir Matos, a partir das narrativas de seus moradores;

- Compreender as vivências das crianças no que tange às estratégias de enfrentamento relacionadas à resiliência a partir da narrativa de crianças que compartilham histórias de adversidade em uma ocupação urbana de Manaus;

- Conhecer como as pessoas (adultos) que experienciaram remoção involuntária da Cidade das Luzes e atualmente integram a Comunidade Alcir Matos, vivenciam o cotidiano em uma ocupação urbana, a fim de compreender a organização comunitária, os processos de superação e a dimensão sociopolítica das adversidades enfrentadas.

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

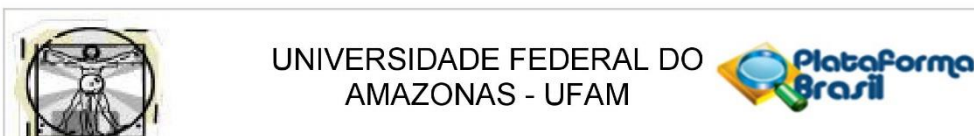
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.168.605

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAssentimentoParaMenores.pdf	12/02/2019 12:09:23	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEparaResponsaveisPelasCrianças.pdf	12/02/2019 12:09:04	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEparaParticipantesAdultos.pdf	12/02/2019 12:08:49	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anuenciaDoCspa.pdf	07/02/2019 12:03:56	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anuenciaDaComunidade.pdf	07/02/2019 12:02:45	CLAUDIA REGINA BRANDAO SAMPAIO FERNANDES DA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 25 de Fevereiro de 2019

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com